

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL

EDUARDA BERNARDO NUNES

**ENTRE O QUE TEMOS E O QUE QUEREMOS: A CONSOLIDAÇÃO DA
TEMÁTICA DA IDENTIDADE DE GÊNERO NA FORMAÇÃO DE ASSISTENTES
SOCIAIS**

PORTO ALEGRE

2021

Eduarda Bernardo Nunes

**ENTRE O QUE TEMOS E O QUE QUEREMOS: A CONSOLIDAÇÃO DA
TEMÁTICA DA IDENTIDADE DE GÊNERO NA FORMAÇÃO DE ASSISTENTES
SOCIAIS**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Política Social e Serviço Social.

Orientadora: Tatiana Reidel

Porto Alegre

2021

Eduarda Bernardo Nunes

**ENTRE O QUE TEMOS E O QUE QUEREMOS: A CONSOLIDAÇÃO DA
TEMÁTICA DA IDENTIDADE DE GÊNERO NA FORMAÇÃO DE ASSISTENTES
SOCIAIS**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Política Social e Serviço Social.

Orientadora: Tatiana Reidel

BANCA EXAMINANORA

Tatiana Reidel
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS
Presidente/a (Orientadora)

Alzira Maria Baptista Lewgoy
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS
Membro/a interna

Patricia Krieger Grossi
Pontifícia Universidade Católica – PUCRS
Membro/a externa à instituição

Silvana Mara de Moraes dos Santos
Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN
Membro/a externa à instituição

AGRADECIMENTOS

Uma trajetória não se efetiva sozinha, mas, sim, dotada daquilo que alimenta o fôlego de conquistar o que se almeja. Minha família, minha riqueza, que me serve de motivação diária para prosseguir e avançar. À minha mãe, Sandra, minha maior inspiração. Ao meu pai, em memória, por ser minha referência. Meus amores, amo vocês desde sempre e para sempre. À minha irmã, Karina, que sempre me apoiou nos estudos, ao meu irmão, Rodrigo, que me acompanhou no emblemático primeiro dia de aula na graduação, aos meus sobrinhos, Guilherme e Caio, que fazem meus dias mais divertidos, e aos gêmeos Matheus e Alice, que logo chegam para colorir nossas vidas. Ao meu companheiro, Renan, incansável, que compartilha essa jornada comigo há anos e é meu refúgio, meu amparo, meu colo. Em ti encontro imenso afeto, obrigada por tudo e por tanto.

À equipe da política de saúde LGBTQIA+ de Canoas e do Ambulatório Trans, psicóloga e coordenadora Jaqueline, médico Bebeto e enfermeira Luciana. Pessoas que me acolheram com sorriso largo, com muito carinho, que me ensinaram, que me fortaleceram, que me proporcionaram momentos singulares e inesquecíveis. Uma equipe forte, de profissionais com anos de história e vivência na saúde pública, que me receberam de braços abertos. Vocês foram meus mestres, me ensinaram a voar e eu cheguei aqui por vocês. Agradeço cada conselho, cada ensinamento. Vocês me estimularam e acreditam em mim, me abriram portas e eu tratei de adentrar em cada uma delas. Em meio a dias de sol e chuva, sempre fomos arco-íris, acreditamos na vida cheia de cores, amores e sabores. Vocês moram em meu coração em uma casinha colorida.

Às minhas amigas, minhas entusiastas que celebram cada conquista junto comigo: Camila, Rita, Dana, Lucinéia, Wiktória, Renata, Dinara e Sissa. Às minhas colegas do mestrado Cândia, Nanda, Géssica, Juanita, Elisa, Juliana, Luciana, Manuela, Melissa, Tassi, Joice, Mari, Ingrid. Que prazer dividir esse espaço com vocês. Às professoras Alzira, Thaísa, Vanessa, Leônia, Dolores, Jussara, Rosa e ao professor Fernando. Todos os ensinamentos e a generosidade que foram compartilhados fizeram a diferença na minha formação.

Aos grupos de pesquisa que participo, NEPEGS, GEFESS e, em especial, o SUFETSS. Carol Barreto, Carol Medina, Anderson, Lisi, Laís e Malu, que honra partilhar esse espaço tão potente com vocês. A paixão pela pesquisa, o trabalho artesanal na coleta e análise dos dados, cada atividades que juntos/as elaboramos e participamos. Que orgulho ser membra desse grupo e vivenciar momentos especiais, com muito respeito, amor e empatia. Ao TransENEM e ao G8-

Generalizando, colegas com quem compartilho a militância, agradecimentos sem fim para tudo o que me ensinam cotidianamente.

Às instituições, coordenadoras, professoras e estudantes que participaram deste estudo. Em tempos em que a pesquisa é desvalorizada e que o saber científico é colocado em dúvida, poder ter as contribuições de vocês foi fundamental para a elaboração deste trabalho. À banca arguidora, pelo aceite do convite, por serem referências de qualidade, que servem de exemplo a partir do envolvimento com estudos e pesquisas muito relevantes em nossa área, que já fizeram contribuições excelentes neste processo e que representam parte da estrada desta caminhada.

Às pessoas trans que me permitiram conhecer mais sobre a diversidade, sobre a identidade de gênero e me apaixonar visceralmente por esse tema. Prometo que serei voz daquilo que juntos/as nós defendemos e farei ecoar nossa luta por uma sociedade verdadeiramente mais justa e igualitária.

Por fim, à pessoa mais importante desse processo, minha orientadora, professora Tatiana, por ter aceitado o desafio de me acompanhar nesse percurso. Uma relação de cuidado, proteção, confiança, estímulo. Me instigou, me provocou, respeitou minhas fragilidades e investiu nas minhas potencialidades. Tati, tenho muito a te agradecer por aceitar conduzir esse processo e por fazer isso de uma maneira tão gentil. Por compartilhar comigo, por me ouvir, por me apoiar, por me levantar nas vezes em que eu tropecei e assoprar minhas feridas. Obrigada pela incrível experiência de ser tua aprendiz. Chegamos até aqui juntas, sem soltar as mãos. Teu sorriso é semente que brota na gente, e aqui estou eu, florescendo.

RESUMO

Este estudo refere-se ao tema da diversidade na perspectiva da identidade de gênero diante do processo de formação no âmbito da graduação em Serviço Social no estado do Rio Grande do Sul, de modo a compreender como os/as futuros/as profissionais assistentes sociais estão sendo subsidiados para trabalhar com o assunto. Para tanto, realizou-se pesquisa do tipo qualitativa, de caráter exploratório, cujo método para a compreensão da realidade é o materialismo histórico-dialético. A amostra se configurou como não-probabilística intencional, e a análise dos dados foi realizada pela técnica de análise de conteúdo, de Bardin. Foi realizada pesquisa bibliográfica que teve como base de dados a revista *Serviço Social & Sociedade*, os *Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS)* e o Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o que resultou no cômputo de 22 obras que foram analisadas com vistas a identificar tendências contemporâneas da produção do conhecimento em Serviço Social acerca do tema identidade de gênero; também se realizou pesquisa documental a partir de projetos político-pedagógicos de cursos de 06 Unidades de Formação Acadêmica que ofertam o curso de Serviço Social no estado e pesquisa de campo com entrevista semiestruturada on-line para docentes e questionário on-line com perguntas abertas, fechadas e por escala para estudantes formandos/as. Buscou-se desvendar como a identidade de gênero está sendo contemplada na formação profissional, qual a compreensão da importância de seu estudo, sua relação com o trabalho de assistentes sociais e como se está subsidiando estudantes para lidar com o tema. Os resultados indicam que há uma conexão do tema da identidade de gênero com a profissão, de modo que sua abordagem é interpretada como relevante, devendo ocorrer a partir de diferentes estratégias por dentro da trajetória de formação de futuros/as assistentes sociais, mas que existem alguns desafios a serem superados para garantir sua consolidação. Sinaliza-se que o debate é pertinente, tem relação com o projeto ético-político defendido pela profissão e serve de bagagem para estudantes, que tão logo estarão se inserindo em espaços sócio-ocupacionais, intervindo junto às mais variadas formas de expressão da questão social e que, portanto, precisam estar munidos para, a partir do olhar crítico, poder desvelar as múltiplas determinações e conformação do tema diante da sociedade. Conclui-se, assim, que o tema da identidade de gênero precisa ser fomentado e aprofundado durante a formação profissional, visto que há interlocução do assunto com a realidade social e diretamente com o trabalho de assistentes sociais.

Palavras-chave: Serviço Social. Formação profissional. Trabalho. Identidade de gênero.

ABSTRACT

This study refers to the theme of diversity from the perspective of gender identity in the face of the training process within the scope of undergraduate Social Work in the state of Rio Grande do Sul, in order to understand how future social workers are being subsidized to work with the issue. To this end, a qualitative research with an exploratory character was carried out, whose method for understanding reality is historical-dialectical materialism. The sample was configured as intentional non-probabilistic, and the data analysis was performed using Bardin's content analysis technique. Bibliographic research was carried out using the database Social Work & Society Magazine, the Proceedings of the XVI National Meeting of Researchers in Social Work (ENPESS) and the Bank of Theses and Dissertations of the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES) which resulted in a computation of 22 works that were analyzed in order to identify contemporary trends in the production of knowledge in the area of Social Work and regarding gender identity; as well as documentary research was carried out from political-pedagogical projects of courses from 06 Academic Training Units that offer Social Work courses in the state and also field research was carried out with semi-structured online interview for teachers and on-line questionnaire on-line with open, closed and scale questions for graduating students. We sought to unveil how gender identity is being contemplated in professional training, about the understanding about the importance of their study, about their relationship with the work of social workers and about how students are being subsidized to deal with the theme. The results indicate that there is a connection between the theme of gender identity and the profession, so that its approach is interpreted as relevant, and must occur from different strategies within the trajectory of the formation of future social workers, but that there are some challenges to be overcome to ensure its consolidation. It is pointed out that the debate is pertinent, is related to the Ethical-Political Project defended by the profession and serves as luggage for students, who as soon as they will be inserted in socio-occupational spaces, intervening together with the most varied forms of expression of the social question and that, therefore, they need to be equipped in order to reveal the multiple determinations and conformation of the theme before society from the critical point of view. It is concluded that the theme of gender identity needs to be fostered and deepened during professional training, since there is a dialogue between the subject and the social reality and directly with the work of social workers.

Keywords: Social Work. Professional training. Work. Gender identity.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Elenco das produções por base de dados	23
Figura 2 – Municípios das 06 UFAs que participaram do estudo	79
Figura 3 – Representação de docentes participantes da etapa da entrevista.....	89

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Tendências das produções teóricas que compuseram a amostra.....	26
Gráfico 2 – Relação de estudantes participantes por faixa etária	93
Gráfico 3 – Sistematização das respostas sobre os momentos em que o tema foi abordado .	102

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Relação das produções que compuseram a amostra.....	25
Quadro 2 – Universo final das UFAs com curso de Serviço Social.....	27
Quadro 3 – Definição de identidade de gênero pelos/as estudantes.....	46
Quadro 4 – Síntese de marcos históricos no Serviço Social.....	71
Quadro 5 – Síntese do perfil de representantes trans escolhidos/as	77
Quadro 6 – Sistematização dos dados de caracterização das UFAs.....	78
Quadro 7 – Palavras-chave em relação aos objetivos do curso e perfil do/a egresso/a.....	80
Quadro 8 – Sistematização da análise dos elementos dos projetos político-pedagógicos.....	83
Quadro 9 – Sistematização sobre o perfil das docentes participantes do estudo.....	91
Quadro 10 – Número de participantes por UFA.....	92
Quadro 11 – Justificativa dos/as estudantes sobre a pertinência de trabalhar o tema identidade de gênero na formação.....	99
Quadro 12 – Sistematização das respostas sobre estudantes sobre sentirem-se balizados pela formação	103
Quadro 13 – Sistematização das respostas sobre a incorporação do tema no projeto ético-político.....	107
Quadro 14 – Sistematização das respostas sobre a justificativa da contribuição do tema para o trabalho	110

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABESS	Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social
ANTRA	Associação Nacional de Travestis e Transexuais
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEDEPSS	Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CNE	Conselho Nacional de Educação
DeCS	Descritores em Ciências da Saúde
ENCCEJA	Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
ENESSO	Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social
GEFESS	Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Formação e Exercício Profissional em Serviço Social
IBTE	Instituto Brasileiro Trans de Educação
LBGT+	Lésbicas, Gays, Bissexuais e Trans e Travestis
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais e Trans e Travestis
LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Travestis, Queers, Intersexuais, Assexuais e demais gêneros e sexualidades
MEC	Ministério da Educação
PPGPSSS	Programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social
PUCRS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
RS	Rio Grande do Sul
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SUFETSS	Subgrupo de Estudos sobre Formação, Ética, Trabalho do Serviço Social
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UCS	Universidade de Caxias do Sul
UFAs	Unidades de Formação Acadêmica
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UNISC	Universidade de Santa Cruz do Sul
UPF	Universidade de Passo Fundo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 IDENTIDADE DE GÊNERO E SERVIÇO SOCIAL: REFLEXÕES NECESSÁRIAS PARA O APROFUNDAMENTO DO DEBATE	35
2.1 RELAÇÕES PATRIARCAIS DE GÊNERO E A NORMATIZAÇÃO DOS CORPOS	35
2.2 BINARISMO, IDENTIDADE DE GÊNERO E AS ESFERAS DO OCULTAMENTO DA DIVERSIDADE HUMANA	39
2.3 DEMANDAS DA POPULAÇÃO TRANS E A CONFORMAÇÃO DE EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL.....	47
2.3.1 Violências contra pessoas trans.....	48
2.3.2 Escolarização e mercado de trabalho	49
2.3.3 Saúde e acesso à direitos	51
2.3.4 Nome social, alteração do registro civil e o trabalho de assistentes sociais na perícia social.....	54
3 A FORMAÇÃO E O TRABALHO PROFISSIONAL DE ASSISTENTES SOCIAIS: TRAJETÓRIA E DESDOBRAMENTOS.....	59
3.1 CONTEXTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO PROFISSIONAL	65
3.2 DIMENSÃO POLÍTICO-ORGANIZATIVA E O TEMA DA IDENTIDADE DE GÊNERO NO SERVIÇO SOCIAL: LUTAS E CONQUISTAS	71
3.3 PROJETOS POLÍTICO-PEDAGÓGICOS DOS CURSOS DE SERVIÇO SOCIAL E O TEMA DA IDENTIDADE DE GÊNERO: DISTANCIAMENTO E APROXIMAÇÕES	75
4 ENTRE O QUE TEMOS E O QUE QUEREMOS: A CONSOLIDAÇÃO DA TEMÁTICA DA IDENTIDADE DE GÊNERO NA FORMAÇÃO DE ASSISTENTES SOCIAIS NA PERSPECTIVA DE DOCENTES E ESTUDANTES.....	89
4.1 RELEVÂNCIA DO TEMA DA IDENTIDADE DE GÊNERO NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL	94
4.2 MATERIALIZAÇÃO DO TEMA IDENTIDADE DE GÊNERO NA TRAJETÓRIA DA FORMAÇÃO	100
4.3 PROJETO ÉTICO-POLÍTICO E IDENTIDADE DE GÊNERO: SUBSÍDIOS PARA A NECESSÁRIA PROBLEMATIZAÇÃO DO TEMA	104
4.4 A INDISSOCIABILIDADE ENTRE FORMAÇÃO E O TRABALHO PROFISSIONAL	108
4.5 DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA ABORDAGEM DO TEMA IDENTIDADE DE GÊNERO	111

4.6 (DES)ACESSO À INFORMAÇÃO: CONTEÚDOS QUE TRATAM SOBRE IDENTIDADE DE GÊNERO PRODUZIDOS POR ASSISTENTES SOCIAIS	116
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	120
REFERÊNCIAS	128
APÊNDICE A – Roteiro de Análise Documental	135
APÊNDICE B – Roteiro de Entrevista com Docentes.....	136
APÊNDICE C – Roteiro de Questionário com Estudantes	138
APÊNDICE D – Termo de Consentimento Institucional – TCI	143
APÊNDICE E – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido Docentes – TCLE	144
APÊNDICE F – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido Estudantes – TCLE....	145
ANEXO A – Parecer Comitê de Ética em Pesquisa	146

1 INTRODUÇÃO

A diversidade humana não se reduz a uma perspectiva individual; é como o mundo humano, que, em suas características, se constitui nas relações sociais. Considerar a diversidade como condição humana é entender que existem diferenças em modos de ser, comportamentos, expressões, e que tais questões acompanham as mudanças sociais e históricas da própria humanidade. Há uma pretensa tendência à homogeneização, uma ideologia padronizante, que nos tem negado a possibilidade de ser diversos/as e tem relação direta com a invasão das dimensões da vida social pela sociabilidade capitalista.

O questionamento do padrão e do supostamente natural não é passível de ocorrer em uma sociedade que transforma vidas humanas em mercadorias e que tem como pressuposto de sua manutenção a desigualdade entre quem detém os meios de produção e quem vende sua força de trabalho, mas é necessário no horizonte da construção de resistências capazes de avançar na defesa da diversidade humana.

Sendo a diversidade uma característica universal, entendê-la na perspectiva da identidade de gênero é colocar em pauta o conjunto de possibilidades que as pessoas têm de expressar e viver seu gênero, partindo do reconhecimento de que todos os corpos têm o direito de existir livremente e de se manifestar. Porém, ela precisa ser contextualizada em meio a uma sociedade capitalista que tem como pressuposto de sua manutenção a divisão social de classes, a exploração e a opressão. Existem variados discursos de controle das vivências da população trans¹ que expressam o quanto a possibilidade de livre identidade é limitada.

Tais discursos restringem-se ao entendimento de senso comum de que é necessário obediência ao destino determinado “biologicamente” por uma genitália e ao que a sociedade espera de comportamentos sociais marcadamente binários e performáticos; restringem-se, assim, a atribuições de supostos papéis que escondem uma perversa lógica de subalternização, submetimento e de sucessivas violações que essa população vivencia.

O Brasil está no ranking dos países que mais matam pessoas trans no mundo, e dados da realidade concreta nos acenam para a necessária e urgente atenção a esse tema. De acordo com os dados sistematizados pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais – ANTRA²,

¹ Nesta produção a utilização do termo guarda-chuva *população trans* trata-se de um recurso para abranger a diversidade e a multiplicidade das identidades de gênero numa tentativa de adequar a linguagem, mas não de limitar as possibilidades de expressões de identidades e entendendo que isso não significa que existe um consenso e nem a obrigatoriedade de identificação das pessoas com o termo.

² A ANTRA é uma rede nacional que articula instituições em todo o Brasil que desenvolvem ações para a promoção da cidadania da população de travestis e transexuais. Foi fundada no ano de 2000 na cidade de Porto Alegre e tem um importante papel na área da defesa de direitos da população trans.

em 2017, ano com maior pico, foram registradas 179 pessoas trans vítimas de assassinato no país. Em 2018 foram 163, em 2019 foram 124 mortes contabilizadas e em 2020 chegou-se ao total de 175 assassinatos, sendo todas travestis e mulheres trans. Ainda que os números sejam representativos e nos permitam verificar a dimensão da gravidade deste cenário, é necessário atentar-se que, ainda assim, eles não evidenciam a totalidade, uma vez que a subnotificação é uma das facetas desta realidade (ANTRA; IBTE, 2021) a ser enfrentada.

Há um ciclo de violências, nas mais variadas esferas, de cunho social, moral, patrimonial, psicológico, sexual e físico que deriva especialmente de expressões da desigualdade social que assola o país, as quais expõem a ausência do Estado e inscrevem a população trans na arena dos corpos matáveis. A brutalidade dos crimes apresenta uma crueldade intencional que é reflexo de uma sociedade transfóbica-racista-patriarcal. Segundo dados da ANTRA e do Instituto Brasileiro Trans de Educação – IBTE, corpos são incendiados, esquartejados e repetidamente golpeados. Há casos de tortura, pedradas, facadas, enforcamento e degolamento (ANTRA; IBTE, 2021).

É inegável que a população trans segue sendo alvo de preconceitos e discriminações existentes no Brasil. A possibilidade da livre identidade de gênero resiste aos padrões impostos pela sociedade e por isso é encarada com profundo estranhamento e negação (BRASIL, 2015). Supostos modelos de coerência entre o sexo atribuído ao nascimento e a identificação de gênero, quando não se efetivam, impõem significativa dimensão patologizante aos sujeitos. A população trans é e permanece sendo classificada como doente e passível de “tratamento” por uma histórica inserção nos manuais de diagnóstico³. Isso, evidentemente, intensifica as situações de vulnerabilidade em que essa população se insere, e daí emerge a necessária problematização de como o marcador social de gênero juntamente com todo esse contexto vivenciado pelas pessoas trans evidencia-se como objeto de trabalho para o/a assistente social.

Sabe-se que uma das frações da população usuária do Serviço Social mais afetadas pelo caráter opressivo do binarismo de gênero (CFESS, 2016) é aquela formada pelos/as que se identificam como mulheres ou homens trans, como travestis e/ou como pessoas não-binárias⁴. Esse campo da diversidade de identidades de gênero e de suas implicações mostra-se como um desafio cotidiano nos espaços sócio-ocupacionais onde o/a assistente social está inserido e, por

³ Ainda que recentemente a Organização Mundial da Saúde (OMS) tenha retirado da sua classificação oficial de doenças (CID-11) os “transtornos de identidade de gênero” do capítulo de doenças mentais e os tenha inserido no capítulo sobre saúde sexual, a carga histórica de estigma que essa população carrega não se anula, e a percepção errada e crenças equivocadas que se tem sobre pessoas trans não se extinguem.

⁴ São pessoas que se recusam a ser percebidas somente como homens ou somente como mulheres e/ou que não se identificam com essas categorias (CFESS, 2016).

ser um tema relativamente novo para a reflexão teórica (CFESS, 2016), demanda aprofundamento e análise.

Agrega-se às considerações anteriores a existência de vivências profissionais na área da saúde do município de Canoas, especificamente nas questões relacionadas à saúde da população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. O trabalho desenvolvido foi na esfera da gestão da política municipal de atenção integral à saúde da população LGBT (instituída pelo Decreto Municipal nº 518/2016) (CANOAS, 2016) e no ambulatório especializado no processo transexualizador (conforme a Portaria nº 2.803/2013 do Ministério da Saúde) (BRASIL, 2013), onde foi possível uma aproximação das histórias de vida de pessoas que sofriam cotidianamente pelo preconceito, pela discriminação e pela violência latente na sociedade.

Também houve uma aproximação com profissionais da rede multissetorial que tinham dificuldade de atender às demandas dessa população. No cotidiano de trabalho, foram identificadas diversas situações em que os/as profissionais não conseguiam ou tinham dificuldades de lidar com a população trans. Alguns exemplos de situações vivenciadas e relatadas foram: não respeito ao nome social, negação do atendimento, piadas maliciosas, risadas e deboches, comentários inadequados sobre a aparência e a vestimenta do/a usuário/a, tentativa de diminuição, de convencer que ser uma pessoa trans não é algo certo, condenações religiosas, descrédito e desmerecimento do sofrimento por meio de falas não apropriadas, profissionais que colocavam entraves no acesso do/a usuário/a ao serviço especializado de saúde por duvidar do que estava sendo dito, indução ao tratamento para HIV/AIDS, partindo do pressuposto de que todas as pessoas trans (principalmente as mulheres trans que são profissionais do sexo) vivem com a doença, estigmatização, ameaças e julgamentos.

Tais casos ocorreram em diferentes espaços, na área da saúde, educação, assistência social e da segurança pública, e sua narrativa se deu a partir de assistentes sociais, enfermeiros/as e técnicos/as de enfermagem, médicos/as, psicólogos/as, dentistas, professores/as, agentes penitenciários/as etc., em momentos de capacitações, cursos, oficinas e seminários que eram organizados para se discutir os tipos de demanda que os serviços recebiam e quais eram os atendimentos prestados. Em alguns momentos, eram feitas discussões rasas, de moralidade, tendenciosas, preconceituosas, e em poucas oportunidades se pensava em atendimento qualificado, em equidade e em garantia de direitos. Assistentes sociais relataram que não tinham proximidade com o tema, que não sabiam lidar, não sabiam como atender e atribuíam isso à uma ausência, um assunto não contemplado na formação, na agenda profissional e com baixa aceitação e tolerância.

As reclamações oriundas da população usuária também eram extensas e evidenciavam a dificuldade de acessar os serviços. Quando acessavam, muitas vezes optavam por não retornar, tamanho o preconceito e a discriminação vivenciados. Eram diversos os desafios observados, e minha percepção, como trabalhadora, era de que existia um distanciamento em relação ao tema da identidade de gênero. Isso intensificou inquietações sobre a temática e sobre sua relevância para a sociedade, instigando uma proposição investigativa que pudesse adentrar no desvendamento desta realidade e contribuir para sua visibilidade.

Ao adentrar no mestrado em Política Social e Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) em 2018, especificamente ao compor a linha de pesquisa 02 – Fundamentos do Serviço Social, Formação e Trabalho Profissional, e por meio da inserção no Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Formação e Exercício Profissional em Serviço Social (GEFESS) e também no Subgrupo de Estudos sobre Formação, Ética, Trabalho do Serviço Social (SUFETSS), me foi possível participar de estudos e pesquisas nacionais e internacionais desenvolvidas pela orientadora, professora Tatiana Reidel, sobre formação e trabalho profissional, bem como sobre a transversalidade da ética em ambos os temas. A partir disso, identificou-se a necessidade significativa de aprofundar as discussões sobre como a indissociabilidade entre formação e trabalho profissional se configura no contexto contemporâneo, analisando sua sintonia com o tema da diversidade na perspectiva da identidade de gênero.

Entende-se que é necessário problematizar como o Serviço Social, que assumiu um projeto crítico de dimensão ética e política com a renovação da profissão, tem abordado essa temática, que está presente no interior da profissão, mas cuja apropriação talvez ainda não tenha se efetivado (BEZERRA; VELOSO, 2015). Ou seja, é necessário compreender, em uma perspectiva dialética de totalidade, como as expressões da questão social, que se manifestam em meio à sociedade de classes e são marcadas pela intensa transfobia, se tornam objeto do trabalho profissional de assistentes sociais e como a categoria vem compreendendo essas demandas.

Minha experiência de participação no Coletivo pela Educação Popular TransENEM⁵ como assistente social e pessoa engajada no papel de militante pela defesa da democratização do acesso à educação superior também reforçou em mim a necessidade de se problematizar o exercício da profissão a partir dos valores que coletivamente se vem assumindo nessa defesa da

⁵ O Coletivo pela Educação Popular TransENEM é, conforme o nome indica, um coletivo de educação popular voltado para a população LGBTQIA+ e com foco na população transgênera – mulheres e homens transexuais, mulheres travestis, transmasculinos e trans não-binários.

universalização da educação, sob a ótica da transformação social radical da sociedade. O TransEnem é uma iniciativa independente e sem fins lucrativos que oferta cursinho de preparação para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), para o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA) e para outros processos seletivos de universidades, sendo seu foco a oferta de oportunidades de estudo, de espaço acolhedor e de protagonismo para pessoas trans.

Registra-se também o envolvimento e participação no Grupo G8 – Generalizando: Direitos Sexuais e de Gênero, do Serviço de Assessoria Jurídica Universitária da UFRGS, em que trabalho como assistente social junto às questões de violência e de violações de direitos, especialmente de mulheres e de pessoas LGBTQIA+, e a vinculação com o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS – Campus Porto Alegre) concomitantemente à vivência do mestrado.

Todas essas vinculações, que ocorrem em paralelo à inserção no mestrado, se deram pela compreensão de que assistentes sociais são defensores/as históricos dos direitos sociais, orientados/as por um projeto ético-político e posicionando-se a favor da justiça social, dos direitos humanos, na defesa da democracia e na projeção de construção de uma nova ordem social, sem dominação e exploração de classe, etnia e gênero. No entanto, a categoria profissional se confronta com rumos políticos, econômicos e sociais que intensificam a precarização das políticas públicas, a retirada de direitos conquistados pela classe trabalhadora, a precarização do ensino superior, a mercantilização da formação profissional e o sucateamento das instituições públicas. Há um desmonte de garantias constitucionais, e se vivencia um contexto de ofensiva neoliberal e de uma incessante regressão de direitos.

Seja pela fetichização dos números em tempo de ação desenfreada do capital (IAMAMOTO, 2010), seja pela naturalização da desigualdade social, que agudiza as expressões da questão social, o Serviço Social enquanto profissão está inserido em um cenário onde há um eminente ataque contra as pesquisas científicas que tende a desvalorizar e a enfraquecer a produção de conhecimento. Essa lógica, que tem negado os avanços e a importância da educação do país, atende exclusivamente aos interesses do capital e resulta na abdução do sentido constitucional do direito à educação, privilegiando uma formação compacta, com ênfase meramente tecnicista e restrita ao mercado. “Evidencia-se a pulverização e a massificação do Serviço Social [...] dando respostas imediatas às necessidades expansionistas do capital e constituindo-se como oportunidade de lucratividade” (LUSA; REIDEL, 2016, p. 26).

Sendo assim, confirma-se a necessidade de investigar as abordagens da diversidade na perspectiva da identidade de gênero na sua relação com o Serviço Social, no intuito de discutir sobre a necessidade da apreensão crítica dos processos sociais, olhando esse processo histórico numa perspectiva dialética de totalidade. A finalidade é de tecer reflexões e problematizar como a profissão está se aproximando desse tema no âmbito da formação, quais são as interfaces deste com a materialização do projeto ético-político profissional e como está se subsidiando os/as estudantes para trabalhar com o tema. Trata-se de pensar como estamos lidando e entendendo esse assunto na formação, visto que o/a assistente social é o/a profissional que trabalha com as mais diversas expressões da questão social (IAMAMOTO, 2010), e os marcadores de gênero, dada a sua particularidade, são fundamentais para se problematizar a realidade social, com vistas à não reprodução de uma lógica conservadora de analisar e intervir na realidade, que faz a profissão se distanciar dos valores emancipatórios assumidos com o projeto ético-político da própria profissão.

A pesquisa não pode ser vista separadamente da prática, mas, sim, como composição e elemento necessário ao exercício profissional (IAMAMOTO, 2004). Na pesquisa, o sentido é de produzir conhecimento e “[...] provocar mais questões para aprofundamento posterior” (MINAYO et al., 2002, p. 27). Desse modo, buscou-se com este estudo colaborar para esclarecer sobre o objeto de investigação – a abordagem da identidade de gênero na formação de assistentes sociais –, o compreendendo dentro da dinâmica de relação com o contexto social em que se insere e conjugando esforços para melhor entendê-lo e conhecê-lo em sua totalidade e em suas contradições, tendo em vista que “[...] o conhecimento é sempre um processo aproximativo” (TONET, 2013, p. 121) e não se extingue em si mesmo.

Considerando a imensa relevância social do tema identidade de gênero e a necessidade de se buscar adensar conhecimentos sobre o assunto e tecer reflexões, entendeu-se ser oportuno investigar sobre as questões atreladas a esse tema e buscar compreender como ele se revela no âmbito do Serviço Social, especialmente na formação, momento este que serve de bagagem para o trabalho profissional. A relevância do estudo se registra a) para a própria população trans, que é invisibilizada pela sociedade, que sofre rotineiramente pelas consequências e atravessamentos decorrentes disso e precisa ter suas demandas pautadas; b) para os/as profissionais, no sentido de dar luz às reflexões de como estamos entendendo e abordando o assunto dentro da categoria, no intuito de socializar o conhecimento e desvendar possibilidades; e c) para própria academia, ao propor um tema que ainda não tinha chegado ao Programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social (PPGPSSS) da UFRGS.

Este estudo apresentou o seguinte problema de pesquisa: **Como o tema da diversidade na perspectiva da identidade de gênero vem sendo abordado no processo de formação no âmbito da graduação em Serviço Social no estado do Rio Grande do Sul?** A fim de compor a formulação central do problema de pesquisa, elencaram-se questões norteadoras desse processo, que foram: 1) Quais as tendências da produção de conhecimento contemporânea na área do Serviço Social sobre a diversidade na perspectiva da identidade de gênero? 2) Como o tema da diversidade na perspectiva da identidade de gênero está sendo contemplado nos projetos políticos-pedagógicos das unidades de formação acadêmica em Serviço Social? 3) Qual a compreensão dos/as docentes sobre a importância do estudo da temática da diversidade na perspectiva da identidade de gênero? 4) De que modo os/as futuros/as profissionais se sentem balizados/as por meio de sua formação profissional para lidar com o tema da diversidade na perspectiva da identidade de gênero?

Apresentada a relação da autora com o tema pesquisado e a relevância de sua problematização na contemporaneidade, serão apresentados a seguir a caracterização do estudo, seu delineamento e o detalhamento da etapa de coleta de dados. Visando elucidar a metodologia utilizada na pesquisa apresentada nesta produção e os caminhos percorridos para se chegar nos dados obtidos, serão evidenciados os procedimentos do processo investigativo, a natureza, o caráter e o método de análise utilizado no estudo, a descrição do universo da pesquisa bem como sua amostra e a caracterização dos/as participantes.

Entendendo a metodologia como o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade (MINAYO et al., 2002), o estudo apresentado é essencialmente de natureza qualitativa. Numa pesquisa de abordagem qualitativa, o que se pretende é analisar o contexto e a realidade de forma a traduzir os múltiplos e multifacetados sentidos dos fenômenos que emergem. “Compreender um ser, um ser vivo ou um objeto; é ver o detalhe no conjunto, o elemento no todo, o órgão no funcionamento do organismo” (LEFÈBVRE, 1991, p. 104).

Tratou-se de responder a questões muito particulares, aprofundando-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, fazendo “[...] uma aproximação da suntuosidade que é a vida dos seres humanos em sociedade ainda que de forma incompleta, imperfeita e insatisfatória” (MINAYO et al., 2002, p. 15). Não há a pretensão de conhecer o todo, mas de adensar na pesquisa sobre o objeto e nas relações em que ele se constitui e se reconstitui.

Dada, em princípio, a infinitude do objeto e a processualidade da realidade social, não faz sentido falar em conhecer tudo. O esgotamento do objeto significaria o conhecimento de todas as suas partes e relações, ainda que as mínimas e as mais longínquas. Ora, se o conhecimento de um objeto significasse o seu completo esgotamento, sua efetivação não só não seria possível, como nem sequer o ser humano

poderia existir, dada a sua congênita finitude. Além do mais, é preciso lembrar que conhecimento é um momento da prática social, isto é, o conhecimento está ligado à autoconstrução humana, que é sempre histórica e socialmente situada. (TONET, 2013, p. 121).

O caráter da pesquisa realizada é exploratório, visto que esse tipo de pesquisa tem como objetivo “[...] proporcionar maior familiaridade com o problema” (GIL, 2002, p. 41), pretendendo torná-lo mais compreensível considerando os diversos aspectos de sua existência. Ainda de acordo com o autor, as pesquisas exploratórias são as que “[...] habitualmente realizam os pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática” (GIL, 2002, p. 42).

Para a compreensão da realidade, o método utilizado foi o materialismo histórico-dialético, que faz uma análise fundamental de classes como resultantes das relações sociais e estruturais da sociedade e que estuda a história por meio da acumulação material, das forças produtivas e dos meios de produção como determinantes para caracterizar sociedades e suas relações de poder. Para Lefèbvre (1991, p. 238):

Nada é isolado. Isolar um fato, um fenômeno, e depois conservá-lo pelo entendimento nesse isolamento, é privá-lo de sentido, de explicação, de conteúdo. É imobilizá-lo artificialmente, matá-lo. [...] O método dialético busca penetrar – sob as aparências de estabilidade e de equilíbrio – naquilo que já tende para o seu fim e naquilo que já anuncia seu nascimento. Busca, portanto, o movimento profundo (essencial) que se oculta sob o movimento superficial. A conexão lógica (dialética) das ideias reproduz (reflete), cada vez mais profundamente, a conexão das coisas.

Trata-se de dar organicidade aos elementos em seus próprios movimentos de negação. Superar a fragmentação do olhar individual centrado em análises que refletem o entendimento do objeto nele mesmo e avançar na perspectiva de perceber os fenômenos em sua totalidade, de modo a dialogar dialeticamente com a história. Avançando, se tem nesse conjunto a expressão da dimensão explicativa essencial da realidade em que reside o fato histórico de que o sistema do capital não se mantém sem a reprodução das relações hierárquicas de poder entre os indivíduos sociais (SANTOS, 2009), relações essas mediatizadas por recortes de gênero, de raça e de classe social.

Para identificar as tendências da produção contemporânea na área do Serviço Social que tratam sobre o tema da identidade de gênero, foi realizada uma **pesquisa bibliográfica**. Como metodologia para o procedimento investigativo, inicialmente validou-se o descritor “identidade de gênero” como um conceito cristalizado para buscá-lo em bases científicas, utilizando-se o

vocabulário estruturado e multilíngue de Descritores em Ciências da Saúde (DeCS)⁶. A definição de identidade de gênero localizada foi:

Nota de escopo: Conceito que uma pessoa tem de si mesma de ser macho e masculino ou fêmea e feminino, ou ambivalente, baseado em parte em características físicas, respostas dos pais e pressões psicológicas e sociais. É a experiência interior do papel do gênero. Gênero: identidade socialmente construída de homem ou mulher. **Nota de indexação:** psicológico; não confunda com caracteres sexuais (fisiológico); não confunda com orientação sexual que remete a comportamento sexual: identidade de gênero é a pessoa saber que é masculino ou feminino; orientação sexual é a preferência por comportamento heterossexual ou homossexual. (DECS, 2016).

Assim, esse é um conceito que vem sendo trabalhado em diferentes áreas do conhecimento, que possui validade científica e que, portanto, será utilizado para auxiliar no processo de análise das produções. Para conjugação da amostra, alguns bancos de dados foram escolhidos: a *Revista Serviço Social & Sociedade*, pela sua trajetória histórica como um periódico que, em suas edições temáticas, aborda a profissão no movimento histórico da sociedade há décadas, contribuindo solidamente para a produção científica e disseminação do conhecimento; os *Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS)*, por ser um importante evento que abre espaço para o debate teórico e político representativo, que mobiliza a categoria em suas bandeiras de luta e se expressa enquanto momento de socialização de estudos e pesquisas na área; e o Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que cataloga produções da pós-graduação e permite a identificação de temas latentes que pesquisadores/as têm se debruçado a desvelar.

Em relação ao recorte temporal, utilizou-se o marco de 10 anos para a revista, ou seja, de 2010 até 2020. Para o banco de teses e dissertações, o recorte foi do ano de 2018 a 2019 e, para o evento, os anais analisados foram do último encontro, em 2018, visto que este vem ocorrendo de dois em dois anos. Buscou-se abarcar as produções mais recentes e de diferentes espaços, buscando decifrar como os debates sobre a temática vêm sendo incorporados na cena contemporânea. Também se teve um cuidado em eleger produções disponíveis em meio eletrônico, no sentido de utilizar aquilo que é de fácil e amplo acesso para assistentes sociais.

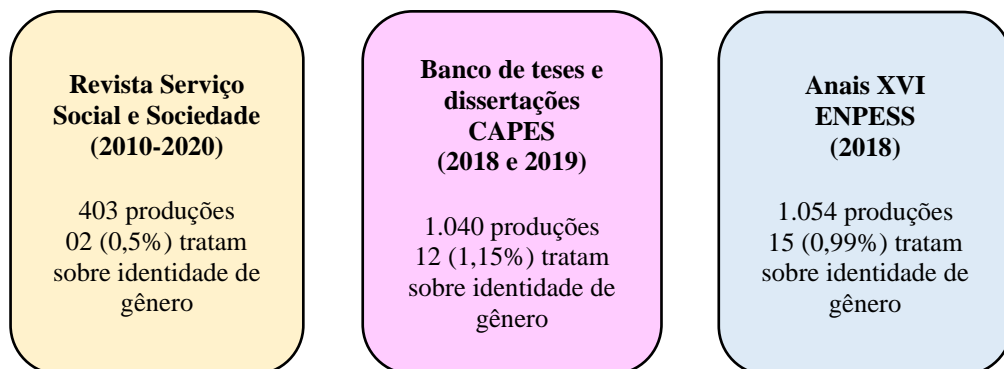
⁶ O DeCS foi criado para auxiliar em uma linguagem única na indexação de artigos de revistas científicas, livros, anais de congressos, relatórios técnicos e outros tipos de materiais, assim como para ser usado na pesquisa e recuperação de assuntos da literatura científica nas fontes de informação. Tem como objetivo permitir o uso de terminologia comum para pesquisa em múltiplos idiomas, proporcionando um meio consistente e único para a localização e recuperação da informação.

Sobre as produções da *Revista Serviço Social e Sociedade*, olhando a partir do marco de 10 anos (2010-2020), foi possível inferir que, de 38 edições, de 402 publicações – entre editoriais, artigos, resenhas etc. – somente duas versam sobre identidade de gênero, tratando sobre população trans e travesti diretamente. Houve um registro em 2019 e um no ano de 2020, equivalendo a somente 0,5% de representação frente ao total de produções publicadas na revista.

Na busca realizada no Banco de Teses e Dissertações da CAPES, foram encontradas 597 produções no ano de 2018 e 443 produções em 2019 tratando sobre identidade de gênero na área de conhecimento do Serviço Social. Fazendo uma análise dos títulos e resumos dessas produções, foram 12 as localizadas que versam sobre identidade de gênero. Porém, destas, somente cinco possuíam autorização da divulgação da obra com possibilidade de acesso ao seu conteúdo integral.

Em relação às produções localizadas nos *Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social*, de 2018, de 1.054 artigos analisados, foram localizados 15 que tratam sobre a identidade de gênero. Ou seja, apenas 0,99% das produções publicadas versam sobre o tema. Como síntese das informações já elencadas sobre as publicações encontradas, apresenta-se a Figura 1:

Figura 1 – Elenco das produções por base de dados



Fonte: Elaborado pela autora.

De um total geral de 2.497 produções analisadas, são 29 (1,16%) as que versam especificamente sobre identidade de gênero. O número é baixo se comparado ao montante geral, mas significativo ao se considerar que são múltiplos os temas que a categoria tem se mobilizado a discutir. Ter produções específicas que tratam sobre a diversidade na perspectiva da

identidade de gênero mostra que o tema está sendo incorporado aos debates da profissão e tendo seu lugar demarcado.

Apesar da presença do trato da identidade de gênero em algumas produções do Serviço Social, e de isso ser um importante marco na contemporaneidade, é preciso pensar que, paralelamente, também se tem reiteradas tentativas da sociedade de invisibilizar as questões relacionadas a esse tema. Acredita-se que o discurso histórico é poderoso tanto para demarcar vozes e narrativas como para ocultá-las; portanto, é primordial entender que apenas ter produções que tratem do tema não garante que ele seja efetivamente apropriado pela profissão.

A análise bibliográfica buscou compreender quais as tendências da produção contemporânea relacionadas ao Serviço Social que falam/tratam sobre a identidade de gênero. Como amostra final para a composição deste estudo, tem-se as seguintes produções:

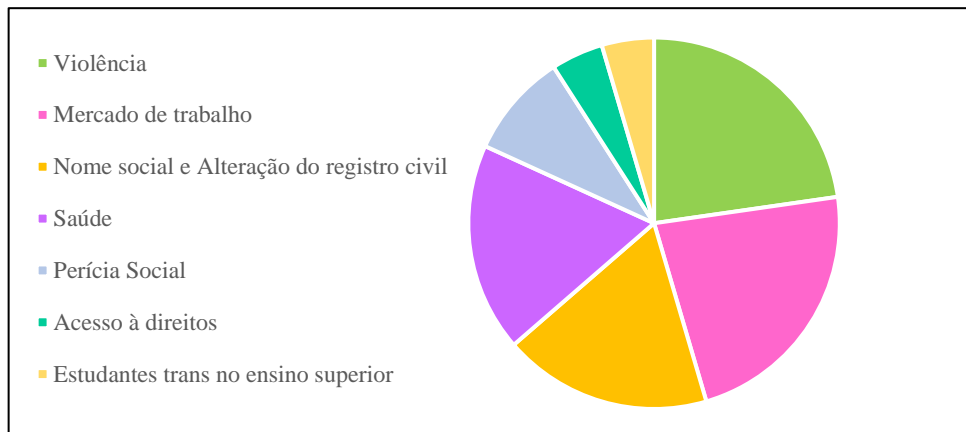
Quadro 1 – Relação das produções que compuseram a amostra

NÚMERO	TÍTULO DA PRODUÇÃO	TIPO DE PRODUÇÃO
01	A sociabilidade das pessoas travestis e transexuais na perícia social	Artigo
02	Capitalismo e razão neoliberal: ódio colonial e extermínio de travestis e transexuais no Brasil	Artigo
03	Transexualidade, gênero e preconceito: impasses e desafios na retificação do registro civil em Manaus, Amazonas	Dissertação
04	A atenção à saúde às travestilidades e transexualidades em São Paulo (2013 - 2018)	Dissertação
05	Mulheres, mulheres trans e travestis em situação de violência na cidade de Santo André: estratégia de enfrentamento	Dissertação
06	Em busca de reconhecimento: limites e desafios dos processos de requalificação civil de pessoas trans no Rio de Janeiro	Tese
07	Diversidade de gênero no trabalho: trajetórias de inserção e permanência de homens trans no mercado de trabalho	Dissertação
08	Violência intrafamiliar e sexualidade: um estudo com as travestis profissionais do sexo no centro de Manaus	Artigo
09	A (re) construção da identidade: do uso do nome social à alteração do registro civil de nascimento das pessoas trans e travestis	Artigo
10	Corpos transgressores: a inserção das travestis no mercado de trabalho em tempos crise do capital	Artigo
11	Reflexões sobre o acesso de homens transexuais a direitos sociais e civis	Artigo
12	“Aonde” está a população trans na divisão sexual do trabalho? Analisando as condições da inserção para os/as trabalhadores/as travestis e transexuais no mercado de trabalho formal	Artigo
13	Corpos trans na nova morfologia do trabalho	Artigo
14	Hoje eu sei qual é o meu lugar na minha história: a sociabilidade dos estudantes transexuais do curso de serviço social em tempos de crise.	Artigo
15	Produção de conhecimento na estruturação do processo transexualizador em hospitais públicos	Artigo
16	Ensaio sobre a sociabilidade das pessoas travestis e transexuais na perícia social	Artigo
17	Violência policial e penitenciária contra pessoas trans no Brasil	Artigo
18	Serviço social e transexualidade: uma análise das ações de requalificação civil de pessoas transexuais no estado do Rio de Janeiro	Artigo
19	O processo transexualizador no Rio de Janeiro: dilemas de uma política personificada	Artigo
20	Travestis e transexuais no mercado de trabalho: trabalho e diversidades no interior da sociedade de classes	Artigo
21	Estado, políticas públicas e diversidade de gênero: limites da assistência à saúde de pessoas transexuais no Brasil	Artigo
22	Diversidade de gênero, violência e a importância de uma compreensão ampliada do tema	Artigo

Fonte: Elaborado pela autora.

Das 22 produções selecionadas, foram identificadas distintas ênfases na abordagem do tema da diversidade na perspectiva da identidade de gênero. Embora, de uma forma geral, as produções tratem sobre diversos aspectos relacionados ao tema central, fez-se uma divisão considerando o tema norteador de cada produção e obteve-se o seguinte resultado:

Gráfico 1 – Tendências das produções teóricas que compuseram a amostra



Fonte: Elaborado pela autora.

Foram identificadas cinco (23%) produções que tratam sobre a dimensão da violência, cinco (23%) sobre mercado de trabalho para pessoas trans, quatro (18%) que versam sobre nome social e alteração do registro civil, quatro (18%) sobre saúde, duas (9%) sobre a perícia social enquanto trabalho de assistentes sociais, uma (4,5%) sobre acesso à direitos e uma (4,5%) sobre estudantes trans no ensino superior. Tais tendências da produção teórica terão seus conteúdos desvelados no decorrer desta produção, em diálogo com os distintos elementos que cada ênfase se propõe a abordar.

A pesquisa realizada também teve como campo de abrangência os cursos de graduação em Serviço Social do estado do Rio Grande do Sul, de acordo com o cadastro do e-MEC, que é a base de dados oficial dos cursos e instituições de educação. O Ministério da Educação – MEC, enquanto órgão da administração federal direta, é o responsável por cuidar do sistema educacional brasileiro. As instituições de educação superior, para iniciarem suas atividades, devem solicitar o credenciamento junto ao MEC e, de acordo com sua organização acadêmica, podem ser credenciadas como: faculdades, centros universitários e universidades.

Existem processos para credenciar e recredenciar, para autorização da possibilidade de oferta dos cursos superiores, para reconhecimento do curso para validação do diploma a nível nacional e revalidação desse reconhecimento mediante ciclo avaliativo. Esse mecanismo de avaliação, que tem por competência acompanhar as atividades e o desenvolvimento dos cursos dentro das instituições, hoje é o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES)⁷. Ele objetiva, a partir da coleta de informações, mensurar a realidade da educação

⁷ O SINAES foi instituído pela lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004 (BRASIL, 2004).

superior no país e fundamenta sua análise com foco na instituição, nos cursos ofertados e no desempenho de estudantes.

Embora o objetivo deste estudo não seja analisar especificamente o sistema educacional em suas competências, é importante ressaltar que a coleta de dados das Unidades de Formação Acadêmica (UFAs) foi realizada mediante consulta na base de dados do MEC, no intuito de respeitar o que se convencionou para a formalização do registro das instituições e autorização para o desenvolvimento de suas atividades a partir de uma diretriz nacional que regula e avalia os cursos superiores.

Realizada a consulta no banco de dados do e-MEC⁸, obteve-se o universo de 44 UFAs efetivamente cadastradas com curso de Serviço Social ativo e já iniciado⁹ no estado.

Quadro 2 – Universo final das UFAs com curso de Serviço Social

	UNIDADE DE FORMAÇÃO ACADÊMICA	SIGLA	MODALIDADE	INÍCIO DE FUNCIONAMENTO
1	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	PUCRS	Presencial	20/03/1945
2	Universidade Católica de Pelotas	UCPEL	Presencial	23/03/1962
			À distância	18/02/2019
3	Universidade de Caxias do Sul	UCS	Presencial	08/03/1976
			À distância	25/02/2019
4	Universidade Luterana do Brasil	ULBRA	Presencial	01/08/1980
			À distância	31/03/2008
5	Universidade do Vale do Rio dos Sinos	UNISINOS	Presencial	14/08/1984
6	Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões	URI	Presencial	04/03/1996
7	Universidade de Cruz Alta	UNICRUZ	Presencial	04/03/1997
8	Universidade de Santa Cruz do Sul	UNISC	Presencial	28/02/2000
			À distância	18/02/2019
9	Universidade Franciscana	UFN	Presencial	01/03/2000
10	Universidade de Passo Fundo	UPF	Presencial	02/08/2004
11	Centro Universitário Metodista	IPA	Presencial	22/02/2005
12	Fundação Universidade Federal do Pampa	UNIPAMPA	Presencial	16/10/2006
13	Universidade Anhanguera	ANHANGUERA/UNIDERP	A distância	07/02/2007
			Presencial	03/08/2009
14	Universidade Pitágoras Unopar	UNOPAR	A distância	12/02/2007

⁸ Pesquisa realizada no portal do e-MEC em novembro do ano de 2019.

⁹ No total foram 58 registros localizados, mas alguns constavam duas vezes devido ao cadastro em diferentes modalidades (presencial e à distância), e algumas das instituições estavam com o ano de cadastro registrado como “não iniciado”, o que significa que o curso não tem data de início de funcionamento. Assim, estes registros não compuseram o desenho do universo deste estudo.

15	Universidade Paulista	UNIP	A distância	18/02/2008
16	Universidade Santo Amaro	UNISA	A distância	22/04/2008
17	Centro Universitário Leonardo da Vinci	UNIASSELVI	A distância	02/05/2008
18	Centro Universitário da Grande Dourados	UNIGRAN	A distância	01/08/2008
19	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	UFRGS	Presencial	17/07/2009
20	Universidade Salvador	UNIFACS	A distância	03/02/2010
21	Universidade Estácio de Sá	UNESA	A distância	22/07/2010
22	Universidade Federal de Santa Maria	UFSM	Presencial	09/08/2010
23	Universidade Salgado de Oliveira	UNIVERSO	A distância	12/09/2010
24	Centro Universitário Braz Cubas	BRAZCUBAS	A distância	02/02/2011
25	Centro Universitário Estácio de Ribeirão Preto	ESTÁCIO RIBEIRÃO PRE	A distância	20/07/2011
26	Centro Universitário de Maringá	UNICESUMAR	A distância	03/02/2014
27	Universidade Cruzeiro do Sul	UNICSUL	A distância	03/02/2014
28	Universidade de Franca	UNIFRAN	A distância	03/02/2014
29	Centro Universitário Fadergs	FADERGS	Presencial	24/02/2014
			A distância	19/02/2018
30	Universidade do Sul de Santa Catarina	UNISUL	A distância	07/04/2014
31	Centro Universitário Internacional	UNINTER	A distância	01/08/2015
32	Centro Universitário Filadélfia	UNIFIL	A distância	07/03/2016
33	Universidade Católica Dom Bosco	UCDB	A distância	01/02/2017
34	Centro Universitário Facvest	UNIFACVEST	A distância	02/08/2017
35	Centro Universitário Ingá	INGA	A distância	03/02/2018
36	Centro Universitário Campos de Andrade	UNIANDRADE	A distância	26/02/2018
37	Centro Universitário da Serra Gaúcha	FSG	A distância	01/08/2018
38	Universidade Católica de Brasília	UCB	A distância	13/08/2018
39	Universidade de Araraquara	UNIARA	A distância	11/09/2018
40	Centro Universitário Cidade Verde	UNIFCV	A distância	18/02/2019
41	Faculdade Educacional da Lapa	FAEL	A distância	01/03/2019
42	Centro Universitário de Excelência Eniac	ENIAC	A distância	04/07/2019
43	Centro Universitário Dom Pedro II	UNIDOMPEDRO	A distância	18/07/2019
44	Faculdade São Francisco de Assis	UNIFIN	Presencial	26/08/2019

Fonte: Elaborado pela autora.

Fazendo uma análise das modalidades cadastradas, tem-se no cenário gaúcho 11 (25%) UFAs que ofertam a graduação em Serviço Social na modalidade presencial, 28 (64%) que ofertam na modalidade à distância, e cinco (11%) que ofertam em ambas as modalidades,

configurando-se como mistas. Há uma predominância expressiva de instituições que formam assistentes sociais através do ensino à distância e que se proliferam para além dos dados apurados, visto que funcionam através de polos alocados em diversas cidades.

A amostra da pesquisa – que pode ser conceituada como uma porção ou parcela selecionada do universo/população, sendo um subconjunto do universo (MARCONI; LAKATOS, 2003) – caracterizou-se por ser não-probabilística intencional. Trata-se de amostra dirigida e escolhida pela autora e não apresenta fundamentação matemática ou estatística. A ideia foi de contemplar UFAs que formam assistentes sociais no estado e que representam a particularidade do ensino da profissão na região.

Alguns critérios de inclusão e de exclusão para a seleção da amostragem foram elencados, conforme o projeto de pesquisa. Para definição da sequência da amostra, foi utilizado o critério de data de registro do curso no e-MEC e teve-se como base o Quadro 2 para a organização dos contatos com as instituições. Atentando para a vida real e concreta, é preciso destacar que esta pesquisa foi desenvolvida em meio ao contexto mundial de pandemia da Covid-19. Por ter sido algo inesperado e que acabou ocorrendo no decurso deste estudo, alguns aspectos foram adaptados dentro do que já estava previsto no projeto de pesquisa apresentado, porém algumas dificuldades foram aguçadas devido ao cenário que assolou o país e o mundo.

Atendendo às orientações das autoridades sanitárias, o isolamento social foi uma estratégia preventiva adotada que objetivou evitar a disseminação da doença isolando as pessoas no sentido de tentar conter a exposição e, conseqüentemente, amenizar a velocidade da disseminação da doença. Foram necessários muitos ajustes nos mais diversos setores e, na educação superior, não foi diferente. Instituições de ensino acabaram tendo que adaptar suas atividades presenciais para o ensino remoto emergencial e readequar todo um planejamento envolvendo o cronograma do curso para conseguir dar seguimento na formação de discentes.

A etapa de coleta de dados da pesquisa já previa o contato de forma on-line com alunos/as; porém, a entrevista a ser realizada com professores/as e tutores/as, que seria de maneira presencial para Porto Alegre e região metropolitana e on-line para demais regiões, foi transformada toda em on-line, tendo em vista a suspensão de qualquer tipo de atividade presencial.

É importante registrar que, com a necessária adaptação das atividades dos cursos de Serviço Social, houve uma dificuldade relevante em conseguir garantir a participação das instituições nesta pesquisa. Como protocolo, foi adotado contatar as UFAs por telefone e, posteriormente, formalizar o convite por e-mail, mas foram muitas as tentativas sem êxito de conseguir realmente estabelecer um diálogo com as instituições. Desde a instauração da

pandemia, em meados de março de 2020, entendeu-se que haveria dificuldades devido à sobrecarga de trabalho, à necessária adaptação, possíveis desligamentos de profissionais pela crise financeira etc., mas o que surpreendeu foi uma ausência de resposta recorrente.

Os dados das instituições foram planilhados¹⁰ e, por ordem já estabelecida de acordo com os critérios de amostragem, foi realizado o contato com as UFAs pelos telefones divulgados em site institucional. Alguns desses telefonemas foram realizados diretamente com o setor do curso de Serviço Social, mas outros, com secretarias e setores administrativos das instituições. Os e-mails de contato foram coletados também via site, e, nas ligações telefônicas, foram solicitados os que não estavam disponíveis nos endereços eletrônicos para que a proposta e o convite para a participação na pesquisa pudessem ser formalmente encaminhados. Nesse momento, algumas instituições não forneceram o solicitado, mas, sim, ficaram com o contato da mestranda para repassar a quem seria responsável para tratar do assunto.

Não havendo resposta tanto por telefone quanto por e-mail, foram retomadas as ligações questionando as UFAs, e a resposta comum era de que iriam verificar e retornar o contato. Para as instituições de ensino à distância, a dificuldade relatada por tutores/as com quem a autora conseguiu estabelecer diálogo era que era necessário submeter a análise da participação da pesquisa à gestão do polo, ou seja, local físico de administração e questões correlatas. Alguns polos não tinham autonomia para deliberar sobre o convite e, então, encaminhavam-no para a gestão central das unidades de ensino, que nem sempre se situavam no Rio Grande do Sul (RS).

A amostra que almejava minimamente garantir a participação de quatro UFAs se constituiu, ao final, com seis UFAs que preencheram os critérios e aceitaram contribuir para o presente estudo. Como amostra final, obteve-se as seguintes UFAs participantes: Pontifícia Universidade Católica do RS (PUCRS), Universidade de Caxias do Sul (UCS), Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), Universidade de Passo Fundo (UPF), Unopar e Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

De acordo com Marconi e Lakatos (2003), a coleta de dados é a etapa da pesquisa em que se inicia a aplicação dos instrumentos elaborados e das técnicas selecionadas com o fim de se efetuar a coleta prevista das informações. A coleta junto das UFAs ocorreu em três etapas, sendo a primeira através de **pesquisa documental** do projeto político-pedagógico dos cursos de Serviço Social e a segunda e a terceira através de **pesquisa de campo**, em que se realizou

¹⁰ Para fins de organização e para auxiliar no percurso metodológico, foi realizada uma planilha com os seguintes dados: nome da instituição, endereço, telefone, coordenação, e-mail e situação, sendo esta última aba utilizada para registrar as ocorrências em relação aos contatos (ou tentativas).

entrevista semiestruturada com os/as coordenadores/as de curso e/ou professores/as indicados/as e aplicação de questionário junto a alunos/as formandos/as.

As entrevistas ocorreram via Skype (software de comunicação em áudio e vídeo) com combinação prévia com os/as docentes, e o questionário foi aplicado junto aos/às estudantes mediante plataforma on-line, o Google Forms. Ambos os grupos tiveram a liberdade de participar ou não da pesquisa e contou-se com o auxílio das coordenações e professores/as participantes para encaminhar o material e estimular o envolvimento de alunos/as no estudo. Todas as etapas foram guiadas por roteiro, que se encontram nos Apêndices A, B e C desta dissertação.

Para análise e interpretação das informações da pesquisa, a técnica utilizada foi de análise de conteúdo. Segundo Bardin (2002, p. 42), a análise de conteúdo pode ser definida como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. Pertencem, pois, ao domínio da análise de conteúdo, todas as iniciativas que, a partir de um conjunto de técnicas parciais mas complementares, consistam na explicitação e sistematização do conteúdo das mensagens e da expressão deste conteúdo.

O método de análise de conteúdo foi realizado a partir da organização de três polos cronológicos, conforme aponta Bardin (2002), sendo eles a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados, inferência e interpretação. A primeira fase referiu-se à organização do material, que teve por objetivo tornar operacionais e sistematizar ideias iniciais. A segunda etapa consistiu essencialmente em operações de codificação, decomposição ou enumeração do material escolhido, com base nas apreensões e regras formuladas na primeira fase. Posteriormente, houve a categorização e as interpretações do estudo, o que se refere ao momento em que se pretendeu responder aos questionamentos da pesquisa.

Por se tratar de pesquisa com seres humanos, foram assegurados os aspectos éticos, obedecendo à resolução nº 510, de 07 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde. Houve a livre participação das instituições e dos sujeitos envolvidos no estudo, com apresentação dos seguintes termos: Termo de Consentimento Institucional – TCI para as UFAs e Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE para os/as coordenadores/as e/ou professores/as e para estudantes, conforme os Apêndices D, E e F desta dissertação.

Para a etapa de coleta de dados junto às instituições e aos/às docentes, os termos foram encaminhados com antecedência para os/as participantes via e-mail para que pudessem fazer a

leitura e decidir se gostariam ou não de participar do estudo. Para a etapa que contemplou estudantes, o termo foi fornecido de forma on-line; eles/as foram orientados a fazer a leitura, salvar o documento e os contatos da pesquisadora responsável caso houvesse interesse em participar da pesquisa.

É importante pensar também que a ética na pesquisa vai além dos conceitos levanos e já banalizados que ainda são utilizados e que a associam exclusivamente ao terreno da moral. Falar sobre ética implica questionar, olhar a realidade com profundidade e abrangência. A ética é uma atitude crítica diante da moralidade e deve ser garantida em todas as dimensões da pesquisa.

A atitude crítica é uma atitude radical, pois busca os fundamentos do que se investiga. Ver largo na totalidade, implica abordar o objeto no seu contexto, com os elementos que o determinam e os diversos ângulos sob os quais se apresenta. Ao olhar a realidade, temos o vício de julgar que nosso ângulo é, se não o único, pelo menos o melhor. Entretanto, há outros pontos de vista, a contradição é uma característica fundamental do real, que se apresenta multifacetado e exige um esforço de abrangência para podermos conhecê-lo. (RIOS, 2006, p. 82).

Para garantir a dimensão ética na pesquisa é necessário ir além; é preciso olhar criticamente e perguntar-se sobre sua finalidade e a serviço de quem ela se realiza (RIOS, 2006, p. 83). Nesse sentido, a ideia foi condensar a complexa discussão sobre formação – que tem se mostrado cada vez mais um ponto essencial na agenda profissional – com o tema da identidade de gênero, sendo a interlocução desses temas entendida como uma estratégia para dar visibilidade para assuntos que, embora possam ser discutidos em contextos diferentes, têm suas conexões e fazem parte de uma totalidade em um momento histórico.

[...] significa que nada pode ser compreendido de modo isolado. O sentido de cada parte, de cada fato, de cada dado só emerge na medida em que ele for apreendido como momento de um conjunto, como resultado de um processo através do qual cada um dos elementos parciais vai adquirindo a sua natureza e a sua especificidade. Trata-se, pois, de apreender o processo através do qual vão se constituindo, ao mesmo tempo, a totalidade de determinado objeto e as partes que o compõem, a hierarquia e a ordem entre os diversos momentos, o modo como se relacionam entre si o todo e as partes, sob a regência do primeiro, as relações das diversas partes entre si e a passagem de um momento a outro. (TONET, 2013, p. 116).

Conforme Rios (2006) a pesquisa deve ser entendida como uma prática pedagógica, que partilha conhecimento de forma que todos possam dele se apropriar e se beneficiar. Sua devolução é de suma importância e se constrói na mobilização de esforços de quem pesquisa para que o conhecimento seja instrumento amplamente socializado e que não fique no campo da individualidade.

O retorno dos dados apurados pela pesquisa, ou seja, a devolução dos resultados trata-se de um compromisso com a sociedade e com a comunidade. Para tanto, além da sistematização dos achados da pesquisa nesta produção, também é previsto artigo científico a ser submetido à publicação e seminário temático a ser organizado em conjunto com as instituições participantes e com pessoas trans convidadas, com intuito de ampliar ainda mais as discussões a que a presente pesquisa buscou dar início e dar visibilidade para as pautas relacionadas à identidade de gênero na sua interlocução com a profissão.

Não é tolerável produzir sem a participação de pessoas que constroem essa história que há anos vem sendo descrita, interpretada e interpelada por terceiros. Ainda que seja relevante que pessoas cis dialoguem e produzam sobre o tema da diversidade e da identidade de gênero, entende-se que é preciso preservar o lugar e o espaço de locução para pessoas trans, em vista de um protagonismo que há anos está negligenciado. Para isso, pessoas trans serão essenciais na etapa de devolução dos dados, e se prevê essa participação considerando-as como centrais para se pensar e problematizar as descobertas que os resultados da pesquisa apresentam no âmbito da formação de assistentes sociais na relação com a temática da identidade de gênero.

Como amostra final geral desta pesquisa obteve-se: 22 produções teóricas da área do Serviço Social que tratam sobre identidade de gênero, 06 Unidades de Formação Acadêmica do RS com curso de Serviço Social que participaram do estudo, possibilitando que: 06 projetos político-pedagógicos fossem analisados, 06 assistentes sociais que trabalham enquanto coordenação de curso e/ou docentes fossem entrevistadas e que 11 estudantes participassem do estudo por meio de aplicação de questionário. Os achados bibliográficos bem como dados da pesquisa empírica serão articulados como contraprova histórica no decorrer dos capítulos desta dissertação. No entanto, o detalhamento e a caracterização dos projetos político-pedagógicos ocorrem especificamente no Capítulo 3, item 3.3, assim como, no Capítulo 4, é dada ênfase à caracterização dos/as participantes da pesquisa e ocorre o adensamento sobre a consolidação da temática da identidade de gênero na formação a partir da análise de dados coletados junto a docentes e estudantes.

Sendo assim, a presente dissertação está organizada de modo que, no primeiro capítulo, é contextualizada a identidade de gênero e a sua relação com o Serviço Social, com reflexões sobre o significado da temática, evidenciando como o assunto se revela enquanto objeto de trabalho para assistentes sociais e trazendo resultados da pesquisa bibliográfica. O segundo capítulo trata da formação e do trabalho profissional, traz elementos sobre o contexto da educação superior, das lutas e conquistas da dimensão político-organizativa da categoria e aborda os resultados da análise da etapa da pesquisa documental dos projetos político-

pedagógicos das UFAs participantes. O terceiro capítulo agrega elementos da etapa de pesquisa de campo, trazendo a perspectiva de docentes e estudantes sobre a abordagem do tema na formação e sobre como visualizam essa incorporação. Por fim, apresenta-se as considerações finais com a síntese das descobertas que o presente estudo propiciou.

2 IDENTIDADE DE GÊNERO E SERVIÇO SOCIAL: REFLEXÕES NECESSÁRIAS PARA O APROFUNDAMENTO DO DEBATE

Entendendo que a autoconstrução humana é eixo do processo social (TONET, 2005) para iniciar a problematização de como a diversidade na perspectiva identidade de gênero se revela enquanto um tema necessário para o Serviço Social, tanto no âmbito da formação quanto no trabalho profissional, é preciso situá-lo em suas particularidades históricas e diante do entendimento de como ele se conforma enquanto expressão da questão social e, portanto, torna-se objeto de trabalho para assistentes sociais.

A profissão, que se desenvolveu no marco das forças societárias como uma especialização do trabalho na sociedade, tem na questão social a matéria-prima do seu trabalho profissional, e sua raiz é o próprio contexto de acumulação do capital. Ou seja, as discussões sobre identidade de gênero devem ser localizadas a partir da sua vinculação com a dimensão de classe em uma perspectiva crítica, entendendo os/as indivíduos/as como seres diversos/as, sem fragmentá-los/as nem os/as isolar da vida social, mas sim compreendendo que existem determinações que particularizam seu modo de ser/estar.

2.1 RELAÇÕES PATRIARCAIS DE GÊNERO E A NORMATIZAÇÃO DOS CORPOS

Pensando que a história é o movimento de um conteúdo, engendrando diferenças, polaridades e conflitos (LEFÈBVRE, 1991), é importante situar que o conceito de gênero e de identidade de gênero em que se baseia este trabalho é o que está ligado diretamente à história da luta do movimento feminista e transfeminista, sobre a base de um sistema cisnormativo-heteropatriarcal-racista-capitalista.

A discussão das questões de gênero, pautada inicialmente pela necessidade de se problematizar o ocultamento da mulher em detrimento do papel preponderante do homem, surge como consequência da resistência das mulheres ao negarem o lugar secundário tradicionalmente atribuído a elas, denunciando a opressão e o submetimento feminino (LOURO, 1997), tensionando as estruturas basilares desta forma acrítica de entendimento da realidade. É, assim, uma importante ruptura com tudo aquilo que limitava as possibilidades de ser dentro de um sistema que pregava a dominação e a exploração das mulheres – que eram reduzidas a meros objetos passivos e receptivos – e também a essencial abertura para trazer à tona o questionamento da perpetuação de valores conservadores, que naturalizavam as

desigualdades, alimentando a supremacia do homem e do que era lido/entendido como masculino.

Ainda que de forma não-linear e marcado por diferentes correntes e concepções teóricas imersas em contradições, o movimento feminista, especialmente o movimento transfeminista¹¹, ganhou força ao longo da jornada e passou a reivindicar abertamente a reflexão sobre a condição imputada de inferioridade da mulher. O movimento social, então, em seu importante papel, colocou em evidência a necessidade de se pensar em gênero também como uma questão identitária, que não passaria por uma determinação compulsória e não seria um destino biológico pré-determinado, mas sim um produto das relações sociais. Ou seja, o ser social é autoproduzido pelas relações concretas, e a construção humana não é estritamente biológica, mas, sim, carrega aspectos sociais.

Como Scott (1990) sinaliza, o termo gênero foi inicialmente usado por feministas norte-americanas que queriam enfatizar o caráter fundamentalmente social das diferenciações baseadas no sexo e das restrições deste termo. A utilização de “gênero”, portanto, rejeita abertamente explicações biológicas e vem embebida na negação do determinismo implícito que até então era utilizado de maneira restritiva às múltiplas vivências possíveis.

[...] o termo "gênero" torna-se uma forma de indicar "construções culturais" - a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres. "Gênero" é, segundo esta definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. (SCOTT, 1990, p. 75).

Entendeu-se que havia divergências nas expectativas sociais e pessoais dos papéis de gênero e que existe uma relação entre o sujeito e o contexto em que se insere, e que, portanto, as identidades são socialmente construídas e historicamente modeladas. Para Safiotti (1999), a mais famosa frase – “ninguém nasce mulher, torna-se mulher” – de Simone de Beauvoir é a manifestação primeira do conceito gênero, ou seja, é preciso aprender a ser mulher, uma vez que o feminino não é dado pela biologia, ou mais simplesmente pela anatomia e, sim, é construído pela sociedade em uma série de símbolos.

Os chamados “estudos de gênero” surgem sob a influência de feministas acadêmicas, no final do século XX, destacadamente entre as décadas de 1970 e 1980. Sua grande

¹¹ Vergueiro (2015) sinaliza que o ativismo transfeminista objetiva propor redefinições e complexificações dos escopos de lutas feministas, de forma a ampliá-los para considerar, por exemplo, questões relativas a identidades de gênero e diversidades corporais, o que implica em uma reconfiguração em torno do sujeito “mulher” tido como central em feminismos. Trata-se de uma linha de pensamento, corrente contemporânea do feminismo, que evidencia uma abordagem em oposição ao feminismo falho de base unicamente biológica e que se propõe a borrar os marcadores de ser mulher na sociedade.

contribuição foi desnaturalizar e historicizar as desigualdades entre homens e mulheres. Em outras palavras, a despeito das divergências e multiplicidade teórica que envolvem o conceito gênero, convencionou-se hegemonicamente, que ele designa a construção social do masculino e do feminino. (CISNE; SANTOS, 2018, p. 46).

É evidente que existe uma clara tendência à normatização dos corpos, comportamentos e expressões. Não raro vê-se afirmações do tipo “menino veste azul e menina veste rosa”¹² sendo disseminadas e ovacionadas em nosso país. Bento (2006) nos diz que tem se produzido um efeito prescritivo que desencadeia um ajuste performático àquilo que se estabelece para os gêneros, gerando efeitos regulatórios e ritualizando uma falsa coerência que é assumida pela sociedade e que desconsidera que, em diferentes culturas, se produziram diferentes classificações para os gêneros.

A categoria gênero é polissêmica e reivindica para si um território específico envolto de polêmicas e disputas. Sua difusão contribuiu para o questionamento do sujeito universal no sentido de desnaturalizar o biológico dual normativo de feminino e masculino. Em síntese, é o reconhecimento do caráter histórico, social e cultural acerca da construção dos papéis, identidades e valores atribuídos às pessoas e internalizados através de processos de socialização (MATOS, 2017). Gênero passou a ser uma categoria analítica que leva em conta perspectivas mais plurais, menos totalizadoras e impositivas, mas é importante ressaltar que não foi o conceito de gênero que possibilitou a desnaturalização do sexo, muito antes já se entendia criticamente a construção social de sexo.

Não temos dúvida da influência de normas regulatórias na construção social dos sexos, todavia, é importante questionar de onde vêm essas normas, a quais interesses elas atendem e, fundamentalmente, quais relações materiais as sustentam? Nesse viés, evitamos cair na perspectiva idealista, posto que não são as normas que determinam a construção social do sexo ou do gênero. As normas reproduzem e naturalizam modelos de sexo/gênero, mas elas possuem determinações materiais. O que queremos lembrar é o método de análise marxiano: não são as ideias e as normas que determinam a realidade, é a realidade, com a concretude histórica das relações sociais e seus antagonismos postos na luta de classes, que determina as normas e as ideias. (CISNE; SANTOS, 2018, p. 49).

Gênero não é uma categoria estável, e no seu interior está instaurada uma dificuldade de mediar o tema para além do próprio binarismo de homem/mulher, recaindo novamente num determinismo biológico que alerta para a necessidade da superação não só da forma de que se utiliza a categoria, mas também dos rebatimentos das discussões que se instalam dentro dela. Aqui se faz necessário pontuar que não existe uma possibilidade de simplificar ou dividir a

¹² A frase foi proferida por Damares Alves, atual ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos do governo de Jair Bolsonaro, no ano de 2019.

categoria gênero e seus estudos, mas é preciso entendê-la em suas contradições e em narrativas que são históricas e temporais, sendo, portanto, algo em trânsito, mutável e que não é fixo, conclusivo.

[...] hegemonicamente, os estudos de gênero não são desenvolvidos de forma relacional aos sistemas de exploração, notadamente, de classe. Ao contrário, eles tendem à discussão mais individual, de construção cultural e da categorização do ser homem e do ser mulher, por meio de símbolos, das subjetividades, das representações sociais e identidades, deslocando essas dimensões de sua base objetiva e material. (CISNE; SANTOS, 2018, p. 50).

Há uma crítica ao conceito de gênero¹³ quando se oculta a hierarquia e os antagonismos materiais existentes entre os gêneros. Para garantir uma análise crítica, é preciso manter o caráter histórico, cuidando para não deslocar o discurso à individualidade, esquecendo a base material e das relações sociais existentes. Não se pode diluir o conceito a uma perspectiva neutra, que oculte o propósito de apreender o gênero como construção social; ao contrário, é necessário que se demonstre a insuficiência de se falar em gênero quando este é isolado das relações de opressão e exploração resultantes da constituição do sistema patriarcal. Aqui, notadamente, opta-se pelo termo gênero entendendo sua limitação, mas assegurando o sentido que é utilizado por sujeitos políticos e pelos movimentos sociais, reafirmando a importância da construção coletiva protagonizada pela população trans.

A lógica do patriarcado, que sustenta e estrutura a dominação masculina e a subalternização das mulheres, embora não se restrinja ao gênero mulher, permeia a construção social do sexo feminino, exercendo controle e dominação sobre a mulher e sobre o que é identificado, considerado ou associado como feminino (CISNE; SANTOS, 2018). O sistema patriarcal especifica as relações de gênero como desiguais e estrutura-se por uma lógica racista, cisnormativa¹⁴ e heterossexista, que se apropria do corpo e da própria sexualidade das mulheres, atingindo também a população LGBTQIA+ mediante a imposição de um modo rígido de ser feminino e de ser masculino e disseminando a heterossexualidade como única possibilidade de vivência afetivo-sexual.

O controle e a dominação sobre o corpo e sobre a sexualidade desenvolvidos pelo patriarcado são funcionais ao desenvolvimento do modo de produção capitalista e atendem a

¹³ Cisne e Santos (2018) tecem excelentes reflexões quanto à crítica do conceito de gênero que não serão analisadas especificamente nesta produção, mas que contribuem para trazer à tona as indagações necessárias sobre sua utilização.

¹⁴ Pessoas cisgênero são aquelas que se identificam com o gênero atribuído ao nascimento (JESUS, 2012) e a cisnormatividade refere-se à demarcação dessa forma de identificação como norma/padrão, como compulsória e como a identidade de gênero que é legitimada pela sociedade.

dois interesses: 1) a garantia de controle sobre a prole, que resulta em força de trabalho e mão de obra abundante, gerando, conseqüentemente, possibilidade de produção de riqueza; 2) a perpetuação da propriedade privada através da herança, pois, tendo filhos/as, produz-se herdeiros e novas reprodutoras (CISNE, 2014; SAFFIOTI, 2004). As sexualidades, organizadas e hierarquizadas a partir do modelo da heterossexualidade, também são demarcadas por aspectos de controle. A lógica de ditar o modelo de relações afetivas e sexuais a ser seguido pelo gênero humano acaba por também institucionalizar os papéis de gênero a partir do que é considerado feminino e do que é tido como masculino.

2.2 BINARISMO, IDENTIDADE DE GÊNERO E AS ESFERAS DO OCULTAMENTO DA DIVERSIDADE HUMANA

Existem papéis explicitamente hierarquizados em uma formação social em que homens detêm o poder e são superiores. Normas são instituídas como categorização do que é considerado como masculino/feminino, mostrando universos totalmente diferentes que são alimentados pela difusão da ideologia patriarcal instituída desde a infância por discursos de vozes autorizadas. O binarismo de gênero, que é utilizado como um critério de verdade absoluta inquestionável, se caracteriza por ser constituído através de visões dicotômicas de homens e mulheres.

O binarismo de gênero é uma ideologia constituída pela afirmação de que mulheres e homens são radicalmente distintos e que esta distinção está fundada nos corpos biológicos e que, portanto, ela é imutável e inquestionável. Como qualquer ideologia, ele produz um ocultamento da realidade social, destinado a esconder das pessoas o modo real como as relações sociais são produzidas. [...] O binarismo de gênero dá suporte ao preconceito, a um critério de verdade e, com ele, a muitos privilégios e à desigualdade social própria do capitalismo, que vemos nos diferentes espaços de sociabilidade. Um dos privilégios mais comuns sustentados pelo binarismo é o que goza a maior parte do que está socialmente associado ao masculino, em detrimento da desvalorização da maior parte do que está associado ao feminino. (CFESS, 2016, p. 8).

Esse binarismo de gênero emerge de um modelo opressor em que se deve pertencer a uma ou outra categoria, e o que está fora disso e/ou em desacordo é passível de exclusão e discriminação pela sociedade de classes. Não são permitidas novas narrativas para dar conta das diversas perspectivas possíveis para a dimensão do gênero, e o modelo permanece centrado naquilo classificado simploriamente pela divisão homem/mulher. A categoria gênero precisa ser compreendida no emaranhado das relações sociais, que envolvem corpos reais em suas

vivências, subjetividades e características, e tendo a diversidade como algo inerente à vida humana.

Permanecendo na lógica de que o gênero é construção em movimento – e não algo dado compulsoriamente por uma marca imputada logo nos primeiros momentos de vida¹⁵ – é importante abordar a questão da identidade de gênero, que trata da liberdade de as pessoas poderem se identificar como se sentem e se entendem e não somente e restritivamente por sua genitália (pênis = homem, vagina = mulher). Compreende-se identidade de gênero como:

[...] profundamente sentida experiência interna e individual do gênero de cada pessoa, que pode ou não corresponder ao sexo atribuído no nascimento, incluindo o senso pessoal do corpo (que pode envolver, por livre escolha, modificação da aparência ou função corporal por meios médicos, cirúrgicos ou outros) e outras expressões de gênero, inclusive vestimenta, modo de falar e maneirismos. (THE YOGYAKARTA PRINCIPLES, 2007, p. 7).

Nesta produção, abordar a diversidade na perspectiva da identidade de gênero significa ampliar a dimensão do olhar para aquilo que pode se traduzir em transidentidades, ou seja, a transexualidade, a travestilidade e/ou a transgeneridade. De maneira geral, pode-se afirmar que essas são expressões identitárias que se caracterizam pelos conflitos potenciais com as normas de gênero, visto que as pessoas que as vivenciam reivindicam o reconhecimento de um gênero diferente do informado e imposto na ocasião do nascimento. A experiência trans quebra a causalidade entre sexo/gênero e desnuda os limites de um sistema binário restritivo, assentado no corpo-sexuado (BENTO, 2008) e que interdita comportamentos e limita vivências.

[...] o conceito de identidade de gênero surgiu inicialmente na medicina psiquiátrica para designar o que os médicos consideravam transtorno: pessoas de um sexo biológico e de um gênero considerado oposto a ele. Depois, esse conceito passou a ser adotado pelo movimento LGBT, em um processo de rebeldia e contestação para que tal prática fosse considerada possível e não desvio, transtorno. (CRUZ, 2014, p. 79).

Por um histórico de gênese patologizada, as pessoas trans acabam por vivenciar de forma amplificada as suas dificuldades e precisam constantemente reivindicar o respeito às suas vivências e individualidades. A não conformidade e/ou a não aceitação do gênero atribuído ao nascimento e das características biológicas de gênero também passam pela recusa das expectativas estereotipadas da sociedade em relação aos papéis atribuídos ao homem e à mulher.

¹⁵ Bento (2008) vai sinalizar que, antes mesmo de nascer, o corpo já estaria inscrito em um campo discursivo determinado. Ainda quando se é uma “promessa”, um devir, existe um conjunto de expectativas estruturadas numa complexa rede de pressuposições sobre comportamentos, gostos e subjetividades.

A sociedade europeia ocidental, a partir do século 18, o mesmo período que coincide com o advento da burguesia, tendeu a uma classificação binária (mulheres ou homens), baseada na aparência externa da anatomia. Mais tarde, este processo se agudizou por meio do controle biomédico dos corpos (séc. 19). Todavia, ao longo da história subsequente da própria Europa (e das diferentes sociedades que se produziram a partir do colonialismo europeu), existiram pessoas que não se sentiram confortáveis nas imposições sociais vinculadas ao sexo em que elas foram inseridas ao nascerem. Estas pessoas passaram a sofrer fortes opressões, por não corresponderem às normas sociais. Estas opressões tomaram diferentes formas: o ostracismo, o pauperismo, a violência física e a morte, o abandono, a discriminação, a prisão, o encarceramento em hospitais psiquiátricos, a medicalização forçada e a supressão até mesmo daqueles direitos já conquistados pela população em geral. A memória da existência destas pessoas também foi cuidadosamente apagada (de forma parcial ou total), como parte das opressões que vivenciaram. (CFESS, 2016, p. 8-9).

A população trans, ao romper com essa linearidade estipulada e com essa forma singular de vivenciar o seu gênero, propõe uma experiência fora do determinismo (seja ele social, cultural ou biológico) e, assim, destoa novamente das expectativas dominantes e conservadoras. Fazendo uma apreensão crítica dos processos sociais de produção e reprodução da ordem do capital, compreende-se que as relações sociais inerentes à sociedade burguesa instituem-se das mais variadas maneiras de viver as situações de dominação, exploração e exclusão (IAMAMOTO, 2010), o que é marcador recorrente nas vivências e experiências de pessoas trans, justamente por não aderirem a moldes compulsórios.

A transexualidade é uma questão de identidade. Não é uma doença mental, não é uma perversão sexual, nem é uma doença debilitante ou contagiosa. Não tem nada a ver com orientação sexual, como geralmente se pensa, não é uma escolha nem é um capricho. Ela é identificada ao longo de toda a história e no mundo inteiro. (JESUS, 2012, p. 7).

As discussões sobre diversidade corporal, autoexpressão e identidade de gênero são múltiplas e detêm certa complexidade, visto que a existência de pessoas trans está subordinada e condicionada a um apagamento social estratégico à reprodução da sociedade capitalista. Ou seja, as próprias relações sociais desenvolvem processos de invisibilização para que comportamentos mais convenientes à manutenção da ordem social sejam consagrados e os demais sejam ocultados, ignorados e silenciados. Há um não reconhecimento da dimensão da diversidade humana, que ocorre de forma arbitrária e difunde a ideia de que pessoas trans não são dignas de direitos. São entendidas como indecisas, farsantes ou ainda como doentes mentais.

O desenho da exploração tem corpo, gênero, sexualidade e raça, e essa interseccionalidade é fundamental para que se faça uma análise de qualquer fenômeno. As

determinações de classe são fundantes e estruturam o histórico de exploração do homem sobre a mulher “[...] desde sua formação embrionária expressa na origem da propriedade privada associada à construção de sociedades escravistas e feudais, [em] que o racismo e o patriarcado se constituíram” (CISNE; SANTOS, 2018, p. 77). A exploração do trabalho que deu fundamento ao racismo e ao patriarcado – ainda que estes sejam anteriores à sociedade de classes no capitalismo – determina particularidades em relação às dimensões que condicionam de forma diferente e desigual as vivências das formas de opressão nesta sociedade.

Há uma caracterização no tempo presente que remete à banalização da vida humana (SANTOS, 2009), em que a agenda da luta por direito à diversidade na sua multiplicidade é escamoteada. Existe todo um histórico de invisibilização e de vulnerabilidade em que o tema da identidade de gênero está submerso, e isso remete ao trabalho singular de assistentes sociais, profissional que busca justamente a defesa intransigente dos direitos humanos, empenha-se na eliminação de todas as formas de preconceito, reconhece a liberdade como valor ético central e entende a diversidade como inerente à pessoa humana.

Diversidade é o conjunto das diferenças e peculiaridades individuais. Algo em cada ser humano que é impossível padronizar, por mais que a sociedade deseje unificar. É peculiar a cada pessoa uma série de diferenciações que fazem parte de suas características, enquanto indivíduo único, a singularidade própria dos seres humanos pressupõe diferenciações. Há, aproximadamente, 7.000.000. 000 (sete bilhões) de seres humanos no mundo até o presente ano de 2017 e nenhum repete outro. Nenhuma pessoa se iguala a outra neste imenso número. Somos todos diferentes e por mais seres humanos que possam habitar o planeta não podemos imaginar uma situação na qual vá nascer uma criança igual as que já existem. Não nos repetimos enquanto espécie humana e, portanto, a diversidade é nossa característica universal. (FERNANDES, 2017, p. 146).

Em que pese a diversidade como pertencente às relações sociais, reitera-se que o Brasil é o país que mais mata e, conseqüentemente, mais deixa matar a população trans. Tal população é tratada como aberração, como pessoas desprezíveis, abomináveis. A lógica conservadora que nega a volatilidade do feminino e do masculino também enquadra e retira o horizonte da liberdade, reproduz uma visão estreita, baseada na ideologia do controle sob os marcos de um sistema que não é capaz de superar desigualdades tão profundas e preconceitos tão arraigados.

Existem operações cotidianas de gênero para construir a materialidade dos nossos corpos, e para garantir a legitimidade aos sujeitos e às normas regulatórias de gênero e de sexualidade. Elas precisam existir porque “homem” ou “mulher” não são meras representações sociais, mas são sistemas classificatórios que comportam em si processos de atribuição e supressão de direitos e/ou deveres, de privilégios e desvantagens (Louro, 2013, p. 92). Estes sistemas classificatórios por sua vez não operam de forma aleatória nem estática, mas alinham-se a diferentes interesses em

disputa na ordem social vigente, *preferencialmente a favor* da conservação da ordem social patriarcal, racista e capitalista. (ALMEIDA, 2018a, p. 163).

Por força da dominação e da lógica de ocultamento daquilo que se expressa enquanto vida humanizada em suas múltiplas possibilidades de vivências, a sociedade vem marginalizando e exterminando pessoas que rompem com o padrão e com as normas instituídas que prescrevem e limitam comportamentos. Reflexo disso, a política de morte de um contexto crescente de assassinatos, já apresentado anteriormente, permanece ressoando e abreviando a vida de pessoas trans.

Nas etapas da pesquisa em que se buscou dar voz às assistentes sociais professoras¹⁶ e aos/às estudantes das UFAs participantes, considerou-se fundamental buscar compreender a **concepção da identidade de gênero por parte dos/as participantes**, sendo essa dimensão fundamental para se poder trabalhar as particularidades do tema na sua relação com a profissão. Pelas docentes, a concepção de identidade de gênero é apreendida como algo pessoal e particularizado, que tem relação com como as pessoas se percebem e se entendem diante da sociedade:

“O que se convencionou a chamar de identidade de gênero, mais popular, é algo relacionado ao indivíduo, à pessoa, como ela se percebe, como ela se sente. [...] Me parece mais pessoal, a identidade, mais particular, mas como todo particular em sociedade, sofre determinações gerais.” (Docente 01).

Em concordância com a narrativa acima, tem-se mais um relato:

“Identidade de gênero, pra mim, é aquilo que a pessoa se identifica, como é que ela se enxerga, como ela se sente confortável nestes papéis que são colocados na sociedade. Então tem a ver com uma coisa pessoal, que ela vai construindo e ela vai se identificando.” (Docente 06).

Sendo uma concepção individual sobre uma percepção de si, essa visão corrobora o que se entende do que se construiu socialmente para gênero masculino/homem e feminino/mulher, conforme a definição abaixo:

“Identidade de gênero é justamente esse processo de que a pessoa possa se identificar a partir daquilo que ela é, como ela se entende, não necessariamente do jeito que ela

¹⁶ Conforme já exposto na introdução, o perfil de participantes será mais bem elucidado em outro momento da dissertação, porém, considerando que as representantes de coordenação de curso e docentes se configuraram todas tendo identidade de gênero mulher/feminina, serão utilizados pronomes e flexões de palavras que expressem o gênero feminino.

nasceu. Então eu posso ter nascido enquanto mulher, enquanto sexo falando, feminino, mas talvez eu não me reconheça assim, e aí eu vou me constituindo por uma outra identidade e podendo garantir aí algumas características: a própria questão do nome e o modo de como as pessoas me enxergam a partir de como eu me reconheço.” (Docente 02).

Complementando a narrativa acima, tem-se o relato de outra professora que vai ao encontro da concepção de que identidade de gênero tem relação com sentir-se e perceber-se enquanto homem, mulher ou outras identidades:

“[...] identidade de gênero é a identificação que um sujeito, uma pessoa tem com alguma identidade que pode ser homem, mulher ou outras formas de se identificar e com isso construir a sua identidade.” (Docente 05).

Essas concepções expressas pelas professoras vão ao encontro do referencial teórico, que apresenta a identidade de gênero definida como uma autodeterminação, referente a como as pessoas se reconhecem, mas que tem relação direta com a sociedade, com as normas já instituídas socialmente sobre o que se considera para homem/mulher e feminino/masculino. A Docente 03 reforça as narrativas anteriores e agrega o elemento da identidade trans com a problematização de uma dificuldade da sociedade em lidar com as diferenças:

“[...] identidade de gênero seria quando a pessoa de fato assume a sua identidade, assume o seu ser, a sua forma, quando ela assume de fato aquela identidade. Então, por exemplo, se uma pessoa é trans, enfim, ela assume essa identidade. [...] é preciso sim uma resignificação da própria pessoa, pra inserir, pra que a sua presença, a sua identidade seja também respeitada nas diferenças da sociedade. Então, acho que identidade de gênero, ela é permeada de desafios, acho que é permeada de desafios. Tanto pelas pessoas que vivem isso na pele, tanto pela sociedade em geral, por nós vivermos, de certa forma, num formato, num padrão, que, de certa forma excluem essas diferenças e essas diversidades.” (DOCENTE 03).

Ainda que a identidade de gênero esteja associada à diversidade humana e às múltiplas formas de expressão sobre o gênero com o qual a pessoa se identifica ou se desidentifica, há ainda uma confusão com as questões de sexualidade. A sexualidade trata do desejo sexual e afetivo por outra pessoa, que nada tem a ver com o senso pessoal de se identificar e pertencer a algum gênero. Esse entendimento confuso fica evidente no trecho a seguir:

“Identidade de gênero é quando a pessoa, ela acha o seu eu, ela acha o que ela é, se se ela vai ser trans, se ela vai ser homossexual, se ela vai ser heterossexual.” (Docente 04).

Essa fala se distancia das definições que se tem utilizado para trabalhar com o conceito de identidade de gênero, porém elucida que o assunto pode estar sendo pouco explorado ou pouco apropriado e, por isso, o desconhecimento e a atrapalhação com o seu real significado.

As narrativas das professoras evidenciam alguns desafios sobre a relação delas com o tema. Ele aparece como algo distante, que não é trabalhado no âmbito do Serviço Social. As docentes entendem que não possuem tanta apropriação do tema e reconhecem a necessidade de uma aproximação maior, um maior adensamento sobre o assunto.

“[...] qualquer coisa que eu venha falar sobre identidade de gênero, é muito simplificada. É muito próxima do que se espalha comumente. E não é só isso, eu tenho certeza que identidade é muito mais complexo, é também uma teoria de análise e, portanto, como categoria de análise, ela vai reunir definições, vai se fundamentar em teorias, e essa é uma bagagem que nós, no Serviço Social, nós não temos. O que nós falamos sobre identidade de gênero é muito superficial no sentido da fundamentação teórica e muito comum, no sentido da opinião.” (Docente 01).

“Bom, agora eu vou dar um conceito bem, assim... pessoal, claro, sem muita apropriação, é algo que eu ainda preciso estudar.” (Docente 06).

Pelos/as estudantes, a identidade de gênero foi definida como autopercepção, modo como a pessoa se identifica, como ela se coloca e como ela se expressa. Abaixo, apresentam-se as respostas dos/as discentes:

Quadro 3 – Definição de identidade de gênero pelos/as estudantes

ESTUDANTE	RESPOSTA
01	Uma maneira de se colocar no mundo em que nos sentimos mais confortáveis
02	Aquilo que a pessoa se identifica em ser
03	É como a pessoa se sente em relação a seu próprio gênero
04	Refere ao gênero com que a pessoa se identifica
05	É como a pessoa se identifica
06	O ela decidir a ser
07	É independente do sexo (ou seja, das características biológicas), está relacionada a identificação de uma pessoa com o gênero masculino ou feminino. Algumas pessoas se identificam com um gênero diferente do que é imposto a elas em função de seu sexo biológico
08	Como a pessoa se apresenta
09	É a pessoa que se identifica com o sexo biológico designado no momento de seu nascimento
10	Opção sexual, independente do sexo masculino ou feminino
11	Como a pessoa se reconhece e considera, independentemente de sua fisiologia

Fonte: Elaborado pela autora.

Apesar de haver definições que acenam que a identidade de gênero não se limita ao “sexo biológico” – ou ao que se prefere inferir nesta produção como gênero designado ao nascimento – o/a Estudante 09 localiza a identidade de gênero como sendo justamente o contrário, a identificação com o sexo designado ao nascer. Outro registro que destoa do entendimento da categoria da identidade de gênero como sendo a autoidentificação das pessoas com os gêneros socialmente instituídos, a trata como opção sexual, que na realidade é um termo em desuso, que foi atualizado para “orientação sexual” e que não tem relação com a identidade de gênero.

Essa é uma confusão que, ao longo da história, vem se fazendo; a dimensão da sexualidade não possui relação alguma com a identidade de gênero. Sexualidade é sobre relacionamento afetivo/sexual/erótico com outras pessoas, e a identidade de gênero é algo interior, sobre si mesmo, é como a pessoa se percebe em relação ao seu gênero e como se expressa na sociedade. Embora as lutas sejam somadas no percurso histórico da sociedade, iniciando com o movimento GLS (Gays, Lésbicas e Simpatizantes) e culminando no que hoje se tem como movimento LGBTQIA+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Travestis, Queers,

Intersexuais, Assexuais e todas as demais existências de gêneros e sexualidades), é importante pontuar que existem diferenças nos termos, no que eles significam e representam.

De acordo com Facchini e Rodrigues (2018), são muitas e velozes as transformações que atravessam o movimento LGBTQIA+. Estas são marcadas por diferentes visões, formas de atuação, disputas e tensionamentos, mas envolvem uma base comum no centro do debate, que diz respeito à diversidade de gênero e de sexualidade. Muito se avançou a partir da pauta central encabeçada pelo movimento, porém há de se considerar o distanciamento proposital da sociedade em relação ao que essas lutas têm buscado problematizar. Tais questões esbarram no sistema estruturante que se utiliza da dominação ideológica para inibir qualquer tentativa de abertura ao diálogo sobre questões de sexualidade e de gênero. Ainda, deve-se considerar a secundarização da pauta da identidade de gênero em prol das discussões sobre sexualidade.

Diante da análise realizada a partir da participação de professoras e estudantes, é possível afirmar que, embora se tenha uma noção geral sobre o conceito de identidade de gênero, o que significa e o que ela representa, este é um território ainda a ser mais bem explorado e que possui duas fragilidades principais: a confusão com as questões de sexualidade e o desconhecimento sobre o tema, um distanciamento. Ainda analisando no âmbito da profissão, talvez seja um tema que não adquira centralidade na trajetória histórica do Serviço Social, mas que, de forma tímida, vem tangenciando algumas discussões e se reafirma como fundamental em tempos de números ainda tão expressivos e alarmantes de assassinatos, mortes brutais intencionais e registros de violências relacionados à transfobia em nosso país.

2.3 DEMANDAS DA POPULAÇÃO TRANS E A CONFORMAÇÃO DE EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL

Vive-se em uma sociedade que se caracteriza por ser mediada pelo capital financeiro e ter no trabalho o cerne da vida social. Têm-se a acumulação privada do que é produtivo coletivamente como objetivação da mais-valia, e isso pressupõe a exploração máxima da classe trabalhadora. A globalização, hoje tida como a mundialização dos mercados, demonstra o quanto a questão social advém de um processo de acumulação/reprodução de capital que é perverso e liquida qualquer possibilidade de uma sociedade mais justa e igualitária.

Para tratar da questão social, deve-se considerar a exploração do trabalho pelo capital inscrita em um cenário vigente de liquidação dos direitos sociais, de modo que pessoas estão submetidas a viver em condições precárias, sem qualidade de vida e em situação de desproteção social. O predomínio do capital fetiche conduz à banalização da vida humana, à

descartabilidade e à indiferença (IAMAMOTO, 2010), e a população trans experimenta esse cenário em toda a sua perversidade, pois são entendidos/as como pessoas não dignas de direito e seguem sendo alvo de múltiplos ataques e violências.

2.3.1 Violências contra pessoas trans

Na pesquisa bibliográfica realizada, a ênfase que trata da **dimensão da violência** relacionada à identidade de gênero mostra que as produções na área do Serviço Social versam sobre violência doméstica, violência intrafamiliar, violência física, violência psicológica, violência verbal, violência sexual, violência policial, violência urbana e violência institucional, sendo essas as naturezas e os tipos de violências que acometem pessoas trans; trata do ódio, do preconceito e da discriminação como narrativas que determinam a população trans na condição de múltiplas vulnerabilidades, e tal população tem sua vida obstada de condições de cidadania e inscrita numa política de extermínio de seus corpos.

Sob guarida do capital e diante de uma lógica conservadora, punitivista e que nega a diversidade como elemento da própria humanidade, a esfera do controle e da repressão assume espaços em contraposição à existência das transidentidades.

[...] tem ocorrido nos últimos anos um agravamento das expressões de violência a que está sujeita essa população, resultante, por um lado, do aprofundamento das desigualdades sociais e do avanço do Estado Penal como resposta à violência e à pobreza e, por outro lado, do fortalecimento do conservadorismo e da agenda política de direita. (FERREIRA, 2018, p. 1).

As produções trazem elementos da construção social das relações, sobre machismo, sexismo, racismo e colonialismo, sobre a lógica de eliminação das diferenças com a finalidade de homogeneização de sujeitos. Ressaltam a omissão governamental, ausência de políticas públicas, a produção da morte com requintes de crueldade, pois o ódio à diferença é marca histórica do capitalismo e é naturalizado quando direcionado a determinadas populações. Há um teor de silenciamento e de extermínio, “[...] portanto, quando pessoas trans são assassinadas ou alvo de outras violências, elas não são apenas agredidas individualmente, o que se busca é silenciar as ruidosas e perturbadoras perguntas das quais elas são portadoras” (ALMEIDA, 2018b, p. 4).

Os materiais também retratam o cenário brasileiro, que, por um lado, avança no reconhecimento de identidades trans, utilização de nome social e retificação do prenome e gênero de registro, mas que ainda desenha altos e crescentes índices de assassinatos. A

criminalização e a marginalização de pessoas trans corroboram um quadro de “[...] minimização da vida, a expulsão de casa, a humilhação burocrática, além da morte prematura como destino” (GARCIA; SILVA; SANCHEZ, 2020, p. 338), quadro esse que demanda atenção.

O trabalho de assistentes sociais junto ao contexto violento em que pessoas trans são inscritas é desafiador e necessário na luta pela garantia de direitos e acesso a serviços. Acredita-se no compromisso da categoria com a apropriação de estudos e discussões sobre as questões da identidade de gênero no intuito de “[...] colocar em pauta e desenvolvermos ações que venham ao encontro desse tema” (SOARES, 2018, p. 86), considerando as premissas da profissão e o projeto ético-político que se defende. A busca por formas de garantir o debate da diversidade e suas expressões é latente e, “mesmo que na formação tenha ficado algum déficit” (SOARES, 2018, p. 151), na esfera do trabalho profissional entende-se que esse tema precisa ser priorizado.

Em diferentes dimensões, seja no ambiente familiar, escolar e/ou de trabalho, a população trans enfrenta dificuldades e violações de seus direitos. Em casa, a trajetória é permeada por medos, anseios e receios. Por uma ideologia de família tradicional ideal – que restringe e desconsidera os diferentes arranjos familiares – a identidade dissidente do que foi construído dentro do imaginário social entre mundo de menino/menina, muitas vezes não é acolhida, mas sim desacreditada, rechaçada e excluída. Logo na primeira infância, brincadeiras estereotipadas reforçam os lugares a serem ocupados, e nelas o desvio do que é padrão não é aceito e culmina no reforço do binarismo de gênero, do respeito ao normativo e, conseqüentemente, em punições, exclusões.

2.3.2 Escolarização e mercado de trabalho

Na escola, a jornada de alunos/as trans também é permeada pelo preconceito, pela ausência de diálogo e pela proibição (cada vez mais instigada) de se falar sobre gênero e sexualidade. Continua-se firmando o entendimento das relações centradas na procriação, na submissão das mulheres e da interdição da diversidade humana, sendo esta desqualificada e de menor valor social, culminando em representações negativas de sujeitos que ultrapassam a fronteira do padrão, do caracterizado de normal. Pessoas trans são evadidas da escola e, com a interrupção precoce da trajetória escolar, acabam enfrentando dificuldade de inserção nos espaços de trabalho. A discriminação, que é comum em diversos âmbitos, se potencializa, incidindo em danos no desenvolvimento de pessoas trans em todas as etapas de sua vida e limitando suas vivências.

Na pesquisa bibliográfica realizada, a tendência que aborda o **mercado de trabalho** acena que as relações sociais de gênero, mediadas pela cisnormatividade diante da sociedade capitalista, incidem diretamente no trabalho de pessoas trans. Tais relações são assimétricas, desiguais, e, nelas, a indissociabilidade das categorias classe, gênero, raça/etnia somada à degradação do trabalho culminam em condições precárias e na dificuldade de inserção e de permanência profissional.

São diversas as manifestações de dificuldades relacionadas ao trabalho para as pessoas trans, a exemplo, a não contratação ou demissão em razão da identidade de gênero, o não respeito ao nome social e pronome condizente, a impossibilidade da utilização de banheiros e uniformes adequados à identidade de gênero, tratamento hostil e pejorativo por colegas; tudo isso “[...] reforça que a quase inexistência de pessoas trans e travestis no mercado de trabalho é um resultado da estigmatização e do preconceito dos quais elas/eles são alvos” (RIBEIRO, 2018, p. 8). A baixa escolarização também é trazida como um elemento importante na compreensão da não inserção de pessoas trans no mercado de trabalho, visto que essa população tem sido evadida da escola precocemente em decorrência da discriminação:

Infelizmente, as escolas no Brasil sempre pautaram a formação dos seus cidadãos em valores e normas de cunho moralista e segregador, partindo de princípios fundamentalistas e segundo a ideologia dominante. Se a formação escolar é pautada nesses princípios é normal que se queira expulsar tais pessoas, uma vez que a sociedade patriarcal “abjeta” tais corpos. (QUADROS, 2018, p. 8).

O medo e o anseio em relação à exposição da sua identidade de gênero, o que por vezes pessoas trans optam por ocultar em prol de uma melhor relação no ambiente de trabalho e na busca por melhores oportunidades, elucidam como as normas sociais estabelecidas para os gêneros e, conseqüentemente, para as transidentidades “[...] conformam relações e práticas de trabalho, e, em dialética articulação, produzem violações de direitos (à inserção/permanência) no mundo do trabalho” (BRITO, 2019, p. 220). Ou seja, as desigualdades produzidas pela sociedade capitalista, mediante a lógica conservadora de manutenção das relações patriarcais e do sistema de opressão-exploração, violam a dignidade da população trans ao não permitir que ocupem determinados espaços e que tenham, ao menos, um trabalho, algo imprescindível para seu sustento.

Sobre os espaços em que pessoas trans têm se inserido, nota-se a predominância de “[...] ocupações no setor de serviços (telemarketing, beleza, alimentos etc.), além da inserção como profissionais do sexo, sobretudo aquela [parcela] mais pobre, negra, sem escolarização e, geralmente, expulsa de casa quando jovem” (MARINHO, 2018, p. 5-6). Assim, há uma

dificuldade de colocação no mercado de trabalho, e a colocação, quando ela existe, se dá em atividades mais precarizadas, mal remuneradas, temporárias, com pouca ou nenhuma estabilidade, por vezes também em espaços informais (QUADROS, 2018) – e isso tem relação com a conjuntura vivenciada de profundo desemprego, de precarização e flexibilização das relações de trabalho.

Embora as produções sejam da área do Serviço Social, diante da análise realizada dos documentos, foi possível notar que não há uma articulação com o trabalho profissional, tampouco com a formação de assistentes sociais. Há sinalização de que as inquietações emergem da inserção dos/as autores/as em espaços sócio-ocupacionais que têm a população trans como público e que, diante disso, identificam a demanda relacionada à fragilidade de inserção dessas pessoas no âmbito do trabalho, mas a exposição não aborda como o objeto de estudo se conforma dentro do exercício profissional, qual sua relação com o que a categoria defende enquanto princípios éticos, bandeiras de lutas e posicionamento político-profissional.

Em uma evidente omissão por parte do Estado, é possível afirmar que poucos são os dados sistematizados que evidenciam o perfil e as condições de pessoas trans no cenário brasileiro. Como exemplo, tem-se o próprio Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, que não quantifica a população em função da sua identidade de gênero, apenas em relação à orientação sexual. A maioria das pesquisas vêm sendo desenvolvidas por espaços acadêmicos e por organizações da sociedade civil, que, em um importante esforço, vêm tentando evidenciar e recuperar dados que tendem a ficar no anonimato e em um estratégico sigilo.

2.3.3 Saúde e acesso à direitos

A dimensão da **saúde**, enquanto ênfase que também é evidenciada nas produções teóricas, revela informações sobre a garantia de assistência à saúde de pessoas trans e como está se dando esse acesso à rede de atendimento. De início, é importante pontuar que a discussão sobre a atenção integral à saúde da população trans inicia-se com a criação do Programa Brasil Sem Homofobia, no ano de 2004, que instituiu o Comitê Técnico de Saúde da População de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, do Ministério da Saúde, como espaço de debate sobre a assistência à saúde das pessoas trans, atendendo também ao que foi recomendação da XII Conferência Nacional de Saúde, realizada no ano anterior (LIMA, 2018), que pautou a necessidade da discussão.

O avanço do debate ocorre em 2007, a partir da realização do Seminário Nacional de Saúde da População LGBT, que contou com uma ampla participação da sociedade civil e aprovou as seguintes deliberações para a população trans: (a) a inclusão do processo transexualizador entre os procedimentos rotineiros do SUS, mantendo-se a visão crítica sobre a medicalização das identidades trans; (b) a inclusão da identidade de gênero na carta dos Direitos dos Usuários do SUS, com direito ao uso do nome social em seus cadastros; (c) mudanças nos formulários, prontuários e sistemas de informação do SUS a fim de contemplar a orientação sexual e identidade de gênero; e (d) formação continuada aos profissionais da saúde. (LIMA, 2018, p. 86).

A partir dos debates suscitados e de amplo movimento da sociedade, a concepção da atenção à saúde da população trans consolida-se através da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, que foi aprovada pelo Conselho Nacional de Saúde em 2009 e instituída em 2011 pelo Ministério da Saúde, reconhecendo que a discriminação, o preconceito e a exclusão social são efeitos que interferem no processo de saúde-doença da população trans. Embora a saúde seja um direito que está assegurado na Constituição Federal de 1988, existem determinações sociais na saúde que interferem diretamente na qualidade de vida e de saúde de determinados grupos sociais, sendo necessárias, portanto, estratégias de prevenção e de enfrentamento.

O processo transexualizador, uma importante conquista no âmbito da assistência à saúde de pessoas trans, também é bastante tematizado nas produções. Atualmente é garantido pela Portaria nº 2.803/13 e composto por uma série de diretrizes que preveem a integralidade do cuidado no âmbito do SUS, conforme demanda da população trans. Vai desde a atenção básica, que atua na coordenação do cuidado, fazendo acolhimento e funcionando como porta de entrada dos/as usuários/as, até a atenção especializada, que é responsável por ofertar acompanhamento em nível ambulatorial (acompanhamento clínico, acompanhamento pré e pós-operatório e hormonização) e em nível hospitalar (realização de cirurgias e acompanhamento pré e pós-operatório).

Antes de dar seguimento a qualquer análise sobre a ênfase que trata sobre a dimensão da saúde, cabe destacar que imperam obstáculos impostos pelo atual desmonte do SUS. A precarização e o desfinanciamento são estratégias fortemente vinculadas e articuladas ao modo de produção capitalista e suscitam desafios no atual contexto sócio-histórico. Há o imperativo de desmonte do bem público “[...] pela lógica privatizante e de rentabilidade para o grande capital, restringindo dessa maneira, as ações voltadas para as necessidades reais da população” (SANTOS; ALMEIDA, 2018, p. 15) e que contemplem pessoas trans como alvo de estratégias de atenção e cuidado em saúde.

A população trans, que já tem suas necessidades secundarizadas no decurso histórico, acaba tendo ainda mais dificuldade de acessar serviços que contemplem suas necessidades e

que possam dar conta de suas demandas com qualidade. Além disso, o preconceito e a discriminação estão presentes na trajetória dessas pessoas na busca pela assistência em saúde, sendo “[...] frequentes os questionamentos acerca da legitimidade da atenção requerida por esses usuários, sob um argumento que hierarquiza as necessidades dos sujeitos que procuram assistência” (PRESTES et al., 2018, p. 4). Ou seja, além de poucos os recursos a serem acessados, ainda há uma deslegitimação de suas demandas, que denotam experiências marcadas por interdição de acesso a direitos.

Como já exposto, há uma série de limitações em relação aos serviços ofertados pelo processo transexualizador e, conforme apontam Prestes et al. (2018), a personificação também é uma delas. Trabalhadores/as são sobrecarregados e responsabilizados pelo desenvolvimento do serviço e, em contraponto, não contam com o apoio da gestão, seja ela municipal ou estadual, para a organização dos atendimentos. Essa constante ausência por parte do Estado, emoldurada pelo contexto de contrarreforma, leva ao mau funcionamento da assistência prestada, escassez de recursos humanos e materiais necessários e, conseqüentemente, uma precarização dos serviços e das condições para se trabalhar junto às demandas de saúde da população trans.

Em que pese a garantia de assistentes sociais no quadro funcional na área da atenção especializada configurada pelo processo transexualizador como parte da equipe mínima, e que este tem se caracterizado um espaço de inserção profissional, nas produções analisadas, o debate sobre o exercício da profissão é ausente. O que se tem é um olhar muito mais voltado à política de saúde, sobre como ela se revela na realidade social e quais as implicações disso no acesso de pessoas trans a esse direito.

Na pesquisa bibliográfica, a tendência que aborda o **acesso à direitos** acena para o desafio de que pautas da população trans sejam transformadas em políticas públicas e promovam a cidadania dessas pessoas. Há uma série de limitações encontradas no que se refere ao acesso a direitos, a começar pela área da saúde, onde há ausência de serviços especializados e capacitados para trabalhar junto às demandas da população trans (SOUZA; SANTOS; ALMEIDA, 2018). Desde algo básico, que seria o respeito ao nome social e à identidade de gênero (seja em prontuários, em receitas médicas, ao chamar em salas de espera), até demandas específicas de saúde dessas pessoas, como o acesso de homens trans ao acompanhamento ginecológico, quando necessário, e o acesso de mulheres trans e travestis a hormonização quando desejado, possuem entraves que esbarram no preconceito, no julgamento e geralmente incorrem em situações de constrangimento.

Não são todos/as os/as profissionais que se sentem capacitados ou até mesmo à vontade para ofertar atendimento, e nem todos os serviços estão aptos para dar suporte. Há uma recusa

aos corpos vistos como abjetos, e isso incide em desacesso, em atendimentos negados, o que acaba por ser determinante do adoecimento prematuro de pessoas trans. Há uma escassez de serviços, visto o avanço do desfinanciamento do SUS e a constante desresponsabilização do Estado, “diretamente ligado à agenda neoliberal e ao ideário do Estado mínimo” (SOUZA; SANTOS; ALMEIDA, 2018, p. 11).

Ainda sob análise do âmbito do acesso a direitos, foi relatada a dificuldade no acesso a direitos trabalhistas e previdenciários após a transição de gênero e a alteração do nome civil:

Alguns homens trans pensionistas acabam perdendo a pensão; outros, por trabalharem em instâncias militares, têm extrema dificuldade em se manter em seu local de trabalho, em função, possivelmente, do conservadorismo e machismo que perpassam as relações institucionais. E também temos o alistamento militar (obrigatório para todos os homens brasileiros) após a requalificação civil e a dificuldade de inserção no mercado de trabalho. (SOUZA; SANTOS; ALMEIDA, 2018, p. 10).

São diversos os desafios que se colocam em uma sociedade marcadamente binária, que aloca papéis de homem/mulher, masculino/feminino de forma assimétrica; fato incontestado que coloca as histórias de pessoas trans sob silêncio e deslegitimação. A desumanização, a transfobia naturalizada na sociedade e o desrespeito às vivências, individualidades e subjetividades estão presentes no cotidiano dessa população e precisam ser combatidos. Para além de contar mortes e enumerar as violações de direitos, entende-se que é preciso celebrar as vidas e lutar por uma sociabilidade que respeite a diversidade em todas as suas dimensões.

2.3.4 Nome social, alteração do registro civil e o trabalho de assistentes sociais na perícia social

O nome social diz respeito à identificação de pessoas trans, ou seja, como se reconhecem em seu meio social. Foi criado no intuito de assegurar o direito ao nome condizente com a identidade de gênero e é regulamentado em diferentes esferas para a garantia do tratamento nominal. É necessário realizar pedido em órgão competente¹⁷, não necessita de comprovações, apenas de documento de identificação, e pode ser solicitado a qualquer tempo por pessoas trans.

Na pesquisa bibliográfica, a ênfase que versa sobre **nome social e alteração do registro civil** retrata os desafios encontrados em relação à garantia deste enquanto direito das pessoas trans. Ainda que seja uma estratégia de inclusão de pessoas trans, permitindo-lhes uma forma

¹⁷ No contexto do estado do Rio Grande do Sul, a Carteira de Nome Social – CNS é instituída pelo Decreto nº 49.122, de 17 de maio de 2012, e cabe ao Instituto-Geral de Perícias o processo de confecção da carteira.

de exercer a cidadania, o nome social “[...] nem sempre é respeitado nos espaços sociais, causando situações de constrangimento e desrespeito” (SANTOS, 2018, p. 79), as quais recorrentemente acontecem em diferentes locais. No campo da educação, da saúde, da assistência social, no mercado de trabalho e até mesmo no ambiente domiciliar, é possível localizar relatos de que o nome social não é respeitado e as justificativas são geralmente de cunho preconceituoso e moralista.

A alteração do registro civil ou a retificação do nome de registro, como comumente também é chamada, trata-se de um direito de pessoas trans que garante a mudança do nome e do gênero nas certidões de nascimento. Como resultado de muita luta, organização popular e articulação dos movimentos sociais, a garantia dessa alteração foi um grande passo no reconhecimento das identidades trans, incontestemente que “[...] o uso de um nome que não corresponde à identidade física de um sujeito é um entrave para inclusão em nossa sociedade” (SANTOS, 2018, p. 79). Embora a principal dimensão da identidade de gênero seja a autopercepção pelos/as sujeitos/as, a formalização documental torna-se necessária perante uma sociedade transfóbica, que deslegitima as identidades trans.

O ajuizamento de ações como mecanismo de assegurar o direito à mudança do nome registrado é abordado a partir de suas fragilidades. Trata-se de um processo configurado como burocrático, moroso e que exigia muitas documentações, como, por exemplo, laudo médico que atestasse que o procedimento cirúrgico de redesignação de gênero havia sido realizado – um viés patológico, com olhar essencialmente baseado no modelo biomédico de controle dos corpos e que se baliza apenas pelo genital e não por uma série de símbolos, expressões e subjetividades presentes na própria identidade humana e como ela se conforma nas relações sociais. No ano de 2018, houve uma mudança em que o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que não seria mais necessário a cirurgia para alteração do nome de pessoas trans.

A decisão foi feita na ação direta de inconstitucionalidade ADI 4275 ajuizada pela Procuradoria Geral da República para que o artigo 58 da Lei 6.015/1973 (a lei de registros públicos) fosse interpretado de acordo com o princípio da dignidade da pessoa humana previsto na Constituição Federal, permitindo a alteração do nome e gênero no registro civil por meio de averbação no registro original. Assim, o STF decidiu não ser mais necessária qualquer autorização judicial para que seja realizada a alteração do registro civil ou ainda a comprovação de realização de procedimentos cirúrgicos ou acompanhamento médico ou psicológico, sendo necessário apenas o procedimento no cartório de registro civil. (ANTRA; PRIOS INSTITUTO, 2020, p. 2).

Cumprido destacar que, mesmo após a regulamentação do procedimento pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), com orientações de como proceder com a alteração do nome e

gênero das pessoas trans de forma simplificada, “[...] há (ainda) enorme resistência dos cartórios para proceder às alterações”, o que tem relação com o “[...] arraigado conservadorismo que envolve questões atinentes” (TRINDADE, 2019, p. 275) e que geram angústia e sofrimento para quem deseja fazer a alteração.

No que se refere ao trabalho de assistentes sociais junto à essa demanda, as produções evidenciaram as contribuições da profissão:

Em suma, a profissão tem um papel importante a desempenhar no processo de ampliação e consolidação de ações, com vistas à garantia dos direitos humanos de mulheres e homens transexuais, principalmente diante do machismo, da misoginia e da baixa prioridade conferida pelo Estado e pela sociedade às demandas dessa população, consideradas, por vezes, supérfluas, excêntricas e até imorais. (TENENBLAT, 2018, p. 10).

O Serviço Social enquanto profissão em seu compromisso ético indissociável de sua dimensão política, tem sido convocado para somar junto às pautas da população trans com intervenções práticas que busquem valores emancipatórios e garantam a autonomia, a diversidade e a dignidade da população trans, sendo fundamental que a identidade de gênero seja sempre respeitada. Entende-se que as reivindicações desse campo não são, mas deveriam ser alvo de políticas sociais que visibilizam as necessidades dessa população, e, para além disso, pauta-se que “[...] a produção técnico-científica sobre gênero e sexualidade – embora já não seja mais tão escassa na categoria – precisa continuar sendo fomentada, especialmente no que tange à discussão pelos/as assistentes sociais acerca de transexualidade” (TRINDADE, 2019, p. 173).

A estrutura normativa excludente precisa ser transgredida de modo a garantir o desenvolvimento seguro de pessoas trans em ambientes acolhedores e não hostis, primando pela superação de desigualdades historicamente acumuladas que incidem diretamente em situações concretas do cotidiano dessa população. É necessário resgatar a herança de resistência da tradição revolucionária, reinventar formas de luta, tensionando e ampliando o debate, visto que foi por meio de vidas militantes e pelo acúmulo da própria luta política que se garantiram os direitos e perspectivas que se tem hoje.

Sobre o trabalho de assistentes sociais junto à população trans, na pesquisa bibliográfica foi localizada uma ênfase que trata da **perícia social**, trazendo elementos de como essa se constitui junto ao judiciário nos processos de alteração do registro de nome civil, os quais requerem profissionais da área para a elaboração de laudo social. O laudo seria o resultado da

produção do conhecimento sobre o assunto em análise e se junta ao conjunto do processo com a finalidade de subsidiar a decisão judicial.

A perícia social procura desvelar a sociabilidade no âmbito das relações familiares e nos lugares de convívio social, seja de lazer, profissional, saúde, de amizades, dentre outros que possam ser apontados pelo sujeito. Contemplamos pessoas e espaços nos quais o indivíduo se relaciona, com vistas a reunir elementos que apontem a sociabilidade do sujeito num diálogo dialético com a categoria identidade — ser e ser visto. Esses contatos são imprescindíveis para a construção do laudo social no panorama não patológico. (SANTOS; MARTINELLI, 2019, p. 149).

O objetivo do laudo social é demonstrar o reconhecimento social de pessoas trans e documentar essas informações no intuito de que estas auxiliem no pedido da retificação de sua documentação de registro. No percurso de busca de dados que possam contribuir no parecer a ser dado, a sociabilidade de pessoas trans é desvelada, mas é trazido que não se almeja com isso ter “[...] o condão de afirmar se a pessoa é ou não transgênero” (SANTOS; MARTINELLI, 2019, p. 147). Há um desafio no trabalho de assistentes sociais em relação ao entendimento de pessoas trans do que se pretende com o acompanhamento de assistentes sociais nos referidos pedidos, conforme as autoras elucidam:

O fazer profissional em processos dessa natureza indica que apesar de as pessoas travestis e transexuais ingressarem com a retificação de nome e/ou sexo jurídico, há uma resistência em seguir os ritos processuais estabelecidos, entre eles a perícia social. As alegações são as mais diversas, desde convicções políticas até o não querer se submeter à avaliação de terceiros. Entendemos que reivindicar a identidade construída é um ato político, mas essa reivindicação passa pelo reconhecimento do outro, bem como do Poder Judiciário, que é a instituição que tem o condão de permitir a mudança pleiteada. (SANTOS; MARTINELLI, 2019, p. 149).

Apesar de toda uma defesa em relação à identidade de gênero a partir de uma sustentação de que ela é autopercebida pelos/as sujeitos/as e na perspectiva da recusa do arbítrio sobre os corpos, há de se considerar a contradição de um trabalho que visa de alguma forma validar o que de fato se apresenta enquanto sociabilidade de pessoas trans. Entende-se que ele foi necessário por um longo tempo (enquanto perdurou a necessidade de judicialização), que contribuiu para decisões favoráveis aos pedidos, mas é nodal se desvendar o que está por detrás da necessidade de se legitimar as transidentidades. Enfrentar um processo judicial, se submeter a uma exposição e ainda ter alguém que legitime sua identidade, algo que lhe é particular, soa invasivo, significa que pessoas trans precisam de um aval, uma espécie de autorização para serem quem são.

É inegável que o trabalho de assistentes sociais junto a pessoas trans deve levar em conta os princípios éticos, deve se nortear a partir de uma postura profissional que respeite a identidade de gênero autopercebida pelos/as seus/suas usuários/as e se mostra como relevante no sentido de garantir direitos e o acesso a eles. Porém, o que se problematiza sobre o trabalho junto ao Judiciário são suas implicações diante do contexto de deslegitimação das identidades trans sob argumentos que vão desde a patologização – ou seja, essa pessoa pode não estar em condições mentais de afirmar sobre si – até argumentos que questionam o intuito da mudança de nome no sentido criminal, em que ser “outra pessoa” e adquirir “nova identidade” permitiria que sujeitos/as cisgêneros/as se utilizassem disso para fugir da lei.

Os impeditivos baseados em argumentos que visam garantir a lisura do processo são cruéis e se revelam como mais uma das violências sofridas cotidianamente pelas pessoas trans, que já estão imersas em uma realidade de violação permanente de suas identidades. São desumanizadas, colocadas a viver à margem da sociedade e continuam sendo desprotegidas pelo Estado. É preciso lutar por uma vida mais digna dessa população, que suas demandas não sejam ignoradas e que sejam o ponto de partida de um trabalho profissional que contribua para que a diversidade humana seja compreendida em suas expressões concretas no processo de individuação e entenda que esta possui vínculos e interação com a totalidade social.

A luta pela efetivação de direitos da população trans precisa necessariamente tanto perpassar o processo de formação profissional bem como se consolidar no cotidiano de trabalho de assistentes sociais. Sabe-se, porém, que esse ainda é um grande desafio a ser enfrentado, e, pensando no atual contexto brasileiro de desmonte de políticas públicas e retrocessos em relação a direitos conquistados, assistentes sociais devem estar atentos/as a esses desdobramentos e realizar mediações necessárias com vistas a desvendar formas de enfrentamento desse cenário tão desafiador e com diversas lacunas. Tendo em vista a vinculação orgânica com valores éticos que balizam o fazer profissional e respaldam o posicionamento crítico, é relevante adensar sobre a construção sócio-histórica da profissão, desde sua gênese até a direção social que se tem hoje, no intuito de perceber que nenhuma leitura pode ser isolada da realidade e que se deve acompanhar o processo do real em sua essência.

3 A FORMAÇÃO E O TRABALHO PROFISSIONAL DE ASSISTENTES SOCIAIS: TRAJETÓRIA E DESDOBRAMENTOS

Conforme aponta Reidel (2010), a trajetória histórica do Serviço Social brasileiro e o processo de formação profissional são marcados por elementos políticos, econômicos, sociais e culturais que incidem diretamente na profissão. Desde a primeira escola de Serviço Social, experiência datada no ano de 1936, até a implementação da atual proposta de formação através das diretrizes curriculares (1996), sob bases do projeto ético-político profissional, a profissão encarou um conjunto de transformações que incidiram em mudança da proposta curricular, em amadurecimento de seus pressupostos e em demarcação de sua direção social.

O movimento de reconceituação, enquanto importante renovação crítica que contestou as bases conservadoras da profissão e que se mostrou como um marco na aproximação da área com as lutas coletivas, articulando uma redefinição do direcionamento do exercício profissional, tratou-se, como já dito, de um importante movimento para rever as bases da profissão, recusando a importação de teorias, denunciando a neutralidade, fazendo uma ruptura com o conservadorismo e se opondo ao tradicionalismo até então vigente e incorporado. Passou-se a compreender a profissão como um produto histórico e que, como tal, “[...] adquire sentido e inteligibilidade na história da sociedade da qual é parte e expressão” (IAMAMOTO, 2004, p. 203).

A chamada renovação representou um novo posicionamento da categoria profissional em um amplo questionamento dos seus fundamentos e de seus compromissos ético-políticos, em um contexto que era marcado por padrões imperantes e formas profissionais consagradas – traços de componentes da autocracia burguesa que reduzia o papel de assistentes sociais à executores/as de seus interesses, preservando características subalternas do exercício da profissão no sentido de conservar práticas que matrizavam a profissão desde os anos 50 (NETTO, 2002).

Em seus desdobramentos, a reconceituação buscou os fundamentos do exercício profissional e deve ser reconhecida como um processo global que envolveu a profissão como um todo. Históricas foram as tensões postas desde a constituição do Serviço Social como profissão, e esses traços são elementares para compreendê-lo em seus movimentos constituintes.

Entendemos por renovação o conjunto de características novas que, no marco das constrictões da autocracia burguesa, o Serviço Social articulou, à base do rearranjo de suas tradições e da assunção do contributo de tendência do pensamento social

contemporâneo, procurando investir-se como instituição de natureza profissional dotada de legitimação prática, através de respostas a demandas sociais e da sua sistematização, e de validação teórica, mediante a remissão às teorias e disciplinas sociais. (NETTO, 2002, p. 131).

Em solo histórico e em terreno vivo, a profunda renovação da profissão se impôs como socialmente necessária e acenou para a apreensão desta enquanto produto histórico, permeado de disputas e contradições nos marcos da sociedade capitalista. Nessa perspectiva, compreende-se que “[...] resgatar o processo histórico permite assim entender, analisar e explicar os desafios que se colocam para a materialização do projeto ético-político da profissão no processo de formação atual” (REIDEL, 2010, p. 150).

Ao longo dos anos de 1980, foi possível identificar um salto qualitativo na consolidação acadêmico-profissional de assistentes sociais, o que possibilitou a maturação profissional no que seria a marcada travessia para a maioria intelectual/profissional da categoria. Lançou-se alicerces mais sólidos quanto ao Serviço Social como uma especialização do trabalho, inscrito na sua divisão sociotécnica e dotado de significado social que, dentro da dinâmica da sociedade e das relações de classes, circunscreve as particularidades da profissão em seu desenvolvimento (IAMAMOTO, 2010).

A revisão do projeto profissional se inscreveu como produto de conquistas históricas da categoria; tal projeto foi gestado em uma sociedade classista e demarcou uma posição política da profissão na defesa da classe trabalhadora e na defesa de uma nova ordem societária. Ele apresenta os compromissos que uma profissão assume e elegeu valores, delimitou funções e objetivos, prescreveu normas e estabeleceu balizas da relação entre o profissional e o/a usuário/a.

Desde os anos 1970, mais precisamente no final daquela década o Serviço Social brasileiro vem construindo um projeto profissional comprometido com os interesses das classes trabalhadoras. A chegada entre nós dos princípios e ideias do Movimento de Reconceituação deflagrado nos diversos países latino-americanos somada à voga do processo de redemocratização da sociedade brasileira formaram o chão histórico para a transição para um Serviço Social renovado, através de um processo de ruptura teórica, política (inicialmente mais político-ideológica do que teórico-filosófica) com os quadrantes do tradicionalismo que imperavam entre nós. (TEIXEIRA; BRAZ, 2009, p. 12).

Trata-se de um marco no Serviço Social brasileiro que sinaliza o importante enfrentamento do conservadorismo profissional. Foi construído pelo coletivo da categoria e, dado o contexto histórico de luta pela democracia na sociedade brasileira, significou muito para a profissão. Para Netto (2006), inscreve-se nesse momento a primeira condição política para a

constituição de um novo projeto profissional alicerçado, sobretudo, no reconhecimento da liberdade como valor central. Tal renovação se configurou como a base que evidenciou os novos valores assumidos pela categoria profissional ao associar-se à defesa dos interesses da classe trabalhadora no horizonte da garantia de direitos, reconhecendo a importância das lutas sociais.

Compreende-se que este projeto só é passível de materialização através da articulação de suas entidades organizativas; organização esta que envolve os profissionais, as instituições que o formam, os pesquisadores, docentes, estudantes da área, seus organismos corporativos assim como a articulação com a sociedade civil através da classe trabalhadora. Também destaca-se que é impossível pensar nesta materialização sem problematizar as questões de base teórica e metodológica que fundamentam o próprio Projeto Ético-Político profissional [...]. (REIDEL, 2010, p. 105).

O projeto ético-político pode ser traduzido como um dos marcos que evidenciam a mudança na direção da profissão, alertando para os valores defendidos coletivamente e que refletem a autoimagem profissional. Impactando diretamente na formação e no trabalho, o novo direcionamento da profissão acena para a intolerância do conservadorismo, da discriminação, de arbitrariedades, de condutas que cerceiem ou desrespeitem a liberdade e afirma a direção do trabalho profissional do assistente social numa perspectiva histórico-crítica que tem o código de ética profissional como um grande balizador. Considerando isso, a diversidade no âmbito da identidade de gênero é um elemento que permeia o exercício profissional, que precisa ser considerado a partir das relações que lhe inscrevem como objeto de trabalho para a profissão e que, portanto, acredita-se que deve ser pautado durante a formação de futuros/as assistentes sociais.

As diretrizes curriculares, como um dos pilares estruturantes desse projeto ético-político profissional, foram produto do amplo e sistemático debate estabelecido dentro da categoria que sinalizou a necessária revisão do processo de formação. A ABESS foi a responsável por promover e coordenar, junto com o Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social – CEDEPSS, um trabalho de mobilização das Unidades de Ensino de Serviço Social do país. Aliaram-se à essa mobilização também as entidades representativas Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO), numa perspectiva de debater e avaliar os desafios e impasses que obstaculizavam uma formação profissional contemporânea e de qualidade (ABEPSS, 1996).

Nesse processo de revisão, foram realizadas proposições e sistematizadas propostas a serem normatizadas e então, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a proposta foi encaminhada para o Conselho Nacional de Educação contendo:

os pressupostos da formação profissional, os princípios e diretrizes da formação profissional, as diretrizes curriculares e a nova lógica curricular, elencando os seguintes núcleos de fundamentação: 1) núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; 2) núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira; 3) núcleo de fundamentos do trabalho profissional, matérias básicas, atividades indispensáveis integradoras do currículo e, por fim, observações e recomendações (ABEPSS, 1996). Esse conjunto culminou no que, então, se constituiu como diretrizes gerais para o curso de Serviço Social, que normatizam os parâmetros para a formação de novos/as profissionais.

A nova lógica curricular, embasada agora no pensamento crítico marxista, deu luz ao amadurecimento da intenção de ruptura com o conservadorismo e com o endogenismo, rompendo também com a ideia de leituras fragmentadas que isolavam o trabalho profissional da dinâmica da totalidade concreta.

Para Marx, a sociedade burguesa é uma totalidade concreta. Não é um "todo" constituído por "partes" funcionalmente integradas. Antes, é uma totalidade concreta inclusiva e macroscópica, de máxima complexidade, constituída por totalidades de menor complexidade. [...] Mas a totalidade concreta e articulada que é a sociedade burguesa é uma totalidade dinâmica - seu movimento resulta do caráter contraditório de todas as totalidades que compõem a totalidade inclusiva e macroscópica. Sem as contradições, as totalidades seriam totalidades inertes, mortas - e o que a análise registra é precisamente a sua contínua transformação. A natureza dessas contradições, seus ritmos, as condições de seus limites, controles e soluções dependem da estrutura de cada totalidade - e, novamente, não há fórmulas/formas apriorísticas para determiná-las: também cabe à pesquisa descobri-las. (NETTO, 2011, p. 56).

Trata-se de perceber que os aspectos não são isolados, mas fazem parte de uma totalidade circunscrita em sua relação conjuntural e em como os sujeitos condensam e constroem suas histórias. As abordagens unilaterais, que anteriormente eram acentuadas, acabaram provocando um afastamento entre o Serviço Social e a própria realidade social. Para Iamamoto (2004), articular a profissão e a realidade é necessário, pois o que se entende é que o Serviço Social não atua somente sobre a realidade, mas atua na própria realidade. Ainda de acordo com a autora:

Nesta perspectiva, compreende-se que as análises de conjuntura – como foco privilegiado na questão social –, não são apenas o pano de fundo que emolduram o exercício profissional; ao contrário, são partes constitutivas da configuração do trabalho do Serviço Social, devendo ser apreendidas como tais. O esforço está, portanto, em romper qualquer relação de exterioridade entre profissão e realidade, atribuindo-lhe a centralidade que deve ter no exercício profissional. (IAMAMOTO, 2004, p. 55).

Pensar a formação profissional no contexto contemporâneo demanda uma leitura do momento histórico que estamos vivenciando. O desenvolvimento da educação em nível superior no Brasil é constituído pelas relações econômicas, políticas, culturais e é arena de disputa entre interesses privados e coletivos. Trata-se de um modelo de gestão universitária moldado pela lógica empresarial, que tem a educação como um serviço (LEWGOY, 2011). É importante lembrar que a profissão se desenvolveu, no marco das forças societárias, como uma especialização do trabalho na sociedade, e a questão social – matéria-prima do trabalho profissional –, entendida como “[...] conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura” (IAMAMOTO, 2004, p. 27), tem em sua raiz o próprio contexto de acumulação do capital.

Na sujeição da educação às exigências da lucratividade do capital internacional, pela lógica do projeto hegemônico, ao conceber a educação como um descaracterizado bem público, a partir da noção de instituições públicas não estatais em que recursos públicos vão para instituições privadas com o argumento de que ambas oferecem formação em consonância com o interesse público. Concomitantemente, considera as instituições de Ensino Superior como prestadoras de serviços e formadoras da força de trabalho e do exército de reservas para atender às novas demandas instituídas diante dos reordenamentos no mundo do capital. (LEWGOY, 2011, p. 286-287).

Em síntese, há uma descaracterização da educação como bem público, o que a torna frágil e campo fecundo de exploração. Os/as estudantes, alienadamente, curvam-se para as necessidades do capital e do mercado, o que acarreta um crescimento desmedido e predominantemente privado dos cursos de Serviço Social. Isso vem alterando a estrutura da formação, colocando em risco a sua qualidade e fazendo com que os/as assistentes sociais atendam a uma funcionalidade já determinada, de acordo com os objetivos estabelecidos pelo modo de produção capitalista.

Ocorre que as universidades têm tornado “fábricas de diplomas”, e se há fábricas de diplomas é porque existem compradores. Como dito, é necessário forjar um perfil de estudante adequado a essa lógica de banalização, aligeiramento e precarização do ensino e da educação superior. Nem é preciso dizer que essas estratégias se confrontam com os princípios básicos da nossa formação profissional centrados na qualidade, rigorosidade, publicidade e gratuidade. (GUERRA, 2010, p. 728).

Na pesquisa bibliográfica, há uma tendência que trata sobre **estudantes trans no ensino superior**, e ela revela o quanto é difícil a inserção e a permanência de pessoas trans nesse espaço dado o momento histórico de mercantilização da educação somado ao contexto de “[...] estranhamento, espanto e atitudes preconceituosas do mundo acadêmico” (ALVES, 2018, p. 2). O percurso na educação, desde a inserção na escola, na infância, até a universidade, na fase

adulta, é marcado por desafios. É comum que as experiências na escola sejam de poucas amizades, que as pessoas trans sejam vítimas de chacotas e discriminações pelos/as colegas em função da identidade de gênero.

Na inserção no ensino superior, pessoas trans “[...] percebem olhares e cochichos” (ALVES, 2018, p. 13), expressão de um ambiente que se mostra recheado de estigmatização, o que aponta para dificuldades na trajetória do curso. De acordo com Alves (2018), embora no curso de Serviço Social a vivência dos/as alunos/as entrevistados/as seja marcada por comentários preconceituosos, dificuldades com relação à utilização dos banheiros e também com relação ao nome de registro – que ainda aparecem em alguns lugares e causam transtorno para os/as estudantes –, também é possível constituir laços de amizade entre colegas, receber apoio e incentivo de docentes.

De acordo com Alves (2018), a respeito da escolha pelo curso de Serviço Social, foi relatado que os/as estudantes já trabalhavam na área social e se identificavam com isso. Porém, essa não foi a primeira escolha dos/as sujeitos/as pesquisados/as, que acabaram se inserindo nesse curso pela questão financeira, por ele ser mais acessível, ter duração menor do tempo de formação ou por falta de identificação com outra área.

É necessário refletir sobre a inserção de pessoas trans no espaço acadêmico, em específico na área do Serviço Social, e sobre suas condições de permanência no ensino superior. Assim, como a profissão está na arena de luta contra o capital e o que ele representa para as condições e modo de vida da classe trabalhadora, ela também sofre os rebatimentos de uma sociedade em que as diferenças não são toleradas e em que a liberdade está fora de cogitação. Nesse sentido, no estudo de Alves (2018), se evidencia que alunos/as, ainda que em uma formação subsidiada pela perspectiva crítica de análise da realidade social, são reprodutores/as de preconceito.

Localizar esse tipo de atitude justamente em uma profissão que se posiciona contra toda e qualquer forma de discriminação e que luta pela inclusão de grupos socialmente discriminados, conforme os princípios do Código de Ética Profissional de 1993, é, no mínimo, problemático. Tal achado acena para a necessidade de se pensar sobre quais balizas as instituições estão formando assistentes sociais, sobre quais bases ético-políticas está alicerçada a formação profissional e como estudantes estão sendo preparados para o exercício da profissão.

3.1 CONTEXTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO PROFISSIONAL

Cabe destacar que, no contexto da educação superior e na arena da imediatividade, os cursos na modalidade à distância também ganham espaço e protagonismo. São uma estratégia de redução de custos e maximização de lucros (PEREIRA, 2018) que vem se expandindo no setor privado. Trata-se da simplificação e do aligeiramento que acena para o fim dos currículos mínimos e para diretrizes curriculares mais flexíveis e adequadas para uma formação direcionada ao mercado de trabalho. Essa modalidade de ensino está em uma crescente, e os grandes monopólios de educação configuram uma ameaça à qualidade do ensino superior no país. A educação tornou-se objeto de negócio, vulnerável às leis do capital. Esse movimento é uma estratégia política de legitimação que se dá em nome da democratização do acesso ao ensino superior, mas que de fato é perversa, limitada e limitante.

A descoberta do curso de serviço social como nicho de valorização relaciona-se a uma demanda do mercado de trabalho, no formato que adquire o enfrentamento das expressões da questão social pelo Estado e as classes no neoliberalismo. Trata-se de produzir uma preparação para as requisições de mensuração e gestão/controlar dos pobres. Nesse contexto, não se requisita o perfil das diretrizes curriculares, crítico, articulador político-profissional dos sujeitos, preocupado com os direitos e a cidadania, pesquisador que vai além das aparências dos fenômenos, profissional preocupado com a coletivização das demandas, com a mobilização social e a educação popular. Ao contrário, o que se requisita é um profissional à imagem e semelhança da política social focalizada e minimalista de gestão da pobreza e não do seu combate, politização e erradicação. Daí que é desnecessário o tripé ensino, pesquisa e extensão: nossa matéria viva, tão fina, é tratada com a velha indiferença do mercado. (CFESS-CRESS; ENESSO; ABEPSS, 2011, p. 13).

A principal crítica deve ser direcionada à exploração da educação como mercadoria, pois, como é vista como um setor altamente lucrativo, é entendida como passível de comercialização (CFESS, 2014). Isso colide diretamente com o projeto ético-político profissional e não converge com as bandeiras de luta da categoria, que tem em seu núcleo justamente a defesa da educação pública, gratuita e de acesso de todos. “Longe de ser uma posição meramente ideológica, trata-se da firme defesa da densidade teórico-prática que deve orientar a formação do/a profissional de qualidade que o país requer” (CFESS-CRESS; ENESSO; ABEPSS, 2011, p. 27).

É preciso defender a educação superior frente a tantos desafios postos nesse cenário de mercantilização. Faz-se ainda mais urgente criar estratégias para garantir a qualidade da formação pautada em princípios ético-políticos que garantam o “[...] empenho na eliminação

de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças” (CFESS, 1993, p. 23) e que isso venha a fortalecer a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Faz-se necessário discutir os desafios da formação na atualidade para poder analisar como isso impacta na direção social da profissão assumida. Ou seja, na medida em que a formação se fragiliza e o contexto em que ela se insere impulsiona um distanciamento da formação de assistentes sociais ancorados nos fundamentos éticos, os desafios de garantir os princípios profissionais e a própria dimensão ética e política da profissão será ainda maior. Incorre-se na reprodução de práticas rasas distanciadas de um trabalho que se desenvolva a partir da indissociabilidade das dimensões teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política. É preciso “[...] contrapor o neoliberalismo, buscando ultrapassar a lógica mercadológica que tem impactado diretamente o ensino superior através da fragmentação e da pulverização da formação profissional” (REIDEL, 2010, p. 51).

Apesar de todos os limites e contradições, o legado do processo de renovação crítica da profissão fertiliza a continuidade da luta de profissionais voltada para a educação superior gratuita, de qualidade, de acesso para todos e todas como direito social e que atenda aos interesses da classe trabalhadora. Estudar sobre as particularidades do movimento histórico, memória e particularidades do Serviço Social, sob a ação cada vez mais ofensiva do capital, é um desafio permanente para se pensar como está se dando a formação em correlação com o trabalho profissional na contemporaneidade.

Conforme Lewgoy (2011, p. 296), “A época contemporânea acena com exigências e desafios que expressam as possibilidades a serem realizadas e os limites a serem superados na construção de uma formação profissional que sedimente o significado social da profissão”. Portanto, trata-se também de refletir sobre como o arcabouço teórico-metodológico e ético-político transversaliza a graduação em Serviço Social, sob quais pressupostos a profissão está alicerçada e qual o nosso papel (ainda que limitado) na sociedade do capital fetiche.

Hoje, resultado de uma revisão crítica em que o Serviço Social tornou-se o objeto de sua própria pesquisa, a profissão dialoga com perspectivas de protagonismo, de emancipação, de plena expansão dos sujeitos. Se sintoniza com o amadurecimento profissional, com as lutas das entidades político-organizativas, como o conjunto CFESS-CRESS, a ABEPSS e a ENESSO. Assim,

[...] a resistência da categoria profissional nas entidades, por meio de ações críticas de enfrentamento tanto direcionadas para a formação quanto para o exercício profissional, só se faz possível na atualidade devido à própria trajetória sócio-histórica

do Serviço Social. Isto porque, somente sob determinadas condições e possibilidades, a profissão consegue acumular e construir um patrimônio político e organizativo que lhe permite definir uma agenda de lutas e resistências contemporâneas. (DUARTE, 2019, p. 163).

O Serviço Social, frente ao seu projeto ético-político profissional e ao norte que tal projeto dá para seu processo de formação, choca-se com a direção dada às políticas desenvolvidas pelo governo atual, e também por muitos anteriores a este, em relação ao ensino superior, que há décadas sofre desmonte. A mercantilização que objetiva garantir ao capital lucrativa movimentação no “promissor mercado educacional” (LIMA, 2019, p. 514) opera em favor do projeto burguês de sociedade, com a desenfreada abertura de campos para a exploração do capital. Embora existam mecanismos e estratégias para garantir o acesso ao ensino superior por parte dos governos, estes se utilizam da lógica mercantil fortalecendo a ideologia capitalista e não privilegiando o debate sobre a educação enquanto direito social, o que, conseqüentemente, torna-se artefato de ataque à classe trabalhadora e suas conquistas.

Assim, é um desafio manter e assegurar o amadurecimento crítico da profissão frente à conjuntura contemporânea adversa, em que a própria concepção de formação que a profissão defende, gestada através das diretrizes curriculares e no sentido de promover e garantir sua qualidade do ensino, está submetida aos ataques da sociedade movida pelos interesses do capital. Os desafios se colocam ao Serviço Social tanto no âmbito da formação como no trabalho profissional, e compreender a retração do Estado, as medidas gerenciais, suas (contra)reformas, é essencial para desvelar a lógica perversa do capital e seus rebatimentos diretos na profissão.

Além das diretrizes curriculares, para compreender a direção social preconizada pelo projeto ético e político da profissão, é necessário resgatar a relevância da dimensão ética e dos princípios assumidos e defendidos pela categoria. Tendo o pressuposto da ética como construção social e histórica, para desvendá-la há a necessidade de indagar criticamente a realidade no horizonte de superar o que está dado e o que é moralmente constituído. É preciso adensar na perspectiva radical no sentido de ir à raiz do fenômeno, para além das aparências. Por definição, “[...] ética diz respeito à prática social de homens e mulheres, em suas objetivações na vida cotidiana e em suas possibilidades de conexão com as exigências éticas conscientes da genericidade humana” (BARROCO, 2008, p. 16).

Ética tem em seu fundamento a realidade histórica concreta mediada pela sociedade capitalista nos marcos da divisão social do trabalho e da defesa da propriedade privada. Pode-

se afirmar que, o/a homem/mulher¹⁸, ao romper com a sua relação instintiva com a natureza, com a qual, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo (MARX, 1996), constrói a si mesmo enquanto ser social. O trabalho, antes de tudo, é um processo entre o/a homem/mulher e a natureza:

Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências nela adormecidas e sujeita o jogo de suas forças a seu próprio domínio. Não se trata aqui das primeiras formas instintivas, animais, de trabalho. O estado em que o trabalhador se apresenta no mercado como vendedor de sua própria força de trabalho deixou para o fundo dos tempos primitivos o estado em que o trabalho humano não se desfez ainda de sua primeira forma instintiva. Pressupomos o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colmeias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e portanto idealmente. Ele não apenas efetua uma transformação da forma da matéria natural; realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, a espécie e o modo de sua atividade e ao qual tem de subordinar sua vontade. E essa subordinação não é um ato isolado. Além do esforço dos órgãos que trabalham, é exigida a vontade orientada a um fim, que se manifesta como atenção durante todo o tempo de trabalho, e isso tanto mais quanto menos esse trabalho, pelo próprio conteúdo e pela espécie e modo de sua execução, atrai o trabalhador, portanto, quanto menos ele o aproveita, como jogo de suas próprias forças físicas e espirituais. (MARX, 1996, p. 297-298).

O trabalho supõe um papel ativo da consciência aliado à capacidade de premeditar, a chamada por Marx de capacidade teleológica. Através dela é possível a projeção, capacidade específica do/a homem/mulher. Com sua ação transformadora, o/a homem/mulher cria possibilidades de alternativas e de escolha de valor que têm relação com a satisfação das necessidades. Se tem aí a gênese da liberdade.

Do ponto de vista da totalidade, “[...] é fundamental apreender o indivíduo social enquanto ser singular, com suas necessidades imediatas e, simultaneamente, ser genérico, cuja teleologia transcende as necessidades do eu” (SANTOS, 2009, p. 80). É nesse processo histórico de construção de si mesmo como um novo ser “[...] que são tecidas as possibilidades de o homem se comportar como um ser ético” (BARROCO, 2008, p. 19). O sujeito ético-moral

¹⁸ Apesar de o termo “homem” ser utilizado historicamente como sinônimo de “ser humano”, na defesa de uma representação neutra/genérica, aqui opta-se por incluir “mulher” no sentido de não remeter à uma linguagem sexista, que alimenta o ocultamento das mulheres e que permanece hierarquizando as relações de gênero numa sociedade emoldurada pelo patriarcado.

é considerado capaz de responder por seus atos em termos morais, discernindo valores de certo/errado, bom/mau etc.

A ação ética só tem sentido se o indivíduo sair de sua singularidade voltada exclusivamente para o seu “eu” para se relacionar com o outro. [...] o ato moral supõe a elevação acima das necessidades, desejos e paixões singulares, por que ele exige pensar no outro e sair da condição do indivíduo egoísta, voltado para si mesmo. (BARROCO, 2008, p. 58).

Trata-se de assumir posicionamentos e responsabilidades por escolhas objetivadas em valores, levando em consideração as consequências e as implicações para si mesmo e também para os outros. Indivíduos, em sua nova conexão com a natureza, iniciam o processo de reprodução social, em que transformando-a, transformam também a si mesmos e abrem um mundo diferente do natural, que passa a ser o universo do ser social e, conseqüentemente, de suas relações.

Quando a ética se realiza como saber histórico, tendo por finalidade um conhecimento radical e totalizante, pode voltar-se para a crítica da moral cotidiana, para o desvelamento da alienação moral, os fundamentos e os significados dos valores, para a apreensão das possibilidades de objetivação concreta das exigências humano-genéricas. Nesse sentido, pode situar-se no horizonte da liberdade, objetivando o enriquecimento do sujeito moral, através de uma reflexão crítica, incentivando atitudes conscientes, destinadas a escolhas que ultrapassam o “eu” singular e adquirem uma amplitude coletiva: social, humana. (BARROCO, 2008, p. 83).

Com o profundo questionamento das bases da profissão, se constituem os alicerces da renovação do Serviço Social, que, gestada em terreno vivo de lutas pela democratização da sociedade brasileira, impulsionou uma nova perspectiva sobre o *ethos* profissional e acenou para a superação das concepções neotomistas (PAIVA et al., 2000) que serviam inicialmente de base para o exercício da profissão. Nos marcos dessa reflexão, pode-se pontuar que os códigos de ética profissional dos anos de 1947, 1965 e 1975 filiavam-se a concepções conservadoras, com foco em “desajustes” dos indivíduos, evidenciando postura acrítica, despolitizada e um discurso impregnado de valores cristãos. Somente no código de 1986 a ética passa a ser entendida no movimento dinâmico da história, representando extraordinário avanço na negação da base filosófica tradicional que presumia a neutralidade, mas ainda evidenciando uma leitura marcadamente idealista (PAIVA; SALES, 2000) que veio a ser superada com o Código de 1993.

O atual Código de Ética Profissional, de 1993, possui uma direção vinculada a um projeto de sociedade que defende os interesses da classe trabalhadora e que se articula com as

lutas sociais em busca do fim da exploração do trabalho pelo capital (CFESS, 1993). Ele tem a liberdade como seu valor ético central, e ela é elemento fundamental para pensar a identidade de gênero como eixo da diversidade humana em uma sociedade de classes mediada pelo poder do capital. Sendo a liberdade o próprio produto da atividade humana, é necessário entender a existência de alternativas e de possibilidade de escolha concreta entre elas, ou seja, entender em que medida, em uma sociedade alienada pela lógica perversa das relações de poder, tem-se condições concretas de escolha.

[...] sob a perspectiva de totalidade, o indivíduo é entendido simultaneamente como singular e genérico. Assim, a diversidade humana não é atributo oriundo das lutas sociais. Por intermédio dessas lutas, os indivíduos politizam a diversidade, sendo esta algo que é próprio da individualidade, que se expressa e se altera no desenvolvimento das forças produtivas, considerando as objetivações/externalização do ser social que demandam respostas cada vez mais complexas. Com isto, os indivíduos, no decurso da história, apresentam as mais variadas distinções de classe, geração, raça/etnia, orientação sexual, identidade de gênero, dentre outras. São distinções que particularizam o modo de ser e estar no mundo dos indivíduos, que explicitam o seu pertencimento como ser singular à universalidade do gênero humano. (SANTOS, 2017, p. 16).

Para que os indivíduos tenham a possibilidade de expressar a sua diversidade¹⁹ e vivenciar a sua liberdade em toda sua densidade histórica, “[...] necessitam de relações sociais fundadas na igualdade substantiva que brota do trabalho associado, necessitam da ruptura com o sistema do capital” (SANTOS, 2017, p. 19), ou seja, a superação desse modo de produção. Não se trata de uma visão fatalista que pretenda encerrar o tema em si mesmo, mas sim de perceber a diversidade como um assunto permeado de disputas no cenário brasileiro e com debates acirrados em tempos de reatualização do conservadorismo que alertam para a sua necessária discussão e problematização.

Muitos são os elementos do código de ética profissional que reforçam a relevância desse tema e eles se inscrevem no circuito do amadurecimento do compromisso ético-político no que diz respeito aos enfrentamentos das contradições postas à profissão. Trata-se de um exercício profissional que, sem ser discriminado/a e nem discriminar por questões de identidade de gênero, tem, reconhecidamente, em seus princípios fundamentais, exposto o direcionamento no empenho da eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade e vedando práticas moralistas que limitem ou cerceiem a liberdade dos/as usuários/as.

¹⁹ A superação da sociedade capitalista é um passo em busca da possibilidade de existir e resistir, mas entende-se que há conexão direta com todo um contexto político, social e cultural que acena para diversas restrições no trato do tema em diferentes modelos de sociedade.

3.2 DIMENSÃO POLÍTICO-ORGANIZATIVA E O TEMA DA IDENTIDADE DE GÊNERO NO SERVIÇO SOCIAL: LUTAS E CONQUISTAS

O CFESS, enquanto entidade representativa da categoria de assistentes sociais, também vem se posicionando a favor da ampliação do debate sobre a identidade de gênero. Há um compromisso da profissão em descortinar esse tema e tensionar para que se possa refletir sobre qual o papel do/a assistente social em seu compromisso ético e político junto à população trans e na luta constante pela emancipação humana, reafirmando a defesa de uma sociedade radicalmente democrática e livre, onde as pessoas possam viver e se expressar livremente.

A profissão luta para a construção de uma sociabilidade verdadeiramente libertária, com igualdade substantiva e emancipação humana, e, desde 1993, ano de regulamentação do novo código de ética do/a assistente social, o conjunto CFESS-CRESS vem pautando o tema da diversidade e dos direitos da população LGBTQIA+. Quanto a isso, há alguns marcos²⁰ importantes que são pertinentes e que merecem destaque:

Quadro 4 – Síntese de marcos históricos no Serviço Social

ANO	MARCO HISTÓRICO
1969	Stonewall – Marco político quando, na cidade de Nova York, cerca de 200 pessoas LGBT que frequentavam o bar “Stonewall Inn”, em Greenwich Village, decidiram resistir à violência policial que se reproduzia corriqueiramente através de agressões físicas, chantagem e humilhações LGBTfóbicas. A partir dos anos seguintes, em diversas cidades do mundo, no mês de julho, são realizadas inúmeras atividades culturais e políticas em defesa do “Dia mundial do orgulho LGBT”
1971	É realizada a primeira cirurgia de transgenitalização no Brasil, na cidade de São Paulo/SP pelo médico cirurgião plástico Roberto Farina (pelo que se tem registro). Apesar de ter sido um sucesso, essa intervenção rendeu ao cirurgião dois processos, sendo um disciplinar, junto ao Conselho Federal de Medicina, e o outro criminal, pois a cirurgia foi considerada mutiladora.
1990	A Organização Mundial da Saúde (OMS) retira da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID-10) a homossexualidade como doença mental. Até então a homossexualidade carregava um viés patológico e era entendida como passível de tratamento. A retirada do CID foi um marco referencial e a data do dia 17 de maio passou a ser comemorada como “Dia Internacional contra a Homofobia”.
1993	A resolução 273/1993 do CFESS institui o Código de Ética Profissional do/a assistente social. Seu conteúdo nega a base filosófica tradicional e evidencia o compromisso com valores ético-políticos emancipatórios reconhecendo a liberdade como seu valor ético central. Trata-se do 5º código da profissão, sendo os anteriores datados de 1986, 1975, 1965 e 1947.
2004	A Secretaria Especial de Direitos Humanos lança o “Brasil Sem Homofobia – Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e de Promoção da Cidadania Homossexual”, com o objetivo de promover a cidadania de gays, lésbicas, travestis, transgêneros e bissexuais a partir da equiparação de direitos e do combate à violência e à discriminação homofóbica. Contempla diversas estratégias e delimita um programa de ações que

²⁰ Trata-se de uma síntese elaborada pela autora a partir dos materiais consultados para a construção teórica dessa produção, com ênfase no material elaborado pela própria categoria e disponibilizado pelo CFESS.

	objetiva socializar informações, capacitar profissionais e apoiar instituições da defesa da implementação de políticas públicas voltadas para essa população.
2006	É lançada oficialmente a campanha “O amor fala todas as línguas. Assistente Social na luta contra o preconceito: campanha pela livre orientação e expressão sexual” após aprovação no 34º encontro nacional CFESS-CRESS.
	O CFESS Manifesta produz material sobre a campanha “O amor fala todas as línguas. Assistente Social na luta contra o preconceito: campanha pela livre orientação e expressão sexual” e atenta sobre a necessidade de respeito à diversidade humana, ainda não falando sobre a diversidade de gênero, especificamente, mas já anunciando e trazendo pautas do movimento GLBT (na época ainda não era LGBT).
	O CFESS institui, por meio da Resolução 489/2006, normas vedando condutas discriminatórias ou preconceituosas por orientação sexual e expressão sexual no exercício da profissão, zelando pela observância dos princípios e diretrizes do Código de Ética Profissional.
2008	É realizada a 1ª Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais – GLBT em Brasília/DF entre 05 e 08 de junho tendo como tema “Direitos Humanos e Políticas Públicas: o caminho para garantir a cidadania de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais”. Marco histórico na luta pela cidadania e pela garantia de direitos, a conferência foi representativa por ser o Brasil, sob o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o primeiro país a convocar uma conferência nacional para tratar da temática.
	Edição CFESS Manifesta em alusão a “1ª Conferência Nacional GLBTT” aborda a discriminação existente em relação a essa população e aponta o papel político das conferências como importante conquista dos/as trabalhadores/as por se constituírem em espaços coletivos de reflexão, debates e deliberações.
	O Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS) é instituído por meio da Portaria 1.707/2008 do Ministério da Saúde e da Portaria nº 457/2008. Essas portarias estavam pautadas na habilitação de serviços em hospitais universitários e na realização de procedimentos hospitalares.
2009	É aprovada pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS) a “Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde”, em que é evidenciado que toda pessoa tem direito ao atendimento humanizado e acolhedor, livre de qualquer discriminação/restrrição/negação em virtude de orientação sexual e identidade de gênero. Ainda, incorpora o direito ao uso do nome social, independentemente do registro civil, não podendo o/a usuário/a ser identificado/a de forma desrespeitosa ou preconceituosa.
2010	Edição CFESS Manifesta em razão do “Dia internacional do orgulho LGBT” trazendo uma leitura crítica densa de historicidade e expondo as contradições da forma de sociabilidade que vivenciamos, em que se impõe padrões dominantes compulsórios. Desperta apoio em ações estratégicas que contribuem para uma sociedade fundada na liberdade e se posiciona contra todas as formas de exploração e opressão humana.
2011	É publicada a resolução 594/2011 do CFESS, que altera o Código de Ética Profissional do/a Assistente Social, após discussão e aprovação no 39º Encontro Nacional do Conjunto CFESS-CRESS, em 2010. Além de introduzir a linguagem de gênero “o/a”, também adotou a mudança de “opção sexual” por “orientação sexual” e no princípio XI substituiu gênero por “identidade de gênero”. Essas alterações reafirmaram princípios e valores do projeto ético-político da profissão e são resultado de discussões no âmbito do Conjunto CFESS-CRESS, em especial na temática da ética e dos direitos humanos.
	O Serviço Social é a primeira categoria profissional no Brasil a garantir a utilização do nome social no exercício profissional aos/às profissionais travestis e transexuais, através da Resolução 615/2011 do CFESS.
	A Portaria 2.836/2011 do Ministério da Saúde passa a instituir, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Saúde Integral LGBT, com o objetivo geral de promover a saúde integral dessa população, eliminando a discriminação e o preconceito institucional e contribuindo para a redução das desigualdades e para consolidação do SUS como sistema universal, integral e equitativo.
2012	Edição CFESS Manifesta em alusão ao “Dia mundial do orgulho LGBT” realça a relevância que tem a organização coletiva para politizar o debate em torno da sexualidade humana e do reconhecimento das expressões das identidades de gênero trans, reafirmando o compromisso da categoria na defesa e no fortalecimento do projeto ético-político da profissão.
2013	Edição do CFESS Manifesta em razão do “Dia Nacional da Visibilidade Trans” (29 de janeiro) reafirma a necessidade de enfrentar a transfobia e de refletir criticamente sobre suas consequências. O dia foi incluído na agenda política do conjunto CFESS-CRESS, fundamentando-se na imperativa da necessidade do respeito à diversidade humana em sintonia com a Campanha de Gestão (2011-2014) “Toda violação de direitos é violência”, cujo slogan dizia “Sem movimento não há liberdade”.

	<p>Após uma revisão da lógica do cuidado e dos protocolos anteriormente instituídos, a Portaria 2.803/2013 do Ministério da Saúde redefine e amplia o Processo Transsexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS).</p>
	<p>É lançada a edição nº 14 da <i>Revista Inscrita</i>, de publicação do CFESS. A produção reúne artigos de temas variados e, especificamente nessa edição, tem-se um artigo que versa sobre o trabalho profissional do Serviço Social junto a pessoas transgêneras.</p>
2015	<p>É realizado o “Seminário Nacional Serviço Social e Diversidade Trans: exercício profissional, orientação sexual e identidade de gênero em debate” na cidade de São Paulo (SP) a partir de deliberação realizada no 43º Encontro Nacional CFESS-CRESS e em conjunto com o CRESS-SP.</p>
	<p>Edição do CFESS Manifesta em razão do “Seminário Nacional Serviço Social e Diversidade Trans: exercício profissional, orientação sexual e identidade de gênero em debate” fortalecendo a importância da visibilidade do tema frente a luta para construção de uma sociabilidade verdadeiramente libertária que respeite e valorize a diversidade humana.</p>
2016	<p>Por meio da Resolução 785/2016, o CFESS passa a assegurar aos/às profissionais o direito utilizar o nome social no Documento de Identidade Profissional (DIP), atentando que não é necessário utilizar o nome civil em crachá, carimbo ou assinaturas de documento, mas, sim, deverá usar o prenome que corresponda à forma pela qual se reconheça.</p>
	<p>O CFESS publica o Caderno 4 da série “Assistente Social no Combate ao Preconceito”, que trata sobre Transfobia e tem o intuito de orientar e estimular profissionais a uma compreensão crítica das variadas situações de preconceito que podem acompanhar os encaminhamentos cotidianos do exercício profissional, provocando a categoria a refletir sobre sua responsabilidade ética na defesa do projeto ético-político.</p>
2018	<p>O CFESS produz material informativo da campanha “Nem rótulos, nem preconceito. Quero respeito”, que visa dar visibilidade e sensibilizar a categoria sobre a temática, repudiar modelos de avaliação que tratam a diversidade de gênero como doença e assegurar o respeito à identidade de gênero e à diversidade de expressão.</p>
	<p>O CFESS institui a Resolução 845/2018, que dispõe sobre o trabalho profissional do/a assistente social em relação ao processo transsexualizador.</p>
	<p>O CFESS publica “Bandeiras de Luta do Conjunto CFESS-CRESS”, que evidencia a pauta política do Serviço Social brasileiro construída coletivamente ao longo dos últimos anos. Versa sobre a necessidade de defesa dos direitos da população LGBT, da livre orientação sexual e identidade de gênero, defesa da criminalização da LGBTfobia, defesa dos Princípios de Yogyakarta, do Plano Nacional Cidadania e Direitos Humanos LGBT e do Plano Nacional de Saúde da População LGBT e refere repúdio às ações higienistas de violência contra a população LGBT.</p>
	<p>É lançado o livro <i>Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social</i>, de Mirla Cisne e Silvana Mara, como parte da importante série Biblioteca Básica do Serviço Social. A obra foi lançada no 11º Seminário Anual de Serviço Social, em São Paulo (SP), e durante a Semana do/a Assistente Social, em Natal (RN), promovida pelo Conselho Regional de Serviço Social - 14ª Região. Em tempos de avanço do conservadorismo e de acirramento da intolerância no país, o livro representou uma significativa contribuição e impulsionou a inserção do tema no debate profissional.</p>
	<p>A Organização Mundial da Saúde (OMS) retira da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID-11) a transexualidade como doença mental. A transexualidade passa a integrar um novo capítulo chamado “condições relacionadas à saúde sexual” e é classificada como “incongruência de gênero”. Na edição anterior do catálogo, a transexualidade estava no capítulo sobre “transtornos de personalidade e comportamento”, em um subcapítulo chamado “transtornos de identidade de gênero”.</p>
2019	<p>O Supremo Tribunal Federal (STF) determina que a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero passa a ser considerada crime. Representativo de uma grande conquista para a população LGBT, visto que a homofobia e a transfobia não estão na legislação penal brasileira.</p>
	<p>CFESS lança material de <i>Orientações para o atendimento de pessoas trans e travestis no Conjunto CFESS-CRESS</i> para ser distribuído e disseminado entre os/as trabalhadores/as. Trata-se de um documento didático e explicativo elaborado para oferecer subsídios para um atendimento humanizado, que reconheça e respeite a expressão e a identidade de gênero das pessoas trans.</p>

2020	CFESS publica matéria especial sobre o Dia da Visibilidade Trans “Sou assistente social trans... Somos resistência!”. A assistente social Cássia Pereira de Azevedo, mulher trans, negra e periférica, fala da sua experiência como trabalhadora do Centro de Cidadania (CCLGBTI Édson Nérís), em São Paulo (SP). Enfatiza os desafios do exercício profissional e do compromisso no enfrentamento da violência na perspectiva da garantia de direitos.
	CFESS publica nota de apoio à Resolução CFM nº 2.265/2019, que dispõe sobre o cuidado específico à pessoa com incongruência de gênero ou transgênero e revoga a Resolução CFM nº 1.955/2010. Considerando o extenso processo de discussões sobre a temática, promovido pelo CFM na comissão para o estudo da transexualidade, a qual o CFESS compôs como membro convidado, entende-se que o conteúdo expresso na referida resolução não esgota a complexidade que envolve o cuidado em saúde específico às pessoas trans, mas estabelece novas condições para a assistência médica a essa população, o que é de extrema relevância.
	CFESS lança o livro do Seminário Nacional de Serviço Social e Diversidade Trans, evento realizado em São Paulo (SP), em 2015. A produção traz importantes debates sobre o tema, abordando a transexualidade na perspectiva dos direitos, da oferta de serviços com qualidade, na consolidação dos direitos humanos para essa população que tem sido violentada e agredida nos seus direitos fundamentais cotidianamente.

Fonte: Elaborado pela autora.

Embora não se pretenda aqui abordar o significado de cada momento datado no Quadro 4 – o que demandaria uma leitura consistente de conjuntura para conectar a realidade social a cada período histórico em sua totalidade –, entende-se que tais marcos ajudaram a mobilizar o debate da temática da identidade de gênero na categoria e com a sociedade, o que permite afirmar que assistentes sociais têm lutado e estão em sintonia com as demandas dos movimentos sociais representativos da população trans. Em suas bandeiras de luta, a profissão tem pautado a importância da diversidade humana, da defesa da livre expressão da identidade de gênero, do respeito à identidade trans, da necessidade de despatologização da transexualidade e da garantia da permanência do processo transexualizador pelo SUS.

É, evidentemente, uma agenda que se alicerça no princípio da liberdade como valor ético central e fundamenta-se na necessidade inegociável do respeito à diversidade humana e de defesa das relações sociais fundadas numa igualdade real que nos permita ser diferentes e livres. Embora o código de ética traduza a dimensão mais normativa, ele também evidencia, em sua essência, a filiação com valores fundantes para o exercício profissional, em consonância com a direção social crítica do trabalho dos/as assistentes sociais.

Nesse sentido, pode-se afirmar que é evidente a indissociabilidade entre formação e trabalho profissional, e essa articulação converge em exercício profissional qualificado, que luta pela garantia de direitos da classe trabalhadora e que entende a necessidade de discutir sobre a diversidade na perspectiva da identidade de gênero em toda a sua dimensão, compreendendo que os marcadores da diferença não devem ser pressupostos de exclusão e de discriminação. Sendo assim, além da garantia de um projeto de formação profissional em consonância com a direção social da profissão, torna-se necessário que as Unidades de Formação Acadêmica, por meio dos projetos político-pedagógicos, se expressem e consolidem

as prerrogativas das diretrizes curriculares de modo a compor e fortalecer a perspectiva do projeto ético-político da profissão.

3.3 PROJETOS POLÍTICO-PEDAGÓGICOS DOS CURSOS DE SERVIÇO SOCIAL E O TEMA DA IDENTIDADE DE GÊNERO: DISTANCIAMENTO E APROXIMAÇÕES

Nesta dissertação, tratou-se anteriormente sobre como o Serviço Social tem se ocupado em pautar a identidade de gênero em suas discussões enquanto categoria, dando ênfase ao seu posicionamento crítico diante da análise da realidade social, produzindo materiais e documentos que reafirmam seu comprometimento diante da abordagem desse tema e entendendo-o enquanto relevante para a profissão. Tendo como base o projeto ético-político profissional e as diretrizes curriculares para o curso de Serviço Social (ABEPSS, 1996), a formação profissional deve ser desenhada a partir do que se garante através de tais referenciais, e, portanto, acredita-se que os projetos políticos-pedagógicos tendem a elucidar como as UFAs projetam que seja a formação de seus/suas estudantes.

A escolha de ter uma base documental para este estudo se fundamenta na opção por elementos que fossem comuns aos cursos de Serviço Social e que pudessem ser localizados em todas as UFAs participantes. Para uma pesquisa que tem como pressuposto analisar a dimensão da formação profissional, a escolha por analisar os projetos políticos-pedagógicos dos cursos deu-se em virtude de uma opção metodológica de compor o estudo com material documental que evidencia o que está garantido e preconizado pelas instituições para a formação profissional de assistentes sociais.

Os projetos pedagógicos dos cursos de Serviço Social são documentos que devem evidenciar a proposta metodológica do ensino da profissão, os componentes da formação profissional e devem ser orientados pelas diretrizes curriculares. Devem apresentar os seguintes dados: 1) justificativa e objetivos do curso; 2) perfil profissional; 3) ementário e respectiva bibliografia; 4) grade curricular com disciplinas por semestre/ano, carga horária das disciplinas e relação de professores responsáveis pelas disciplinas; 5) política e condições de estágio supervisionado; 6) critérios e formas de avaliação do ensino/aprendizagem; 7) normas de elaboração, orientação e avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC; 8) atividades pedagógicas complementares: monitoria, iniciação científica, extensão e outras; 9) políticas de pesquisa e extensão: vínculos com o ensino, dimensão interdisciplinar dos projetos, âmbito de abrangência e relação com as demandas da sociedade (BRASIL, 1997).

Em linhas gerais, os projetos devem conter a quem se destinam, quais os objetivos a serem alcançados, como será sua execução e o detalhamento do processo de formação. Aqui serão chamados de projetos político-pedagógicos acreditando que, para além da dimensão pedagógica, que sistematiza as atividades de ensino-aprendizagem, os projetos também carregam um compromisso político, no sentido de se posicionar e defender determinados valores em consonância com a direção social da profissão. Não por acaso, as diretrizes curriculares da ABEPSS que devem balizar os projetos atentam para a formação crítica e do compromisso ético-político na leitura do universo da produção e da reprodução da vida social.

A elaboração dos projetos implica conhecimento, notadamente, um conhecimento em específico na área do Serviço Social e pautado no que a categoria tem defendido coletivamente para o âmbito da formação. A formulação do projeto, sua elaboração e implementação devem ser realizadas por meio de método participativo, democrático, que, atento à realidade, vai considerar os/as diferentes atores/as implicados no processo, sendo importante a interlocução entre corpo docente e discente, evitando uma lógica unilateral, que não envolva todos/as que estão e/ou estarão imbricados nesse processo. O projeto, em síntese, vai trazer a definição dos caminhos a se percorrer na trajetória da graduação, dando direcionalidade ao percurso do/a estudante e trazendo elementos do que as instituições também incorporam no circuito da formação, elucidando o que se projeta para futuros/as profissionais assistentes sociais.

Os projetos político-pedagógicos são passíveis de reformulações diante da análise e da avaliação do que se propõe atingir/alcançar. O movimento de revisar, adequar e redesenhar o projeto deve ter relação com o cenário em que ele se aplica, tendo como elemento condutor a realidade social em que se insere. Lembrando que os projetos também possuem um caráter institucional, ou seja, também se expressam a partir de condições que são dispostas e impostas, é importante considerar o sistema que opera em nossa sociedade e a favor de quem converge, sendo necessária uma análise atenta que considere as contradições existentes nesse processo.

Os projetos político-pedagógicos dos cursos foram disponibilizados pelas instituições participantes desta pesquisa e serviram como base para a etapa de análise documental que será apresentada a seguir. A pesquisa documental se desenvolve através do estudo de documentos que ainda não receberam tratamento analítico (GIL, 2008) e tem como objetivo a análise e a compreensão de elementos que conformam conteúdo sobre determinado assunto/tema.

Os documentos expressam discursos, normativas, sentidos atribuídos, regras, conceitos (ora explicitados, ora vagos) pressupostos, delimitações, valores, descrições de fatos, enfim uma infinidade de elementos que permitem complementar a análise de processos ou mesmo constituir-se em fontes únicas para algumas investigações de extrema relevância [...]. (PRATES; PRATES, 2009, p. 114-115).

O estudo documental vale-se de informações importantes e foi utilizado no processo metodológico desta pesquisa como uma rica fonte de dados sobre o desenho da formação profissional, proporcionando uma melhor compreensão do que as diferentes instituições que vêm formando assistentes sociais no território gaúcho estão preconizando em seus projetos político-pedagógicos.

A análise teve como base os projetos político-pedagógicos das seis UFAs participantes deste estudo²¹. Para garantir o anonimato, na apresentação dos dados, optou-se por ocultar os nomes das instituições e colocar o nome de pessoas trans que tiveram importante papel na luta pelo respeito da diversidade e pela livre identidade de gênero, conforme elucidado no Quadro 5:

Quadro 5 – Síntese do perfil de representantes trans escolhidos/as

REPRESENTANTE	SÍNTESE DO PERFIL
Quelly da Silva	Travesti assassinada e que teve seu coração cruelmente retirado de seu corpo. Crime bárbaro e expressão máxima da transfobia existente no país.
Ágata Mostardeiro	Mulher trans gaúcha que teve o direito concedido pela justiça de registrar seu próprio filho enquanto mãe biológica. Constava na certidão de nascimento como mãe socioafetiva (adotiva), tendo seu direito negado pelo cartório de registrar o filho que ela mesma concebeu.
Dandara dos Santos	Travesti brutalmente assassinada que teve suas agressões covardemente gravadas e divulgadas nas redes sociais.
João Nery	Homem trans, o primeiro a realizar a cirurgia de redesignação no Brasil em pleno período ditatorial. Símbolo de luta e resistência, o psicólogo e escritor foi um grande ativista do movimento trans.
Keron Ravach	Adolescente trans de 13 anos que foi espancada até a morte com chutes e pauladas justamente no mês da visibilidade trans. Foi a vítima mais jovem de transfeminicídio no país.
Marcelly Malta	Travesti, militante, ativista, presidenta da ONG Igualdade – RS, primeira mulher travesti a obter o registro civil com nome social no Brasil.

Fonte: Elaborado pela autora.

Sobre a data/ano dos projetos analisados, tem-se: 01 (16,66%) do ano de 2015, com novo projeto já sendo implementado, segundo informação prestada pela coordenação do curso, 01 (16,66%) do ano de 2018, 01 (16,66%) do ano de 2019 e 03 (50%) do ano de 2020. Sobre as modalidades em que os cursos são ofertados, evidenciou-se que: 03 (50%) são presenciais, 01 (16,66%) é ensino à distância e 02 (33,33%) ofertam ambas as modalidades.

²¹ Ainda que para a realização desta pesquisa tenha-se autorização formalizada para o uso dos projetos político-pedagógicos para compor a etapa de análise documental, é relevante destacar que foi verificado que algumas das UFAs participantes socializam os seus projetos nos sites institucionais, permitindo o acesso pela comunidade externa e dando visibilidade para sua proposta de formação e para quais perspectivas ancoram o ensino da profissão e, ainda, dando luz a um importante processo de democratização do acesso à informação.

Sobre a quantidade de vagas anuais disponibilizadas, 03 UFAs (50%) ofertam 50 vagas, 01 (16,66%) oferta 60 vagas e 02 (33,33%) não mencionam a informação. Em relação ao turno de oferta, tem-se 05 (83,33%) que trazem a informação no projeto político-pedagógico, e estas o determinam como noturno. Sobre a carga horária dos cursos, é importante mencionar que todos respeitam a carga horária mínima obrigatória de 3.000h incluindo as atividades de estágio, conforme as diretrizes curriculares da ABEPSS propõem. De acordo com os dados apurados, apresenta-se a seguinte sistematização:

Quadro 6 – Sistematização dos dados de caracterização das UFAs

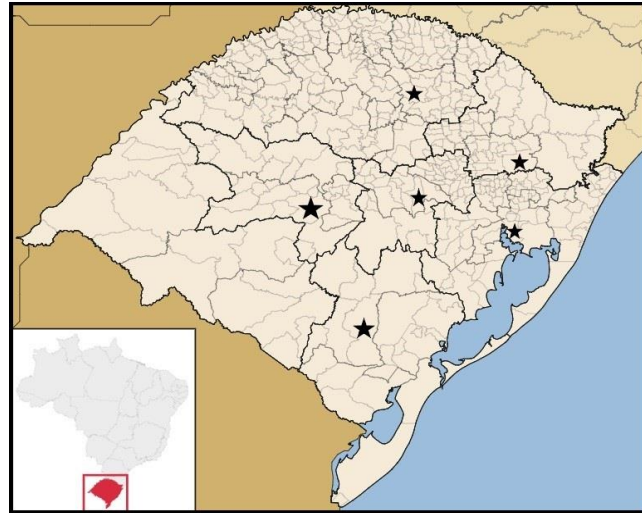
Unidade de Formação Acadêmica	Ano do projeto político-pedagógico analisado	Modalidade de oferta do curso	Vagas anuais	Turno	Carga horária do curso
UFA QUELLY	2019	Presencial	50	Noite	3.000h
UFA ÁGATA	2020	Presencial	50	Noite	3.000h
UFA DANDARA	2020	Mista	Não menciona	Noite	3.000h
UFA JOÃO	2020	À distância	Não menciona	Não menciona	3.020h
UFA KERON	2015	Presencial	60	Noite	3.000h
UFA MARCELLY	2018	Mista	50	Noite	3.180h

Fonte: Elaborado pela autora.

Em relação ao início de atividades dos cursos, por ordem cronológica crescente tem-se: 1945, 1980, 2000, 2004, 2010 e 2018. Interessante notar que, fazendo uma análise do percurso histórico da instituição mais antiga até a instituição mais recente que ofertam o curso de Serviço Social e que participaram deste estudo, tem-se uma diferença de mais de seis décadas de trajetória no ensino da profissão. Diante disso, também é inegável o pioneirismo do Rio Grande do Sul, que, após uma década do surgimento do Serviço Social no Brasil, a partir de experiências em São Paulo, em 1932, e no Rio de Janeiro, em 1936 (BULLA, 2008), também consolidou sua escola de Serviço Social no estado.

Sobre os municípios onde os cursos se encontram, por ordem alfabética, tem-se as seguintes localidades: Caxias do Sul, Passo Fundo, Piratini, Porto Alegre, Santa Cruz do Sul e Santa Maria. Há uma grande diversidade regional, conforme se observa com a marcação das cidades na Figura 2:

Figura 2 – Municípios das 06 UFAs que participaram do estudo



Fonte: Elaborado pela autora.

Analisando o conteúdo dos projetos político-pedagógicos, pode-se afirmar que, unanimemente, há uma apresentação do curso de Serviço Social – trata-se da profissão no contexto contemporâneo e, das 06 UFAs, considera-se que todas (100%) elucidam sobre os objetivos do curso. Em relação à justificativa da oferta do curso, 04 (66,66%) trazem elementos sobre a constituição e a manutenção do curso na instituição, dialogando com elementos sócio-históricos, e 02 (33,33%) não abordam essa dimensão. Sobre o perfil do/a egresso/a, foi verificado que todas (100%) as unidades possuem esse desenho com o elenco das competências e habilidades a serem desenvolvidas, tendo por base as diretrizes curriculares da ABEPSS, a Resolução nº 15/2002 do Conselho Nacional de Educação e a Lei de Regulamentação da Profissão.

Ao analisar os objetivos do curso e o perfil do egresso, evidencia-se uma homogeneidade em relação aos conteúdos elencados e destaca-se o elemento de uma formação crítica, alinhada ao projeto ético-político da profissão e que trabalha junto às mais variadas formas e expressões da questão social. Abaixo, apresenta-se a síntese do material analisado:

Quadro 7 – Palavras-chave em relação aos objetivos do curso e perfil do/a egresso/a

UFA	OBJETIVOS	PERFIL DO/A EGRESSO/A
QUELLY	Visão crítica, Projeto ético-político profissional, Questão Social, Instrumentalidade	Conjunto de competências e habilidades profissionais, Visão crítica, Questão social
ÁGATA	Visão crítica, criativa e ética, Questão social, Conjunto de competências e habilidades profissionais	Intervenção na realidade social, Questão social, Conjunto de competências e habilidades profissionais
DANDARA	Visão crítica e pluralista, Projeto ético-político profissional	Questão social, Políticas públicas, Atuação como profissional liberal
JOÃO	Visão crítica e analítica, Projeto ético-político profissional, Conjunto de competências e habilidades	Valores profissionais, Empregabilidade, Formação profissional-cidadão
KERON	Visão crítica, Questão social, Conjunto de competências e habilidades profissionais	Projeto ético-político profissional, Questão social, Empreendedorismo
MARCELLY	Visão crítica, Questão social, Valores profissionais	Conjunto de competências e habilidades profissionais

Fonte: Elaborado pela autora.

Muito embora no comparativo entre os objetivos do curso e o perfil do/a egresso/a tenha-se um direcionamento parecido, há de se considerar uma incidência que destoa. Há registro textual que se refere à responsabilidade da profissão “na identificação e resolução de problemas” (UFA João), o que remete à lógica de ajustamento e controle da classe trabalhadora, muito ligada à ação doutrinária moral cristã presente na primeira fase do Serviço Social brasileiro (REIDEL, 2010). É uma leitura que não decifra o objeto de trabalho da profissão a partir da sua conexão com a sociedade, que é dimensionada pela exploração do capital.

Ainda na análise do perfil do/a egresso/a, percebe-se um direcionamento ao mercado de trabalho na preocupação com a empregabilidade (UFA João) e na lógica do empreendedorismo, podendo o profissional ser liberal (UFA Dandara) e autônomo no desenvolvimento de seu exercício profissional (UFA Keron). Tal conteúdo nos alerta para a necessária articulação da formação profissional com o mercado de trabalho, mas que “[...] não se confunde com a mera adequação da formação às exigências do mercado, numa perspectiva instrumental, subordinando a formação universitária à dinâmica reguladora do mercado” (IAMAMOTO, 2004, p. 171).

Ou seja, há a necessidade de uma sintonia com o mercado de trabalho – que sem dúvidas é condição para se preservar a profissão – mas, ao mesmo tempo, é necessário também uma análise crítica que permita identificar o que se esconde por detrás da lógica neoliberal e da ênfase mercadológica que tendencia a perspectiva do ensino superior. As necessidades do capital incidem diretamente na formação profissional e asfixiam a direção social assumida pela

profissão, que aposta nas lutas sociais e na construção de uma nova sociabilidade. Nesta análise sobre o perfil de egresso/a apresentado pelas UFAs, é preciso atenção às demandas por respostas emergentes do mercado e pela necessidade de inserção profissional em espaços ocupacionais, mas que não se perca de vista os fundamentos da profissão e não se distancie da crítica à sociedade que se mantém através da exploração pelo capital e que necessariamente precisa ser superada.

Em relação à exposição da grade curricular, todas (100%) as UFAs contemplam o quesito. Sobre a ementa das disciplinas do curso e as bibliografias utilizadas, tem-se 03 (50%) que informam ementa e respectiva bibliografia, 02 (33,33%) que informam apenas as ementas, e 01 (16,66%) que não menciona nenhuma das informações. As orientações sobre as atividades de estágio aparecem em todos (100%) os projetos. Alguns elucidam de forma mais resumida, outros são mais explicativos, com descrição dos objetivos das atividades de estágio, orientações sobre o estágio obrigatório e não-obrigatório, funcionamento da supervisão de campo e da supervisão acadêmica. Sobre a carga horária de estágio, todas as UFAs respeitam a Política Nacional de Estágio (ABEPSS, 2010) e perfazem o mínimo de 15% perante a carga horária obrigatória do curso, conforme as diretrizes curriculares. Tem-se 04 (66,66%) UFAs com previsão de 450h para as atividades de estágio, 01 (16,66%) com 570h, e 01 (16,66%) com 600h.

Sobre critérios e formas avaliativas do processo de ensino/aprendizagem, todas (100%) as UFAs evidenciam em seus projetos político-pedagógicos as informações pertinentes. Em relação ao Trabalho de Conclusão de Curso, 05 (83,33%) descrevem as normas e orientações, e apenas 01 (16,66%) não expõe esse conteúdo. Em que pese a informação de que a referida UFA não menciona as orientações de TCC, no projeto político-pedagógico tem-se a alusão a um manual próprio da instituição para monografias e normativa específica do TCC de Serviço Social. Porém, considerando que este é um estudo documental e que essa informação não foi localizada na base de análise, constará como item não mencionado por não haver no corpo do texto as necessárias orientações sobre o TCC, sua elaboração, avaliação etc.

Das atividades pedagógicas complementares que englobam monitoria, iniciação científica, extensão e outras, obteve-se 06 (100%) UFAs que mencionam o item em seus projetos, explicitando como garantem as atividades durante a trajetória do curso. Os núcleos de fundamentação constitutivos da formação profissional (núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social, núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e núcleo de fundamentos do trabalho profissional) preconizados pelas diretrizes curriculares, são mencionados e aparecem em 05 (83,33%) dos projetos analisados, constando

como estrutura norteadora da proposta de formação e como fio condutor da organização da proposta curricular, e em apenas 01 (16,66%) essa informação não é elencada.

Para além da garantia dos eixos de fundamentação propostos pela ABEPSS – o que por hora pode-se afirmar que está sendo garantido nos projetos da maioria das UFAs que compuseram este estudo – o desafio continua sendo constituir uma base comum à formação. O texto legal que se efetivou a partir da proposta de formação encaminhada pela ABEPSS ao Conselho Nacional de Educação (CNE) em 1996 teve supressão de conteúdo e, conseqüentemente, forte descaracterização do que se entende como direção social da profissão, incidindo em um comprometimento significativo. Houve uma abertura em relação ao conteúdo da formação, que “[...] passa a ser submetido a livre iniciativa das unidades de ensino, públicas e privadas, desde que preservados os referidos núcleos” (IAMAMOTO, 2010, p. 446). O projeto de profissão e de formação profissional, fruto de amplo movimento, debates da categoria e construção coletiva sofreu, assim, alterações que comprometeram o ensino e o exercício da profissão, caindo nas armadilhas de regulação pelo mercado.

Diante da análise de dados que teve como referência os elementos que devem compor o projeto político-pedagógico das instituições que ofertam curso de Serviço Social, é possível sistematizar as informações da seguinte maneira:

Quadro 8 – Sistematização da análise dos elementos dos projetos político-pedagógicos

	UFA QUELLY	UFA ÁGATA	UFA DANDARA	UFA JOÃO	UFA KERON	UFA MARCELL Y
Justificativa e objetivos do curso	X	X	X	Somente objetivos	Somente objetivos	X
Perfil profissional	X	X	X	X	X	X
Ementa e bibliografia das disciplinas	X	X	Não menciona	Somente ementa	X	Não menciona
Grade curricular	X	X	X	X	X	X
Orientação de estágio	X	X	X	X	X	X
Carga horária estágio	600h	450h	450h	450h	570h	450h
Crêterios avaliativos	X	X	X	X	X	X
Normas e orientações para o Trabalho de Conclusão de Curso - TCC	Não menciona	X	X	X	X	X
Atividades complementares (monitoria, iniciação científica, extensão, pesquisa)	X	X	X	X	X	X
Núcleos de fundamentação	X	X	X	Não menciona	X	X

Fonte: Elaborado pela autora.

Para além de uma análise mais geral do conteúdo trazido nos projetos, numa tentativa de decifrar o que se expressa enquanto direcionamento da formação, realizou-se também uma busca da especificidade relacionada à temática da diversidade na perspectiva da identidade de gênero, tentando desvelar como o tema está contemplado. Foram localizadas inferências bastante amplas sobre diversidade, abarcando diversidade cultural, regional, local, científica, étnico-racial, humana etc. Em 03 (50%) UFAs há a menção ao código de ética profissional, citando o sexto princípio – “[...] empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças” (CFESS, 1993, p. 23) – em um nítido reconhecimento da diversidade, em suas múltiplas dimensões, como necessária pauta para a formação profissional.

Das 06 UFAs participantes do estudo, pode-se afirmar que em 02 (33,33%) há a incidência direta da temática da identidade de gênero sendo trabalhada em disciplinas. De 242 disciplinas constantes em todos os projetos (entre obrigatórias e eletivas), 02 (0,83%) dizem tratar das questões relacionadas à identidade de gênero em seu conteúdo, sendo elas: “antropologia social”, na UFA Ágata, e “relações étnico-raciais, gênero e sexualidade na

sociedade de classes”, na UFA Keron. Ambas são obrigatórias, localizadas no 6º e no 2º semestre, respectivamente. A primeira visa, dentre outros objetivos, “[...] identificar as conquistas e os desafios no contexto das políticas sociais para os gêneros e os transgêneros na realidade brasileira” (UFA Ágata), e a segunda disciplina possui em sua ementa o direcionamento para “[...] estudo das desigualdades de gênero/raça/etnia/sexualidade e o impacto na identidade dos sujeitos” (UFA Keron), trazendo em sua bibliografia a publicação *Travestis e prisões: experiência social e mecanismos particulares de encarceramento no Brasil*.

Para além da ementa de disciplinas, na UFA Keron, ainda há uma incidência sobre identidade de gênero no eixo de práticas pedagógicas, colocando a importância de se desenvolver:

[...] competências teórico-metodológica, ético-política e técnico instrumental dos alunos frente à diversidade de grupos étnico-raciais e de identidade de gênero distintos na nossa sociedade, com modos e condições de vida, cultura e história próprias, possibilitando a aquisição de conhecimentos sobre as diferentes formas de desigualdade vivenciadas, mas também resistências e participação social desses grupos, ao longo da história, culminando nas políticas de ação afirmativa para reparar dívidas históricas com segmentos socialmente vulneráveis. (UFA Keron).

Tal achado coloca a população trans como segmento da classe trabalhadora e como alvo do trabalho profissional, demarcando um espaço importante sobre a dimensão da diversidade humana como constituinte dos sujeitos sociais e como elemento presente no exercício da profissão.

Entendendo os projetos político-pedagógicos das instituições como fundamentais para decifrar como se opera o processo de formação profissional, é possível afirmar que, diante da análise realizada, as unidades de formação estão abordando o tema da identidade de gênero, mas ainda de forma isolada e não transversal às outras temáticas, compondo discussões relativas a como as questões relacionadas às identidades trans se conformam em expressões da questão social e, conseqüentemente, em objeto de trabalho de assistentes sociais. Apesar das incidências sobre o tema, nota-se que não há adensamento nas propostas sobre como ele será trabalhado e nem sobre as mediações necessárias para entender como ele se torna fundamental para a categoria na sua concreta articulação com o trabalho profissional, também intimamente relacionado aos valores defendidos e com a direção ético-política da profissão.

Talvez essa relação possa se dar no cotidiano das aulas, emergindo para além do que está textualmente garantido nos projetos e fazendo uma interlocução com temas-eixo que

sustentam a formação profissional, mas ficam alguns questionamentos²² latentes, dentre eles: se não há momentos específicos delimitados para que o tema venha a ser trabalhado, há alguma estratégia para garantir esse debate durante a trajetória de estudantes no percurso da formação? Poderia o diálogo sobre o tema da diversidade na perspectiva da identidade de gênero ficar condicionado à individualidade e à autonomia docente para que seja abordado se julgarem pertinente e quando julgarem pertinente? Se esse debate for ausente, há prejuízo para a formação e para o trabalho profissional, entendidos em sua indissociabilidade? Como os/as discentes se sentem frente a isso? Se o tema não é abordado, entende-se que há uma necessidade de se falar sobre o assunto? Caso seja abordado, como e em que momentos ele vem sendo trabalhado?

Nas 04 (66,66%) UFAs em que o tema não aparece – ou seja, na maioria – como os princípios do código de ética são abordados? Há um princípio que fala especificamente sobre identidade de gênero – “XI – Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física” (CFESS, 1993, p. 24) – que tem relação com a trajetória histórica da profissão junto aos movimentos sociais e identificação de suas demandas. O questionamento que fica é: como o tema pode não estar contemplado? É possível, ainda assim, não ser entendido como essencial para a formação?

A população trans, entendida como usuários/as-chave de diversos serviços, mas principalmente da área da assistência social – dada a vulnerabilidade social em que muitas vezes se inserem – e da área da saúde, pelas questões latentes que acabam por gerar sofrimento psíquico, às vezes também o desejo de mudanças corporais etc., tem recebido atenção por parte da formação? Futuros/as assistentes sociais estão sendo preparados para a abordagem da população trans? O conjunto CFESS/CRESS se posiciona e faz publicações que orientam sobre esse tipo de atendimento, traz esse conteúdo em suas bandeiras de luta recorrentemente, socializa elementos importantes para o trabalho profissional, e o que ocorre? A categoria não se apropria? Se a formação serve como bagagem e suporte para o trabalho profissional, quando os/as profissionais se deparam com a prática relacionada a um tema não contemplado ou pouco contemplado na sua formação, de qual abordagem se utilizam? É suficiente ancorar-se sobre estudos gerais para trabalhar junto à população trans?

Aqui não se pretende esgotar as múltiplas possibilidades e nuances de olhares sobre um mesmo objeto de estudo, menos ainda se tem a pretensão de ousar responder a todos os

²² Esses questionamentos foram essenciais para construir o processo reflexivo das informações dadas pelos/as docentes e pelos/as alunos/as de Serviço Social, cuja análise será apresentada posteriormente.

questionamentos que emanam no decorrer da análise. A proposição realizada através das perguntas sem respostas é que a reflexão possa emergir a partir dessa pesquisa, mas também para além dela, considerando os diversos fatores que incidem em diferentes realidades dado o seu momento histórico, sua concretude e o emaranhado das relações que as constituem; que as problematizações suscitadas a partir das indagações possam ser o horizonte e a composição de novos desdobramentos e alimentem a reflexão crítica sobre o tema.

Na perspectiva das professoras, no que se refere à análise de como o tema está contemplado no projeto político-pedagógico do curso, as entrevistadas informaram se conseguem identificar o tema por dentro do processo de formação e onde/como visualizam que ele está assegurado. A Docente 04 diz que o tema não está contemplado no projeto do curso: *“Com certeza não. Especificamente não. No meu curso não, na minha universidade não”*, mas coloca que, apesar de documentalmente não estar garantido, o assunto é trazido para a sala de aula: *“A gente fala sobre esse assunto porque a gente traz todo tipo de assunto, todo tipo de exemplo”* (Docente 04).

Outra entrevistada afirma que o tema da diversidade na perspectiva da identidade de gênero *“[...] não tem um espaço específico, ele entra exatamente como tema transversal das disciplinas”* (Docente 06). Dentro do projeto político-pedagógico do curso, ela não identifica a garantia do tema em disciplinas específicas, mas coloca que ele é trabalhado enquanto conteúdo dentro de diversas disciplinas:

“[...] isso eu tenho certeza, de que a gente não tem nenhuma disciplina, mas eu tenho certeza de que ela perpassa várias disciplinas desde a disciplina de ética, da legislação profissional, da ética profissional, as disciplinas que trabalham com as estratégias profissionais, a disciplina que trabalha com família, que discute essa questão, quando trabalhamos com algumas políticas, também comparece, como por exemplo na disciplina de assistência, na disciplina de política de assistência, de saúde... Então de uma forma transversal mesma.” (Docente 06).

Acreditando também que a abordagem do tema ocorre de forma transversal, a Docente 02 coloca que ele não está especificamente contemplado no projeto político-pedagógico do curso, mas o visualiza sendo trabalhado nas disciplinas e em outros espaços onde alunos/as se inserem durante a jornada da formação:

“[...] eu vejo ele transversalizado na questão social, eu vejo lá nas disciplinas que discutem políticas sociais, eu vejo vinculado às disciplinas de família, como eu falei, da questão da subjetividade, saúde mental né, que traz todo um debate sobre questões relativas. Então, me parece que não há um único espaço de olhar para isso, mas é um

conteúdo, são temas, enfim, que vêm sendo pensados de forma transversalizada ao longo de toda a formação, do início ao fim do curso. E, que na medida que esse aluno então vai se preparando, e se inserindo em outros espaços para além do cotidiano das disciplinas né, ele acaba conseguindo ter essa perspectiva, ter esse olhar por dentro da formação profissional.” (Docente 02).

A entrevistada 03 diz que o tema é contemplado no novo projeto político-pedagógico, acenando que houve uma reformulação do documento: *“Ele aparece no próprio projeto mesmo, na escrita, mas ele também vai aparecendo por dentro, amarrado por dentro dos componentes curriculares, tá? Então ele é... Presente. [...] A gente teve essa preocupação e hoje ele está bem reformulado sim.” (Docente 03).*

Conforme observado no trecho de entrevista acima, a professora entende que o projeto político-pedagógico do curso que representa incorpora o tema da identidade de gênero em diferentes momentos, inclusive ofertando disciplina específica. No mesmo sentido, a Docente 05 traz que esse debate deve também aparecer e compor outros espaços, se configurando enquanto eixo estruturante, ou seja, podendo perpassar diversas disciplinas do curso, especialmente as que trazem os fundamentos do trabalho profissional:

“[...] eu penso que desde a formulação do perfil e dos objetivos do curso, esses elementos já aparecem, mas claro que se tu olhares pra matriz curricular, tu vai identificar na matriz curricular disciplina específica que aborda esse tema, mas de novo, teria que fazer um mergulho em disciplinas dos fundamentos né, do trabalho profissional, de ética, que com certeza aportam elementos para abordagem desse tema. Esse tema, pra mim, é um dos temas estruturantes da formação profissional, logo ele não fica circunscrito a uma matéria, uma disciplina né, ele atravessa um conjunto de disciplinas na formação profissional. Então eu identifico que ele está presente no projeto do nosso curso e, enfim, mais do que estar ali presente, há uma vontade, digamos assim, do coletivo de docentes de poder abordar as temáticas e os elementos constitutivos do processo de formação do assistente social que incluam esses elementos.” (Docente 05).

Há uma infinidade de possibilidades para se fomentar e garantir o conteúdo sobre a diversidade na perspectiva da identidade de gênero dentro dos projetos políticos-pedagógicos, e as docentes participantes desta pesquisa tiveram relatos divergentes. Tem-se quem acredita que ele está contemplado e é trazido para a sala de aula, tem-se quem afirma que ele não está garantido no projeto do curso, mas é abordado a partir de diferentes estratégias. Em alguns momentos, ele possui lugar específico, mas é entendido também como algo que deve ser transversal às disciplinas e abordado também em outros espaços.

Os dados da pesquisa documental elucidaram que houve baixa incidência do tema sendo garantido nos projetos dos cursos, mas, de acordo com o que emergiu da etapa das entrevistas com as docentes, o tema está para além dos projetos e entra em disciplinas compondo conteúdos relativos. Sobre a transversalidade do tema, afirmada por algumas docentes, seria essa uma justificativa para ele não estar garantido nos projetos? O fato de o tema identidade de gênero não ter um lugar específico, mas ser trabalhado transversalmente soa frágil, pois o que está, ou deveria estar, em todos os lugares, mas na verdade não aparece, é revelador do quanto ainda se precisa avançar neste debate. Não que a importância esteja somente em haver um lugar específico, mas deve haver lugares – específicos ou transversais – que apontem para esse conteúdo, que trabalhem ele e garantam que ele será abordado.

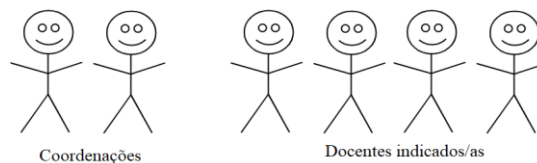
4 ENTRE O QUE TEMOS E O QUE QUEREMOS: A CONSOLIDAÇÃO DA TEMÁTICA DA IDENTIDADE DE GÊNERO NA FORMAÇÃO DE ASSISTENTES SOCIAIS NA PERSPECTIVA DE DOCENTES E ESTUDANTES

Neste capítulo, o propósito é dar ênfase para as análises que emergiram da etapa de entrevista com coordenações e docentes e da etapa de questionário com estudantes, aprofundando reflexões sobre como estes visualizam e sentem-se frente ao processo de formação profissional, observando a particularidade de suas perspectivas e do modo como participam dessa jornada.

A etapa de entrevista previa a participação de representação da coordenação do curso de Serviço Social da UFA participante ou docente indicada pela coordenação. Devido à pandemia, é importante pontuar que as entrevistas, que tinham previsão de ocorrer de forma presencial para Porto Alegre/RS e Região Metropolitana e on-line para demais localidades, acabaram sendo completamente adaptadas para a modalidade remota. Em data e horário pré-definidos, as entrevistas foram realizadas através de chamadas de vídeo, gravadas com o consentimento das participantes e, posteriormente, transcritas para subsidiar a análise da referida etapa da pesquisa.

Das 06 UFAs participantes que compuseram a amostra deste estudo, tem-se 02 (33,33%) cujas próprias coordenações se disponibilizaram para a entrevista e 04 (66,66%) cuja entrevista ocorreu com professoras indicadas.

Figura 3 – Representação de docentes participantes da etapa da entrevista



Fonte: Elaborado pela autora.

Sobre a identidade de gênero referida pelas participantes, tem-se 05 (83,33%) que se identificaram como mulher/feminina e 01 (16,66%) que se identificou inicialmente como heterossexual – que na realidade diz respeito à sua sexualidade e não ao gênero com o qual se identifica – e, após, identificou-se como mulher. Observa-se uma maioria de mulheres, o que dialoga com a marca histórica da categoria profissional, que tradicionalmente é

predominantemente composta por mulheres (IAMAMOTO, 2004) e que nos remete a uma expressão do perfil da profissão.

Na origem da profissão, havia uma responsabilização de mulheres pelos problemas sociais, elas que deveriam dar conta daquilo que era expressão da questão social e promover o equilíbrio social. Hoje, apesar da renovação e do entendimento crítico da profissão, esse lugar patriarcalmente atribuído às mulheres como herança da tradição conservadora se reatualiza e se perpetua no âmbito do Serviço Social. Segundo Cisne e Santos (2018), o selo de identidade profissional feminina persiste no cenário da profissão, e isso se dá tanto pelo imaginário da sociedade sobre o que se espera de uma assistente social como pela reprodução das práticas conservadoras que vinculam suposta naturalização de qualidades e atividades às mulheres.

Em relação à raça/cor autodeclarada, unanimemente (100%), as professoras identificaram-se como brancas. Em relação à sua idade, tem-se, por ordem crescente: 35, 38, 39, 50, 55 e 58 anos. Sobre a área de formação das professoras, todas (100%) afirmaram ter graduação em Serviço Social, e, em relação à titulação, 01 (16,66%) tem especialização e 05 (83,33%) têm mestrado e doutorado. Em relação ao tempo de trabalho como docente, por ordem cronológica crescente, tem-se: 02, 04, 16, 20, 25 e 26 anos. Assim, há uma diferença de 24 anos entre quem leciona há menos tempo e quem leciona há mais tempo. Ainda assim, afirma-se que, unanimemente, o grupo docente que participou deste estudo leciona a partir da perspectiva das atuais diretrizes curriculares (1996) e do Código de Ética Profissional vigente. Em tese, todas teriam o direcionamento profissional de uma orientação crítica quanto à leitura da realidade e à pauta da diversidade humana e do respeito à identidade de gênero incorporada ao exercício profissional.

Considerando o vínculo empregatício, tem-se: 04 celetistas (66,66%), contratadas pelo regime da CLT — Consolidação das Leis do Trabalho, 01 (16,66%) autônoma, recebendo por RPA — Recibo de Pagamento Autônomo, e 01 (16,66%) servidora pública federal. Quanto ao tempo de vínculo com a atual instituição, por ordem cronológica crescente, tem-se: 02, 04, 07, 09, 15 e 25 anos. Se comparado ao dado de tempo como docente, tem-se 04 (66,66%) professoras que tiveram vínculo anterior, ou seja, lecionaram em outras instituições antes de se vincularem à atual UFA, e 02 (33,33%) que iniciaram as atividades como docente na instituição na qual estavam no momento da entrevista.

Sobre os vínculos das professoras, profissionais que também se inserem na arena de venda da sua força de trabalho, aqui faz-se referência a uma maioria com vínculos estáveis e direitos trabalhistas assegurados, seja por contratação celetista ou através do serviço público federal. Embora o estado do RS tenha sido um dos últimos estados brasileiros a ter oferta de

formação em nível de graduação pública, evidencia-se nessa amostra o produto desse processo, uma professora representante disso e com vínculo de servidora. No entanto, aqui também cabe a referência a um processo de precarização do tipo de vínculo empregatício, que demonstra uma frágil inserção profissional no mercado de trabalho e alerta para a instabilidade das contratações – como é o caso da assistente social professora contratada por RPA.

Esses são elementos da realidade que nos acenam sobre o cenário de precarização das relações de trabalho, com redução dos direitos sociais, rebaixamento de salários, contratos temporários, enxugamento de pessoal, lógica da competitividade – em que trabalhadores/as são imputados/as a produzir mais e com menor custo, também gerando maior lucratividade –, e assistentes sociais docentes não estão alheias a esse processo.

As tendências do mercado de trabalho, apontadas por inúmeros estudiosos, indicam uma classe trabalhadora polarizada, com uma pequena parcela com emprego estável, dotada de força de trabalho altamente qualificada e com acesso a direitos trabalhistas e sociais e uma larga parcela da população com trabalhos precários, temporários, subcontratados etc. (IAMAMOTO, 2004, p. 32).

Apresenta-se a sistematização do Quadro 9 para a melhor visualização e contextualização geral dos dados coletados sobre o perfil das docentes:

Quadro 9 – Sistematização sobre o perfil das docentes participantes do estudo

Unidade de Formação Acadêmica	Quem participou da pesquisa	Identidade de gênero	Raça/cor autodeclarada	Idade	Área de formação	Titulação	Tempo como docente	Tipo de vínculo	Tempo do atual vínculo
UFA KELLY	Professora indicada	Mulher	Branca	58	Serviço Social	Mestrado e Doutorado	20	Servidora pública	07
UFA ÁGATA	Coordenação	Feminina	Branca	38	Serviço Social	Mestrado e Doutorado	16	CLT	09
UFA DANDARA	Coordenação	Mulher	Branca	35	Serviço Social	Mestrado e Doutorado	04	CLT	04
UFA JOÃO	Professora indicada	Feminina	Branca	39	Serviço Social	Especialização	02	RPA	02
UFA KERON	Professora indicada	Feminina	Branca	50	Serviço Social	Mestrado e Doutorado	25	CLT	15
UFA MARCELY	Professora indicada	Feminina	Branca	55	Serviço Social	Mestrado e Doutorado	25	CLT	25

Fonte: Elaborado pela autora.

Sobre o perfil, é possível notar a unanimidade da identidade de gênero feminina, da raça/cor autodeclarada branca e da área de formação das professoras, todas com graduação em Serviço Social. Os demais dados mostram-se diversos e variáveis, não evidenciando características comuns a todas as professoras, mas demonstrando as particularidades de suas titulações, suas inserções profissionais, seus vínculos empregatícios e tempo de trabalho na docência. Não se buscou com esta pesquisa fazer uma generalização, tendo em vista a amostra restrita, direcionada e não probabilística, mas é interessante notar a diversidade de perfil das assistentes sociais docentes que participaram deste estudo.

A etapa da pesquisa que foi realizada junto a alunos e alunas ocorreu através de questionário on-line, com perguntas estruturadas abertas, fechadas e por escala²³. Após aceite das UFAs em participar do estudo, contou-se com o apoio das coordenações de curso e das docentes assistentes sociais entrevistadas para socializar e encaminhar o questionário via e-mail para a turma de alunos/as formandos/as ou de nível mais avançado dentro do curso. Ao todo, obteve-se 11 participantes, conforme o detalhamento do Quadro 10:

Quadro 10 – Número de participantes por UFA

UFA	ESTUDANTES
QUELLY	02
ÁGATA	00
DANDARA	00
JOÃO	08
KERON	00
MARCELLY	01

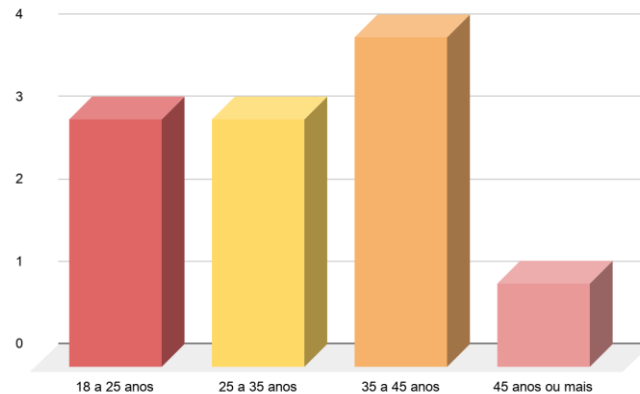
Fonte: Elaborado pela autora.

Embora a pesquisadora tenha realizado diversos contatos e tentativas para garantir a participação de discentes, das 06 instituições participantes, apenas 03 (50%) tiveram representação de estudantes na etapa do questionário. Tem-se a UFA Marcellly, com 01 participante, a UFA Quelly, com 02 participantes, e UFA João, com 08 participantes. Em relação à idade dos/as alunos/as participantes, na faixa etária de 18 a 24 anos tem-se 03 (27,5%)

²³As perguntas por escala foram utilizadas para melhor mensurar os dados coletados. Se configuraram enquanto perguntas fechadas em que o/a respondente pôde marcar como resposta: 01 = nada, 02 = pouco, 03 = médio, 04 = razoável e 05 = muito.

participantes, de 25 a 34 anos, também 03 (27,5%) participantes, de 35 a 44 anos, 04 (36%) participantes, e de 45 ou mais, 01 (09%) participante, conforme o Gráfico 2.

Gráfico 2 – Relação de estudantes participantes por faixa etária



Fonte: Elaborado pela autora.

Em relação à identidade de gênero dos/as estudantes, tem-se 10 (91%) que se identificaram enquanto feminina/mulher e 01 (09%) que se identificou enquanto masculino/homem. Sobre a raça/cor autodeclarada, 02 (18%) informaram preta/negra e 09 (82%) informaram branca.

Partindo do pressuposto de que o objetivo geral da pesquisa é de analisar como a diversidade na perspectiva da identidade de gênero é abordada na formação a nível de graduação de assistentes sociais no RS, de modo a identificar como se está subsidiando os/as futuros/as profissionais para trabalhar com o tema, na etapa da entrevista e do questionário o intuito foi de dar voz para aqueles/as atores/as que participam ativamente do processo formativo

A identidade de gênero é um conceito que trata sobre o entendimento de que as pessoas podem se identificar e se autoperceber diante do seu gênero, e que isso não necessariamente vai obedecer às normas sociais tidas sobre expressões, nome, aparência, traços, vestimentas e características de identidades masculinas e femininas. Está muito associado às reivindicações de identidades trans, as quais se pode definir como grupo de pessoas que não se identificam com o gênero atribuído ao nascer e que podem se reconhecer como o gênero oposto, com ambos ou com nenhum.

4.1 RELEVÂNCIA DO TEMA DA IDENTIDADE DE GÊNERO NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Sobre a **importância de se trabalhar o tema da identidade de gênero no âmbito da formação profissional**, alguns elementos surgiram nas narrativas das professoras participantes e apontaram para diferentes enfoques e compreensões sobre onde e como a diversidade na perspectiva da identidade de gênero dialoga com o Serviço Social. A primeira relação observada trata de como o tema se torna objeto do trabalho profissional e da relevância de abordar esse tipo de conteúdo dentro do processo formativo:

“Olha, eu acho importante se estiver relacionado às políticas sociais, se estiver relacionada até a formação profissional. [...] Eu, eu particularmente acredito muito que é importante a discussão, os estudos – não só a discussão. Mas assim, relacionado ao nosso objeto de profissão [...] pra nós não cairmos numa ideia de que o Serviço Social trata de subjetividades. [...] Então, se for relacionado ao objeto da profissão, à questão social ou estiver relacionado às políticas sociais, porque aí nós temos realmente, dentro de algumas políticas sociais, já alguns recortes, alguns programas, algumas ações que levam em conta a identidade de gênero.” (Docente 01).

Em concordância com a fala anterior, tem-se outro relato:

“Então eu não vejo como deixar fora do processo de formação dos futuros assistentes sociais que certamente vão se deparar com essas expressões da questão social, tanto no momento da intervenção propriamente dita, diretamente com os sujeitos, com os indivíduos, independente dos serviços, mas também no planejamento das ações. Então, gestão, intervenção, execução, avaliação, enfim, certamente precisarão dar conta dessas questões relacionadas.” (Docente 02).

É trazida também a necessidade de se trabalhar as questões da identidade de gênero numa perspectiva mais ampla, que considera também outros recortes e dimensões, como raça/cor e classe social, conforme o relato abaixo:

“No meu ponto de vista, a abordagem do conceito de diversidade tem que ser mais ampla. Então ela atravessa outros debates que não só debates que se referem a questão da identidade. Eu acho que tem um debate a ser feito com relação a formação sócio-histórica no Brasil, um debate que tem que se relacionar com a questão da raça, que tem que se relacionar com a questão da classe social e tem que tem que se relacionar também com questões de gênero. Mas acho que não pode se limitar só a questões de gênero.” (Docente 05).

Ainda sobre a importância de trabalhar esse tema no âmbito da formação, há diferentes entendimentos por parte das professoras sobre como vai se dar essa conexão. Há quem aposte na abordagem do tema de forma transversal e acredite que ele não deva ser pontuado apenas esporadicamente, como se vê no trecho a seguir:

“[...] é superimportante, é urgente, é latente que a gente precisa trabalhar esse tema, tanto que, esse é um assunto, um conteúdo que de certa forma vai transversalizando diferentes momentos do processo formativo. [...] Então, eu acho que, ao mesmo tempo é positivo que esse tema apareça em diferentes momentos do processo formativo, numa forma transversal, então é positivo pois existe iniciativa, mas não sei se essa iniciativa é nesse intuito, de sanar essa lacuna, ou de fato, a gente precisaria ter esse olhar, ter uma preocupação pra pensar, pensar de fato isso enquanto conteúdo, por dentro do currículo efetivamente, para que ele seja amarrado, e que ele não seja pontuado vez ou outra, como ocorre aqui. [...] Se eu for falar pra ti das disciplinas, dos componentes curriculares e etc. e tal, esse conteúdo ele aparece, ele vai aparecendo em disciplinas de Antropologia, de Formação Sócio-histórica, ele vai aparecendo de uma maneira transversal, então ele vai tangenciando. Mas ele nunca é abordado ou colocado como pêndulo ele em si, para que seja entendido e apropriado de fato.” (Docente 03).

Há quem entenda que ele pode ser um tema eletivo, de livre escolha: *“E acho que até a título de uma disciplina. Aí é livre para cada estudante... Uma disciplina optativa, eletiva... Ou como nós chamamos aqui: complementar de graduação. Aí é livre”* (Docente 01). Para essa professora, então, os/as alunos/as poderiam optar por estudar ou não sobre esse tipo de conteúdo. Essa e as demais falas anteriores demonstram os diferentes entendimentos sobre a necessidade de abordagem da temática e sobre como isso é pensado por dentro do processo formativo. Ainda que concordem com a opinião de que esse é um tema importante de ser abordado na formação, pensam de forma diferente sobre como ele deve ser trabalhado.

Uma das entrevistadas pontua em sua fala sobre o desafio que enfrenta ao tentar trabalhar com o tema, uma dificuldade com relação à aceitação, mostrando acreditar que já se avançou bastante, mas há ainda limitações:

“É um assunto muito difícil de se falar, no sentido da aceitação, no sentido da aceitação e do respeito, principalmente. Principalmente do respeito entre as pessoas. [...] Eu acho que tem que ser muito mais falado do que se é. Já melhorou muito, mas tem um caminho muito longo ainda a percorrer.” (Docente 04).

Pontua-se também que, no argumento das professoras, existe uma preocupação com o/a assistente social a se formar, sendo necessário que, na formação, haja um preparo desses/as

estudantes em relação a esse tema para o trabalho profissional, conforme fica evidente no relato a seguir:

“Aí a gente vai elaborando uma série de coisas assim em relação ao processo, que é: de um atendimento direto ao sujeito, como é que eu faço a escuta? Como é que eu penso a questão ética? “Mas poxa, mas isso pra mim me toca, isso me incomoda, eu não aceito tão bem enquanto pessoa”, mas aqui eu sou profissional e eu preciso fazer o atendimento que tem relação com essa temática. Como que eu me coloco em relação ao projeto profissional, né? Como que eu vou trabalhando com aquele que não consegue aceitar, conviver e entender essas diferenças no contexto da sociedade, da convivência coletiva. Então me parece que são tanto na esfera assim, da competência técnico-operativa, que é dali onde você tá, atendendo diretamente as questões relacionadas, mas especialmente do modo de como a gente se posiciona enquanto profissional, eticamente, politicamente, considerando aí um projeto de profissão. Então, como deixar isso fora do processo de formação? De alguma forma esses elementos precisam vir, eles precisam ser pensados, no cenário do futuro profissional assistente social.” (Docente 02).

Novamente a questão da aceitação aparece como uma dificuldade no trato do tema, um desafio a ser superado, tendo por base o projeto profissional que se defende. Entendendo a formação como momento de preparação para o trabalho profissional, outra entrevistada coloca sobre o exercício profissional sem se discriminar, sobre o necessário cuidado nos atendimentos aos/às usuários/as dos serviços, conforme segue:

“[...] quando nós trabalhamos esse conteúdo, essas temáticas nós também preparamos os futuros profissionais, as futuras profissionais pra elas poderem trabalhar. Porque se fosse um homem com características de homem e colocasse o nome dele “João”, tu não perguntaria sobre a sexualidade dele, sobre a identidade de gênero... Tu não faria nenhum tipo de pergunta. Por que é que essas questões suscitam esse tipo de questionamento? Então eu acredito que é importante exatamente para isso não causar mal-estar, causar um tipo de violência no trabalho que nós vamos realizar posteriormente, que esses futuros profissionais vão realizar e vão trazer sofrimento, muitas vezes, sem querer, sem intenção, né. Mas, em situações como essa, o próprio olhar, a própria expressão facial, eu não preciso dizer nada, mas, se eu não estou preparada para o tipo de situação como essa, eu posso estar causando um sofrimento. [...] Então, eu acredito que poder trabalhar essas questões com os graduandos, as graduandas, ele é fundamental, porque quando nós vamos atender os usuários dos serviços, nós vamos estar encontrando as mais distintas formas de se expressar e elas precisam ser respeitadas.” (Docente 06).

A relevância de se trabalhar com a temática da identidade de gênero no processo formativo é entendida pelas professoras na sua relação com o objeto de intervenção profissional, na sua articulação com o trabalho nos mais diferentes espaços sócio-ocupacionais e junto às

políticas sociais. E tal abordagem enfrenta desafios que vão desde a sua inclusão no percurso da formação até se consolidar enquanto tema debatido e problematizado em sala de aula e como arcabouço a ser resgatado e aplicado no decorrer do exercício profissional. É compreendido como necessário e importante de ser abordado, porém com ressalvas.

Em relação à **avaliação sobre a abordagem do tema pelo grupo de docentes**, as entrevistadas revelaram como entendem que os/as colegas professores/as têm trabalhado com o tema da diversidade na perspectiva da identidade de gênero. Em uma visão geral do grupo docente que compõe em sua UFA, a entrevistada 06 afirma que:

“Então, no curso de Serviço Social eu vejo todo mundo engajado e todo mundo, todas as minhas colegas, querendo muito que a gente possa discutir, sempre participando muito dos eventos e discussões que comparecem em sala de aula, trazendo colegas ou outros profissionais para discutir a questão em sala de aula. Não vejo nenhuma situação assim que destoasse e que precisasse de um investimento.” (Docente 06).

A entrevistada se refere ao engajamento de colegas no sentido de agregar à discussão da temática da identidade de gênero e não identifica algo que esteja em desacordo. Outra professora também fala sobre o trabalho docente no sentido de garantir a abordagem do tema, colocando que o grupo: *“[...] é muito aberto e se coloca muito na perspectiva de fortalecer isso com os alunos, por dentro das disciplinas, na promoção de eventos, na organização de outras atividades metodológicas de formação que acabam abrangendo temáticas relativas” (Docente 02).*

Uma das entrevistadas faz menção à ausência de um/uma profissional de referência para o tema e que tenha vasto conhecimento sobre ele, mas relata a construção coletiva de estratégias para o enfrentamento dessa realidade e para a garantia da abordagem do tema:

“[...] Se eu falar pra você: ‘olha, a gente tem x docentes que conhecem, que dominam a temática, que tem sapiência na temática’ não, nós não temos, nós não temos nem que chegue perto, mas a gente tem áreas afins, a gente tem profissionais, a gente tem alunos e a gente vai em busca, tá? Então, é isso assim, domínio a gente não tem, mas a gente faz e refaz, a gente chama, a gente abre, a gente vai construir, a gente vai fazer essa abertura, vai estabelecer essa ponte pra construir. [...] não é porque não exista o profissional gabaritado que a gente não faz o processo de construção.” (Docente 03).

Seguindo a linha das reflexões trazidas sobre o desafio de se ter docentes que tenham domínio e saibam como trabalhar a temática, outra entrevistada traz o elemento da responsabilidade de professores/as ao trazerem um tema para a sala de aula: *“[...] então, quando um professor ou uma professora se propõe a trabalhar esses conteúdos, primeira coisa, ele tem*

que estudar pra saber que tá falando de coisas diferentes, de categorias que são diferentes, pra não fazer um embrulho só” (Docente 01). Ou seja, assim como em outros temas e assuntos, a abordagem da diversidade na perspectiva da identidade de gênero também requer estudo, imersão, apropriação para que se possa levar o debate com qualidade para os/as alunos/as.

A entrevistada 05 diz que não trabalha especificamente com o tema, mas coloca como a abordagem por parte dos docentes tem ocorrido e a partir de quais espaços acredita que ela vem se fortalecendo:

“E assim, eu tenho pouca apropriação disso né, porque acaba ficando muito circunscrito ao colega que desenvolve esses conteúdos [...] algumas iniciativas que eles desenvolvem, então acho assim, que são importantes iniciativas que conectam os estudantes com os movimentos sociais, com análises de conjuntura, com a apropriação teórica de autores que representam esses segmentos, então uma visão que não é colonialista, digamos assim, desses temas né, mas uma visão daqueles que representam esses segmentos. Eu acho que a organização de eventos também, multidisciplinares, então incorporando alunos e professores de outras áreas que trabalham com essas pautas, também é uma forma né.” (Docente 05).

Pelo exposto, a abordagem do tema vem sendo garantida de diferentes formas, seja por aquele/a professor/a mais experiente no assunto e que fomenta as discussões, seja por aquele/a com menos apropriação, mas que entende que ele é necessário. Espaços como a sala de aula, mas também de eventos e outras atividades que compõem o processo formativo, são entendidos como possibilidade de conexão entre o/a futuro/a profissional assistente social e o tema da identidade de gênero.

As entrevistadas sinalizam a inclinação de seus grupos docentes para que o tema seja garantido, expondo suas fragilidades, mas trazendo o potencial a ser explorado e as distintas formas de fomentar o conteúdo. O trabalho docente tem o compromisso de auxiliar o desenvolvimento de competências e habilidades de alunos/as para que possam trabalhar frente às expressões da questão social, mas alguns obstáculos são encontrados nesse percurso e precisam ser superados.

Na perspectiva de estudantes, 10 (91%) consideraram pertinente trabalhar o tema no processo de formação, e 01 (09%) estudante colocou que não considera relevante. A justificativa para essa resposta mostra que os/as alunos/as fazem uma conexão com o trabalho profissional, preocupam-se com como lidar com a identidade de gênero nos diferentes espaços sócio-ocupacionais e com como atender as demandas da profissão. Entendem que tratar sobre esse tema é importante para adquirir conhecimento, quebrar preconceitos e discriminações existentes.

Quadro 11 – Justificativa dos/as estudantes sobre a pertinência de trabalhar o tema identidade de gênero na formação

ESTUDANTE	RESPOSTA
01	Com certeza, as pesquisas na área sobre gênero precisam transgredir as análises de que existem mais mulheres que optam por fazer o curso do que homens. Os serviços de ponta precisam se mostrar abertos a atender mulheres trans que tem uma expectativa de vida baixíssima, precisam atender mulheres lésbicas com respeito e para ter noção do quanto isso é importante tem que discutir durante a formação.
02	Pra que possamos conhecer as diversidades e nos livrarmos de alguma ignorância.
03	Seria um assunto muito importante de ser estudado, pois vem crescendo muito com o tempo, seria muito bom passar informações a respeito.
04	Importante falarmos a respeito pois o preconceito e a discriminação são ainda muito presentes em nosso cotidiano.
05	Porque a grande maioria das pessoas não aceitam a diferença dos outros.
06	Não importa quem seja o respeito acima de tudo.
07	Por que contribui com a formação no trabalho.
08	Para não haver tanta desigualdade e preconceito.
09	Acredito que são temas distintos.
10	É uma realidade que não podemos fechar os olhos, e deixar passar, e cabe a nós assistentes sociais, ter mais conhecimento, para poder ajudá-los.
11	Profissionais Assistentes Sociais devem estar preparados para lidar com as mais variadas demandas, incluindo a questão de gênero que, de certa forma, permeia todas as formas de convívio, interações e conflitos sociais.

Fonte: Elaborado pela autora.

Nota-se a referência feita pelo/a Estudante 01 ao cenário que acomete mulheres trans, que possuem expectativas de vida muito baixas em nosso país, pauta essa que inclusive dialoga com os dados já trazidos nesta dissertação e que mostra a necessidade de o tema da identidade de gênero ser apreendido enquanto uma das tantas faces da questão social. O posicionamento em defesa do respeito, do reconhecimento da diversidade, do empenho da eliminação das formas preconceito e do direcionamento de um exercício profissional sem discriminar dialoga com os princípios defendidos pela profissão e representa a sintonia de estudantes com o direcionamento ético-político profissional.

Já a perspectiva da ajuda, que aparece enquanto resposta do/a Estudante 10, não traduz o que se defende enquanto exercício profissional e corrobora práticas assistencialistas, conservadoras. Essa lógica de ajuda tende a definir o público-alvo do Serviço Social enquanto necessitados/as, dando uma conotação de passividade, de caridade que canaliza a imagem da

profissão para uma leitura acrítica da realidade. Sobre o/a Estudante 09, que colocou que não considera o tema da identidade de gênero como pertinente de ser trabalhado na formação, não fica explícito em sua justificativa o que lhe faz pensar dessa forma, pois apenas diz que “são temas distintos”, sem trazer mais elementos que pudessem subsidiar a análise.

Sobre o quanto os/as alunos/as acham pertinente a abordagem do tema identidade de gênero, utilizou-se pergunta fechada com escala para que pudessem expressar como se sentem frente ao questionamento. Dos/as 11 participantes da pesquisa, 09 estudantes (82%) consideraram muito pertinente a abordagem do tema, 01 estudante (09%) considerou essa abordagem de pertinência razoável, e 01 estudante (09%) a considerou de média pertinência. Assim, há uma maioria significativa de discentes que entendem como pertinente a abordagem da identidade de gênero.

4.2 MATERIALIZAÇÃO DO TEMA IDENTIDADE DE GÊNERO NA TRAJETÓRIA DA FORMAÇÃO

Em relação à **materialização do tema no processo de formação**, os dados coletados junto ao grupo de professoras assistentes sociais mostraram uma multiplicidade nas respostas; cada docente elucida sua percepção de uma forma muito particular. Uma docente informa que não percebe essa incorporação do tema e justifica: “*A academia é um pouco atrasada né, ela é atrasada no sentido de que essas discussões já estavam acontecendo na sociedade, por alguns movimentos sociais, já estava em algumas pautas*”. Ela aponta essa fragilidade e em seguida faz uma crítica, conforme segue: “*Não é possível, também, um profissional formar em Serviço Social e não ter uma formação básica, porque aí ele é facilmente capturado pelo senso comum e o senso comum pode levá-lo para um campo muito problemático, até de negação do nosso projeto ético-político*” (Docente 01).

Ou seja, a professora entende que há uma lacuna e que essa ausência do tema identidade de gênero durante a formação pode ser problemática, no sentido de não garantir o que está preconizado no projeto ético-político da profissão. Ainda analisando a materialização desse tema no processo de formação, tem-se a inferência de uma entrevistada: “[...] *acho que ele cada vez mais ele tá chegando pra gente*” (Docente 02), o que ela justifica com o fato de o tema ter se tornado bandeira de luta da profissão. Acrescenta, ainda, que hoje não se restringe a pauta às disciplinas, mas sim:

“[...] para além das disciplinas, a gente pode pensar uma série de outras possibilidades metodológicas de intervenção com relação a isso né, nós temos hoje um projeto de extensão, tem uma professora do curso que atua diretamente num projeto de extensão que tem essa temática.” (Docente 02).

Outra docente faz referência a diferentes formas de despertar e sensibilizar os/as alunos/as para que possam discutir e se apropriar da temática, percebendo a materialização do tema em diferentes espaços:

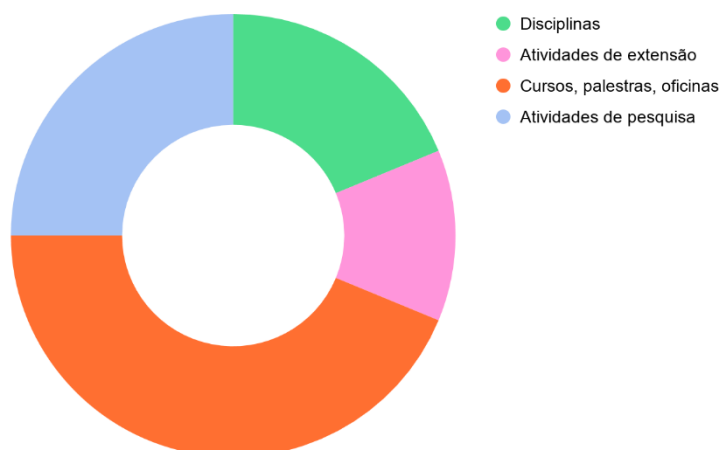
“[...] nós não temos assim uma disciplina específica que trabalhe a temática, mas como a gente sente a necessidade, nós buscamos trabalhar a partir da extensão, então, temos criado alguns cursos específicos. [...] Também, a gente pensa em trabalhar isso em alguma pesquisa, né, porque a gente verifica que são demandas que estão presentes na cidade, que nós temos que conhecer um pouco mais, pra saber o que as pessoas têm sofrido, pra saber onde as pessoas encontram os maiores entraves.” (Docente 06).

Há também as professoras que consideram *“[...] que essa materialização, historicamente, no curso, ela é fragilizada”* (Docente 03) e que *“[...] a formação talvez não trabalhe suficientemente com esses temas”* (Docente 05). Em contraponto, há uma fala que sinaliza: *“[...] na minha turma, é bem tranquilo. A gente conversa bastante sobre isso, eu não tenho problema nenhum”* (Docente 04). São diferentes olhares sobre a mesma questão, o que nos remete a uma visão polarizada sobre como as assistentes sociais docentes compreendem a consolidação do tema no processo de formação ao qual estão vinculadas.

Já na perspectiva de estudantes em relação à oportunidade de já terem estudado sobre o tema em sua formação profissional, obteve-se o seguinte resultado: 05 estudantes (46%) disseram já haverem tido muitas oportunidades de estudar o tema, 03 estudantes (27%) disseram ter havido uma quantidade razoável, 01 estudante (09%) disse que teve um número médio, 01 (09%), poucas oportunidades, e 01 (09%) disse não ter havido oportunidades. A resposta que obteve maior porcentagem foi a relativa a “muitas oportunidades” de se estudar sobre o tema identidade de gênero; ainda assim, ela não representou a maioria de alunos/as.

Em relação aos momentos em que o tema vem sendo abordado, alunos/as puderam sinalizar em quais atividades da formação localizam que o tema está sendo trabalhado, podendo marcar mais de uma opção. Tem-se 03 estudantes que marcaram que o tema é abordado em disciplinas, 02 que marcaram em atividades de extensão, 07 que marcaram em cursos, palestras, oficinas e 04 que marcaram em atividades de pesquisa.

Gráfico 3 – Sistematização das respostas sobre os momentos em que o tema foi abordado



Fonte: Elaborado pela autora.

Propondo uma reflexão sobre os momentos em que o tema foi trazido para a discussão, foi perguntado para os/as estudantes se concordavam com a perspectiva teórica e a forma com que o conteúdo foi trabalhado. Tem-se 04 estudantes que marcaram muito, 03 que marcaram concordar de forma razoável, 01 de forma média e 01 que marcou o equivalente a “nada”, estando em desacordo com a perspectiva e forma de trabalho adotadas.

Especificamente para quem respondeu que o tema é abordado em disciplinas, foi questionado em quais disciplinas a identidade de gênero foi trabalhada. O/A Estudante 11 disse que “[...] praticamente em todas essa questão foi mencionada”; o/a Estudante 01 citou as disciplinas de “[...] gênero, políticas sociais e Serviço Social”; e o/a Estudante 03 respondeu “[...] agora não lembro quais mas já vi falar desse tema”. Com relação às disciplinas em que o tema foi abordado, foi questionado sob qual perspectiva teórica ele havia sido trabalhado; obteve-se como resposta que ocorreu “[...] sob a perspectiva crítica” (Estudante 01), “materialismo dialético” (Estudante 11), e o/a Estudante 03 disse “não lembro também”.

Questionou-se para estudantes **o quanto entendem que a abordagem do tema na formação é suficiente para lidar com ele**. Como resposta, 04 estudantes disseram ser muito suficiente, 04, razoável, e 03, de média suficiência. Tais respostas mostram que, apesar de estar sendo trazido para a discussão, alguns os/as alunos carecem de maior subsídio para sentirem-se balizados para lidar com o tema. Em relação a sentir-se **balizado/a pela sua formação para lidar com o tema da diversidade na perspectiva da identidade de gênero**, 06 estudantes afirmaram que não se sentem balizados/as pela formação e 05 afirmaram que sim, se sentem balizados, conforme as respostas elencadas no Quadro 12:

Quadro 12 – Sistematização das respostas sobre estudantes sobre sentirem-se balizados pela formação

ESTUDANTE	RESPOSTA
01	Não muito, eu tive uma cadeira de gênero que era optativa, agora é obrigatória e mesmo assim não parece ser transversal ao restante do currículo.
02	Acho que sim, porque as disciplinas ensinam de forma muito crítica sobre como os usuários devem ser tratados: como cidadãos com direitos.
03	Não.
04	Sim.
05	Não, porque o serviço social é muito expansivo e não te limita a nenhum tema independente da perspectiva.
06	Sim porque nem todos pensam do mesmo jeito.
07	Sim.
08	Não acho muito normal.
09	Não, pois este tema ainda não foi abordado em nosso curso.
10	Não, temos que lutar por uma sociedade mais digna, com respeito, e direitos básicos para TODOS.
11	Sim, porém não suficientemente. Ainda não é natural para mim a sigla LGBTQIA+ nem o que abrange. Se fosse o caso, precisaria aprofundar mais para ter certeza sobre o que dizer ou como conduzir alguma situação.

Fonte: Elaborado pela autora.

Dos/as estudantes que disseram não se sentir balizados pela formação para trabalhar com o tema e que justificaram suas respostas, obteve-se que a abordagem do tema ocorreu por “*disciplina optativa*” e que “*não foi transversal*” (Estudante 01), e que o tema “*ainda não foi abordado*” (Estudante 09). Essas, como outras já elucidadas, são expressões das reiteradas ausências e fragilidades no trato do assunto dentro do processo de formação profissional de assistentes sociais.

Também houve a referência à necessidade de “[...] *lutar por uma sociedade mais digna, com respeito, e direitos básicos para todos*” (Estudante 10), a achar “*muito normal*” (Estudante 08) e que “[...] *o serviço social é muito expansivo e não te limita a nenhum tema independente da perspectiva*” (Estudante 05). Sobre a resposta do/a Estudante 10, pontua-se que a luta por uma sociedade mais justa e igualitária é necessária, mas que nem sempre o debate sobre a identidade de gênero perpassa esse discurso, e talvez seja essa a leitura sobre a qual o/a aluno/a esteja querendo lançar luz. Sobre o discurso da normalidade trazido pelo/a Estudante 08, reitera-se o necessário cuidado com a dinâmica de patologização das identidades trans pela cisnormatividade, que não abrange a diversidade humana em suas diversas expressões. Em

relação à menção de que o Serviço Social tem diversas áreas e que não há limitação a ser imposta por temas específicos, conforme exposto pelo/a Estudante 05, evidencia-se justamente a necessidade de que o conteúdo não seja trabalhado de forma isolada, mas, sim, articulado em uma perspectiva de totalidade e como síntese de múltiplas determinações que ressoam em demandas para o trabalho profissional.

Já os/as alunos/as que disseram se sentir balizados pela formação e que justificaram suas respostas, colocaram que as disciplinas ofertadas na formação “[...] *ensinam de forma muito crítica sobre como os usuários devem ser tratados*” (Estudante 02), demonstrando que uma visão crítica a partir do contexto social é essencial para se desvelar as demandas dos/as usuários e de que forma a intervenção profissional deve se dar. Outro/a estudante colocou que se sente subsidiado/a pela sua formação para lidar com o tema, porém “[...] *precisaria aprofundar mais para ter certeza sobre o que dizer ou como conduzir alguma situação*” (Estudante 11), evidenciando a ausência de maior substrato e interlocução do tema com o exercício profissional, sendo necessário um resgate, pois o que resultou do aprendizado da formação não foi suficiente.

4.3 PROJETO ÉTICO-POLÍTICO E IDENTIDADE DE GÊNERO: SUBSÍDIOS PARA A NECESSÁRIA PROBLEMATIZAÇÃO DO TEMA

Sobre a incorporação do tema da diversidade na perspectiva da identidade de gênero no projeto ético-político profissional, esta etapa da análise das entrevistas com as professoras evidenciou como as docentes visualizam essa incorporação do conteúdo. Há quem entenda que o tema é referenciado pelo código de ética profissional: “*Eu penso que no próprio código de ética em vigor, a gente já tem um conjunto de elementos que se refere à questão do respeito, a luta, a preservação, a garantia dessa diversidade*” (Docente 05). Com o mesmo entendimento, também se tem o relato de outra professora: “*Eu acredito que é exatamente pelos princípios éticos postos no nosso código de ética*” (Docente 06). As mesmas entrevistadas também identificam a pauta incorporada através das bandeiras/plano de lutas da categoria:

“Também identifico isso no plano de lutas da categoria profissional, né. Anualmente essa pauta é incorporada, trabalhada. [...] A profissão historicamente, ela se dedicou a lutar, pesquisar, defender e incorporar essas pautas no trabalho profissional, né. Então vejo um protagonismo muito grande e vejo que acompanhando essa conjuntura com coerência a profissão também vem avançando nessa direção.” (Docente 05).

“[...] a questão do respeito, a questão do não preconceito, da não discriminação, da compreensão, da aceitação das decisões que a pessoa toma na sua vida, da sua

autonomia, pelas bandeiras que o conjunto do CFESS/CRESS levanta e defende. Eu acho que nesse sentido vai materializando uma postura e uma posição que todos nós, assistentes sociais, devemos tomar no exercício da profissão.” (Docente 06).

Outra docente também corrobora o entendimento de que o tema está incorporado pelas bandeiras de luta: *“Acho que é uma bandeira de luta da nossa categoria profissional, e se a gente bem entende o nosso código de ética, a gente sabe muito bem o direcionamento a respeito às diversidades, às liberdades, individualidades, enfim” (Docente 03).* A Docente 02 igualmente se refere às bandeiras de luta como a concretização do projeto ético-político profissional e acrescenta o entendimento do posicionamento da categoria na busca por um outro tipo de sociedade, uma nova ordem social:

“[...] o nosso projeto ético político ele tá o tempo inteiro trabalhando com aquilo que se traduz em desigualdades, aquilo que se traduz nas violências vividas pelas pessoas, naquilo que é comumente visto como diferente pela maioria da população, por muitas categorias profissionais, enfim, nós acabamos assumindo como bandeira de lutas. [...] Isso faz com que se traduza a temática por dentro do projeto ético-político profissional. Então, é bandeira de luta, é foco de um olhar da profissão, porque justamente por ali a gente localiza uma série de violações de direitos, né. E, me parece que o nosso projeto ético-político profissional, ele se pauta sempre no enfrentamento à toda forma de violência, ele se pauta sempre na busca por uma sociedade mais justa, mais igual né e garantidora de direitos, que vai estar diretamente vinculada à essa questão das diversidades.” (Docente 02).

A Docente 01 entende que *“[...] o projeto ético-político ampara, ancora totalmente a diversidade, seja ela de identidade de gênero, seja de étnico-racial, seja geracional”*, acenando para o entendimento de que a diversidade humana é ampla e precisa ser contextualizada também em seus recortes sociais. A Docente 04 retoma a compreensão da identidade de gênero, como tem se visto esse tema e menciona a liberdade, um valor ético central incorporado ao Código de Ética da Profissão:

“[...] quando se fala em mudança de gênero, o pessoal, as pessoas têm a tendência só de pensar no jeito de se vestir, no jeito de se portar, mas isso engloba muito mais que isso. É uma identidade, é uma, é a pessoa se descobrir, é a pessoa fazer as escolhas, poder ter liberdade de expressão, né.” (Docente 04).

Partindo da concepção de que o projeto ético-político profissional é *“[...] uma imagem ideal da profissão, os valores que a legitimam, sua função social e seus objetivos, conhecimentos teóricos, saberes interventivos, normas, práticas etc.” (NETTO, 2006, p. 7)*, o grupo de docentes consegue expressar de que forma enxerga essa vinculação do tema a partir

dos trechos já expostos. O projeto ético político-profissional é caracterizado por uma série de componentes distintos que fundamentam sua natureza e dão direcionamento ao que se defende enquanto coletivo profissional, mas “[...] todo corpo profissional é um campo de tensões e de lutas. A afirmação e consolidação de um projeto profissional em seu próprio interior não suprime as divergências e contradições” (NETTO, 2006, p. 5).

Apesar da conquista da hegemonia do projeto ético-político profissional garantida pelo acúmulo da profissão através da sua organização político-organizativa e de sua sintonia com um projeto societário antagônico ao das classes proprietárias/exploradoras (NETTO, 2006), talvez sua apropriação ainda seja um desafio. Ele não se resume a um documento, uma diretriz da profissão, a somente valores que se defende enquanto categoria, mas sim ao conjunto sustentado a partir do Código de Ética Profissional (CFESS, 1993), da Lei de Regulamentação da Profissão (Lei nº 8.662/93) e das diretrizes curriculares (ABEPSS, 1996).

Tendo em vista a ofensiva neoliberal, o avanço do conservadorismo e demais elementos que compõem a atual conjuntura social, política e econômica da sociedade, é preciso refletir sobre a ameaça em que vive o projeto ético-político profissional no terreno fértil para sua desapropriação. O projeto tem seus pilares, mas para sua consolidação há “[...] a necessidade de que este se materialize desde o processo de formação, para que este também se legitime no trabalho profissional do assistente social” (REIDEL, 2010, p. 51). Defende-se, portanto, que a incorporação do projeto ético-político profissional, bem como sua direção social, seja presente no âmbito da formação de assistentes sociais e que possa se fortalecer no horizonte de luta por uma nova ordem social.

Também buscou-se compreender como os/as estudantes entendem a incorporação do tema da identidade de gênero no projeto ético-político da profissão. Eles/as explicitaram como entendem essa relação, ainda que alguns/mas tenham tido dificuldade de expressar como entendem essa incorporação, conforme o Quadro 13, a seguir:

Quadro 13 – Sistematização das respostas sobre a incorporação do tema no projeto ético-político

ESTUDANTE	RESPOSTA
01	Não consigo lembrar agora.
02	Através de seus princípios de defesa da liberdade, autonomia, empenho para eliminar todas as formas de preconceito.
03	Para contribuir na compreensão da dinâmica social.
04	É uma temática recente trazida aos debates e produções científicas do SS.
05	Se materializa da forma como se deve respeitar todos os tipos de diversidades sem nenhum tipo de preconceito.
06	Aceitação.
07	De várias formas.
08	De forma geral.
09	Todas essas perspectivas não são defendidas a partir de um discurso único, ressalta-se a necessidade de que o pluralismo, seja um horizonte a ser garantido nos debates profissionais sobre o papel social do serviço social.
10	Acredito que temos que trabalhar por uma equidade, porque não somos iguais, simples cada um independentemente de cor, raça ou sexo, é diferente. Temos que procurar mostrar à sociedade que o diferente é normal, e que precisa ser respeitado.
11	Amplamente, na abordagem materialista histórica dialética, que contempla os sujeitos em seus mais variados aspectos. Contudo, a questão da diversidade da identidade de gênero é um tema em constante modificação, portanto, quando fora abordado na graduação, era apenas "LGBTi". Atualmente, já consta com mais duas letras na sigla. Portanto, o PEP contempla também a questão da educação permanente, que, indiretamente, orienta os profissionais a permanecerem em constante aprendizado e busca por conteúdos inerentes ao cotidiano profissional, que requerem aprofundamento.

Fonte: Elaborado pela autora.

A defesa da liberdade, da autonomia, o empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, a necessidade de equidade e do respeito são valores e princípios entendidos pelos/as estudantes enquanto ponte entre o projeto ético-político da profissão e o tema da identidade de gênero. Não há referência direta ao Código de Ética Profissional, à Lei de Regulamentação da Profissão, às diretrizes curriculares da ABEPSS, mas os elementos acima trazidos coadunam com o entendimento da direção social da profissão e com o que deve ser garantido enquanto direcionamento do exercício profissional.

A diversidade, em suas múltiplas nuances, é vista pelos/as alunos/as como um tipo de manifestação própria da sociabilidade humana, pois “*não somos iguais*” (Estudante 10); é necessário compreender os “*sujeitos em seus mais variados aspectos*” (Estudante 11) e “*respeitar todos os tipos de diversidades*” (Estudante 05). As pessoas devem ser entendidas como sujeitos/as históricos/as, simultaneamente ser singular e ser genérico, o que pressupõe

entender que a individualidade não se explica em si mesma, mas em relação dialética com a sociabilidade humana (CISNE; SANTOS, 2018). As dimensões da vida social particularizam o modo de ser/estar e produzem aquilo que vai se expressar enquanto diversidade humana nas suas variadas e múltiplas formas.

O projeto ético-político profissional, que luta pela defesa radical do fim da exploração da classe trabalhadora, também entende que as relações precisam ser fundadas na liberdade e na igualdade substantiva. Aí está a moradia do tema da identidade de gênero, onde ele se encontra na profissão. Ao exigir relações sociais sem exploração, opressão e violações, fundadas em um novo projeto societário, o Serviço Social assume o compromisso pela defesa da livre identidade de gênero sem discriminação e, necessariamente, precisa pautar esse assunto tanto na formação quanto na sua relação com o trabalho profissional de assistentes sociais.

4.4 A INDISSOCIABILIDADE ENTRE FORMAÇÃO E O TRABALHO PROFISSIONAL

Analisando a mediação da temática no processo formativo na perspectiva do trabalho profissional, o grupo de assistentes sociais docentes que participou desta pesquisa falou sobre os desafios e fragilidades. Também expuseram como visualizam a incorporação do tema e quais as estratégias utilizadas para a articulação da identidade de gênero com a formação e com o exercício profissional.

Há inferência sobre a dificuldade vinculada a uma ausência de trato teórico do tema, o que, conseqüentemente, afeta a sua mediação com a formação e com o trabalho de assistentes sociais – algo que fica evidente na seguinte fala: *“De um modo geral, eu acho que ainda nós damos os primeiros passos. [...] nós ainda estamos defasados, na problematização teórica. E essa defasagem vai impactar a formação e, por sua vez, vai impactar o trabalho profissional”* (Docente 01); assim como nesta outra fala: *“[...] tudo é conectado, né, então se existe uma fragilidade naquilo que é trabalhado enquanto densidade teórica, então também vai existir uma fragilidade no processo final disso, que é o profissional atuando, indo à campo e tudo mais”* (Docente 03).

Em consequência do que se identificou sobre a ausência do tema no âmbito da formação, sua correlação ao trabalho profissional acaba se dando de forma fragilizada. A carência de produção teórica, no entendimento das entrevistadas, acarreta um não acúmulo daquilo que se precisa para poder lidar com o tema, e a consequência disso é um exercício profissional que acaba por não ter consistência diante da diversidade na perspectiva da identidade de gênero. Ainda assim, apesar das fragilidades, há um registro que acena para o protagonismo de

alunos/as no interesse e na busca pelo tema, e esse engajamento, já latente na formação, seria também levado para o trabalho enquanto assistente social:

“Existe a fragilidade e ao mesmo tempo existe uma capacidade muito interessante que a própria experiência de vida, e as buscas e enfim, dos grupos de estudantes que vão trazendo esses outros elementos. [...] Acho que ela tem tensões bem interessantes assim, porque é isso né, o aluno, ele já tá muito lá na frente. Então eu acho que, na prática profissional, ele também leva disso e com certeza agrega, né. [...] É, porque é de fato isso, a gente tem um grupo forte de alunos que dominam muito bem essa temática. [...] Em diferentes cursos e semanas acadêmicas, eles tão lá falando.” (Docente 03).

Também se tem narrativas que evidenciam como a mediação vem sendo realizada por dentro do processo formativo e como os componentes curriculares dão conta de trabalhar o tema enquanto objeto de intervenção profissional, entendendo que a formação é o subsídio para o exercício da profissão:

“[...] a gente tem levado esse debate todo por dentro das disciplinas e outras metodologias, outros instrumentais. Mas a gente vai sempre colocando essa questão da diversidade, enfim, na formação, sempre tentando relacioná-la ao modo como isso se vincula ao objeto de intervenção profissional. Então acredito que a mediação vai se dando na medida em que vamos percebendo que junto dessa temática, ou que por dentro dessa temática, surgem diversas expressões da questão social que se colocam para a intervenção profissional. Eu só vou entender isso, eu só vou localizar isso em termos de profissão na medida em que eu vou entendendo como é que isso se localiza enquanto objeto.” (Docente 02).

O estágio, enquanto atividade obrigatória e com supervisão sistemática, se configura pela inserção de alunos/as em espaços socioinstitucionais e tem como objetivo capacitá-los/as para o exercício profissional (ABEPSS, 1996). Nesse sentido, também o estágio foi visto enquanto espaço de mediação da temática da identidade de gênero:

“Basicamente o que a gente tem feito é via a própria supervisão de estágio, que é poder estar discutindo esses aspectos, mas muito mais quando eles chegam do que como algo organizado, planejado e discutido enquanto processo formativo. [...] Até onde eu sei, são discussões que são realizadas quando aparecem questões trazidas pelos estagiários, né. E no mais, é muito a partir daquilo que eu falei anteriormente das extensões [...]. Então foram coisas que nós percebemos que, talvez não chegue até, às vezes, à supervisão, pelo fato de desconhecer. Então, a gente não consegue encontrar ou identificar demandas, por vezes, não porque elas não existam, mas por um desconhecimento. Então quando eu desconheço algo eu não consigo identificar que isso existe e que eu poderia estar trabalhando.” (Docente 06).

O estágio supervisionado, enquanto elemento fundamental que sintoniza a unidade teoria e prática, é localizado como uma das atividades da formação que propicia o diálogo com alunos/as sobre o tema da diversidade na perspectiva da identidade de gênero. As atividades de estágio devem oportunizar aos/às estudantes “[...] o estabelecimento de relações mediatas entre os conhecimentos teórico-metodológicos e o trabalho profissional, a capacitação técnico-operativa e o desenvolvimento de competências necessárias ao exercício da profissão” (ABEPSS, 2010, p. 14). Portanto, é um momento oportuno de aprendizagem e trocas que fortalecem a formação profissional e que contribuem para a aproximação com as mais variadas formas e expressões da questão social.

Estudantes também foram questionados/as sobre o quanto acreditavam que falar sobre a diversidade na perspectiva da identidade de gênero durante a formação contribuiria no exercício profissional; suas respostas foram as seguintes: 09 marcaram que contribuiria muito, 01 marcou que contribuiria de forma razoável, e 01, de forma média. Diante de suas respostas, foram direcionados a justificar, obtendo-se as afirmações do Quadro 14:

Quadro 14 – Sistematização das respostas sobre a justificativa da contribuição do tema para o trabalho

ESTUDANTE	RESPOSTA
01	Dar visibilidade a esse tema torna de fato a emancipação coletiva possível.
02	Pra conhecimento e formas de enfrentamento dessa questão
03	Sim seria interessante saber até para lidar com situações futuras.
04	Nossa profissão esta pautada na luta pelos direitos humanos
05	Se faz necessário este tipo de estudo porque se vive em uma sociedade preconceituosa.
06	Porque para muitas pessoas esse tema é complicado
07	Ajuda no desenvolvimento do trabalho
08	Para incluir
09	Contribuir na desnaturalização das desigualdades entre homens e mulheres e na construção de uma cultura sem violência e ódio contra as minorias.
10	Todas as disciplinas são importantes quanto mais conhecimento sobre o assunto melhor será a aplicação.
11	Precisamos ter aporte teórico e também experiências/vivências condizentes com este tema, pois é uma temática recorrente e necessária na contemporaneidade.

Fonte: Elaborado pela autora.

Para os/as estudantes que acreditam que falar sobre a identidade de gênero durante a formação contribui para o trabalho profissional, a explicação é embasada em diferentes justificativas, mas que denotam um direcionamento comum. Os/As estudantes acreditam que é importante dar visibilidade para a temática para que possam conhecer mais sobre o assunto e ter uma apropriação maior sobre ele, no sentido de captá-lo e apreendê-lo a partir de sua relação com o cotidiano profissional. A fundamentação alinha-se a uma leitura do contexto de sociedade e que possui relação intrínseca com o que a categoria defende sobre a necessidade de combater o preconceito existente e lutar pela emancipação humana.

Os/as estudantes que identificaram de forma razoável e média que trazer o tema para a jornada da formação contribui no exercício profissional, justificaram da seguinte forma: “*nossa profissão está pautada na luta pelos direitos humanos*” (Estudante 04) e “*porque para muitas pessoas esse tema é complicado*” (Estudante 06). Ambos/as estudantes, embora acreditem que é importante que o conteúdo seja contemplado na formação para subsidiar o trabalho profissional, deixam nítido que visualizam fragilidades do processo e, possivelmente, até de sua articulação com a dimensão do trabalho de assistentes sociais. Ainda que seja um tema difícil devido a barreiras históricas colocadas, este é um caminho a se percorrer e um tema a se gestar por dentro da profissão, fazendo as mediações necessárias para entendê-lo enquanto objeto de intervenção profissional.

4.5 DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA ABORDAGEM DO TEMA IDENTIDADE DE GÊNERO

Sobre a **identificação de desafios e perspectivas diante do trato do tema no âmbito da formação**, as professoras entrevistadas expuseram uma série de elementos que evidenciaram suas percepções diante da abordagem do tema da diversidade na perspectiva da identidade de gênero na formação. Iniciando pelos desafios, foram alguns aspectos levantados pelas professoras e que serão elucidados a seguir.

O movimento da sociedade em suas condições econômicas, sociais, culturais e políticas tem possibilitado a reatualização de visões e práticas conservadoras, com manifestações que acenam para o desencontro do que é defendido pelo projeto ético-político profissional. A Docente 02 relata o desafio de quebrar algumas barreiras com alunos/as, acenando que eles/as chegam na formação com a expectativa de uma profissão de ajuda, com viés assistencialista, também com uma fundamentação religiosa e de senso comum, que não dialoga com o perfil

profissional que se pretende construir, mas, sim, com uma bagagem pessoal que os/as alunos/as trazem de uma trajetória anterior ao processo de formação.

“Eu acho que as pessoas muitas vezes elas vêm com uma perspectiva assim ainda bastante de que essa profissão ajuda, ela ainda tem esse viés ainda assistencialista. No cenário do curso, a gente localiza, muitas vezes, uma relação direta que os alunos fazem com uma perspectiva religiosa. Então isso vem ainda bastante por dentro do processo de formação do aluno, não porque a gente coloque isso como o foco da formação, não é isso, mas o aluno traz muito isso da bagagem dele, da história dele e que o faz ter determinadas expectativas com a profissão e que não são as expectativas que nós enquanto profissão queremos construir, formar aí para os futuros profissionais.” (Docente 02).

Tais expectativas da profissão são disseminadas através de um estereótipo, do senso comum que associa o trabalho de assistentes sociais à caridade, à benemerência, com um perfil de pessoas que se identificam com ajudar as outras e que buscam o curso no intuito de se profissionalizar nisso, tendo esse entendimento equivocado da profissão. Esse perfil assistencial, forjado nas relações da sociedade capitalista e que atende a interesses para a manutenção da ordem, da moral e dos chamados bons costumes, nitidamente não tem conexão com o/a profissional que se pretende formar e, sem dúvidas, também prejudica a abordagem da identidade de gênero por dentro do processo de formação.

Outro desafio elencado é a dificuldade de se garantir o tema na jornada da formação: *“Eu acho que um grande desafio, ainda, é justamente incorporar na formação profissional, nos cursos de Serviço Social, e para além de conteúdos optativos, complementares, os estudos como obrigatórios, né, pra formação”* (Docente 01). Para garantir esse tipo de debate, *“[...] o desafio também é colocar isso como prioridade, o desafio também é dar o espaço devido para que isso possa ser pensado por dentro da formação”* (Docente 02), ou seja, configurar espaços de qualidade para que o tema seja trabalhado. O conteúdo é visto como importante e que precisa ter centralidade em disciplinas específicas no âmbito da formação profissional, mas também *“[...] ele precisa ser um componente que atravessa conteúdos e debates de outras discussões, outras matérias”* (Docente 05), fazendo conexões necessárias para a apreensão do tema sob a ótica das suas múltiplas relações.

Ainda no contexto da formação, se torna importante revisitar os componentes curriculares e pensar sobre qual lógica estão alicerçados, fazendo *“[...] uma leitura mais atenta ao contexto da sociedade, uma leitura mais vinculada aos movimentos sociais”* (Docente 01) e que possibilite essa vinculação da diversidade na perspectiva da identidade de gênero com a profissão. O movimento de pensar a proposta curricular e analisar os elementos presentes no

processo formativo é considerado como: “[...] *uma forma de a gente poder ir superando esses desafios, essas lacunas que a gente tinha, e lançando perspectivas de uma formação qualificada, de uma formação mais diversificada, uma formação mais densa nesse sentido de temáticas que são muito presentes no nosso cotidiano*” (Docente 03).

Pensar na formação também implica situar o cenário preocupante em que se inscreve o contexto do ensino superior. Atualmente ele é determinado pelo mercado, oferece o ensino como produto de consumo e reduz os/as estudantes a meros/as consumidores/as (REIDEL, 2010). Esse formato é problemático e incide em consequências para os/as profissionais em formação.

“Olha, eu acho que uma das grandes questões é esse aligeiramento da formação profissional. [...] eu vejo que a cada currículo nós diminuimos mais o tempo, especialmente das universidades que são privadas que a gente trabalha com a carga horária mínima né, então temáticas como essa que são fundamentais, nós precisamos criar estratégias para além da sala de aula. Não que eu acredito que é só a sala de aula, só as disciplinas que compõem a formação né, eu acho que as atividades complementares são fundamentais, a questão da extensão, a questão da pesquisa ela é fundamental. Mas, isso não garante que a gente consiga atingir 100% dos futuros profissionais, das futuras profissionais, por quê? O que garante? Garante quando eu consigo colocar em disciplinas.” (Docente 06).

Analisando a fala dessa professora, é possível afirmar que pensar sobre o trato do tema no âmbito da formação não é tarefa fácil, e garanti-lo, menos ainda. Embora se pense em diversas estratégias para tensionar a abordagem do tema, a docente traz que as atividades complementares da formação são espaços oportunos para se trabalhar o conteúdo, mas ressalta que é importante que ele esteja presente nas disciplinas, justificando que os assuntos trazidos por dentro delas são os que efetivamente são garantidos. Outro desafio elencado em relação ao tema se refere à sua vinculação com o trabalho, que precisa ter seu ponto de partida no pressuposto ético-profissional:

“O debate sobre o trabalho profissional, o conjunto de mediações e de competências que o profissional precisa desenvolver além do debate ético, do meu ponto de vista, revisitando concepções, preconceções, eventualmente preconceitos que os sujeitos em formação possam ter durante a formação, né. Então eu identifico um conjunto, digamos assim né, de demandas que se colocam para formação profissional.” (Docente 05).

O preconceito é expressão das relações conservadoras da sociabilidade burguesa, representando um desvalor em relação a formas de vida e modos de comportamento que não são aceitos em suas diferenças e particularidades (CFESS, 2016). As raízes do preconceito são

situadas na dinâmica da vida cotidiana e encontram solo fértil no senso comum, que acaba por reproduzir práticas conservadoras e discriminatórias tão presentes na sociedade. A recusa do preconceito pela profissão tem embasamento na direção social crítica e no fundamento ético que direciona o exercício profissional, mas, dado o movimento da sociedade e do sistema de valores operante, o espaço da formação não fica isento nem imune à eclosão de inúmeras formas de preconceito.

Para além dos desafios, têm-se as perspectivas a que as docentes entrevistadas se referiram em relação ao trato do tema na formação profissional em nível de graduação. As necessárias reflexões teóricas que alimentam a produção do conhecimento têm avançado, no ponto de vista da entrevistada 05, e um ganho importante foi a incorporação do debate sobre gênero no âmbito das entidades político-organizativas; e, aqui, cita-se o protagonismo da ABEPSS ao gestar o debate sobre a identidade de gênero, incorporando-a como uma das ênfases dos Grupos Temáticos de Pesquisa – GTP:

“[...] eu penso que a produção de conhecimento ela vem avançando de forma significativa, tanto que nós temos no âmbito da própria ABEPSS um GTP que se dedica exclusivamente ao tema né, do gênero, da raça, enfim. Então eu penso assim, em primeiro lugar esse adensamento teórico na profissão, ampliação do número de pesquisadores e esse acervo teórico que a gente passa a ter a disposição da categoria profissional, ele é um elemento favorável, digamos assim, pra ser progressivamente cada vez mais incorporado na formação profissional.” (Docente 05).

A ABEPSS é uma entidade acadêmico-científica que possui um papel importante de articulação da categoria do Serviço Social e de produção e difusão do conhecimento. O GTP – Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Feminismos, Raça/Etnia e Sexualidades tem trabalhado, dentre outros escopos, a identidade de gênero em seus múltiplos aspectos, mas especialmente na sua relação com o trabalho profissional de assistentes sociais. O fato de o GTP poder tratar da temática é um aceno de que ela é, sem dúvidas, importante, relevante para a categoria e precisa se afirmar enquanto um conteúdo que se insere tanto na formação quanto no trabalho profissional.

Outra perspectiva identificada se refere à necessidade de que o tema da identidade de gênero chegue até a formação e ao âmbito do trabalho profissional *“[...] com mais qualificação para poder agregar nos diferentes espaços [...] que a nossa profissão se insere, no cotidiano do nosso fazer”* (Docente 03). É preciso que a categoria como um todo perceba a importância desse conteúdo para que ele seja trabalhado e para que sejam feitas as articulações necessárias com o trabalho e com as demandas que emergem. Corroborando o entendimento de que o tema

precisa aparecer de maneira mais sólida no processo de formação, a Docente 03 diz que essa tomada de consciência veio a partir de discussões fomentadas pelo curso:

“Por que esse debate fica solto? Não precisa ficar solto. E a gente foi chegando à essas reflexões juntos, em rodas de conversas, discutindo com egressos, com profissionais, com supervisores de campo, enfim... Então, olha, se eu fosse te responder, acho que existem muito mais perspectivas, acho que é muito bacana esse processo que é construído junto.” (Docente 03).

Sobre os principais desafios e perspectivas na abordagem do tema, os/as estudantes lembraram que a temática passa por muito preconceito, sendo esse o principal enfrentamento a ser feito, como é possível observar nos relatos: *“o preconceito é o maior desafio”* (Estudante 05) e *“[...] o preconceito na sociedade ainda é grande, e muitas vezes as próprias pessoas ainda não se sentem confortáveis para se abrir sobre o tema”* (Estudante 09). Outra fala remete às questões de *“emprego, violência”* (Estudante 03), em relação ao cenário que ecoa de uma severa dificuldade de inserção sócio-ocupacional e às situações de violência que recorrentemente a população trans vivencia em decorrência de sua identidade de gênero.

A Associação Nacional de Travestis e Transexuais – Antra e o IBTE (2021) estimam que pessoas trans pouco ocupam cargos em empregos formais, em torno de 6%, enquanto as que se encontram em trabalhos informais correspondem a 4%, e a grande maioria está na prostituição, cerca de 90%. Mulheres trans e travestis inserem-se nas atividades mais precarizadas e degradantes, enquanto homens trans são a parcela da população que geralmente consegue concluir o ensino médio e têm mais possibilidade de inserção em emprego formal. Os processos de exclusão de pessoas trans de todas as esferas da vida social têm sido naturalizados, reforçando estigmas e perpetuando preconceitos, principalmente relacionados às identidades femininas. Não à toa, no ano de 2020, todos os assassinatos de pessoas trans foram direcionados a mulheres trans e travestis (ANTRA; IBTE, 2021), e a cada 48h uma delas foi morta no país.

Ainda como desafio trazido pelos/as estudantes, tem-se de *“[...] pensar fora da bolha que naturaliza a heteronormatividade”* (Estudante 01), o que traz à tona a necessária problematização do que é considerado padrão. Em que pese o significado de heteronormatividade versar sobre relações sexuais e, especificamente, alocar as relações entre gêneros diferentes como regra e, ainda, que não aborde a dimensão da identidade de gênero, ou seja, identificação e autopercepção sobre si, Vergueiro (2015) sinaliza que, apesar de enfatizar-se a distinção entre essas duas esferas – sem considerá-las estanques, mas sim interseccionadas – há um potencial para que se explore o termo.

A normatividade de expressões, práticas e desejos opera entre as categorias gênero e sexualidade, ditando modelos compulsórios na sociedade. Para gênero, a pessoa que se identifica com o gênero designado ao nascimento é entendida como correta e, o que for dissidente disso, é compreendido como errado. Vergueiro (2015) propõe que se aproveite este termo acrescentando o prefixo “cis”, para englobar a dimensão da identidade de gênero, ficando *cisheteronormatividade* mais adequado para se pensar sobre o processo de deslegitimação de formas de ser/agir que não obedecem às normas socialmente instituídas.

4.6 (DES)ACESSO À INFORMAÇÃO: CONTEÚDOS QUE TRATAM SOBRE IDENTIDADE DE GÊNERO PRODUZIDOS POR ASSISTENTES SOCIAIS

Em relação **ao acesso a materiais e/ou conteúdos (exemplo: artigos, livros, teses/dissertações, cartilhas) produzidos por assistentes sociais que tratam sobre a identidade de gênero**, as professoras entrevistadas informaram se já acessaram, qual tipo de material acessaram e se foi importante essa aproximação com conteúdos produzidos por colegas e pela própria categoria profissional. Uma das entrevistadas se refere à parca produção encontrada no Serviço Social sobre o tema, sendo raros os conteúdos a que já teve acesso – “[...] *tão, assim, raro que eu nem sei te dizer. Acho que não, muito raro. Tem que produzir mais*” (Docente 04). Outra participante reitera a percepção sobre a pouca produção na área, mas evidencia o material que já acessou através de revista e de livros:

“[...] eu tenho uma impressão de que nós não temos muita produção. Porque eu só consigo lembrar de algo que é da Temporalis. Eu inclusive prefaciei um livro que tinha discussão sobre identidade e diversidade [...] tinham alguns assistentes sociais que faziam essa discussão. [...] Tem um outro, uma outra publicação, que eu acredito que seja da Cortez, que é muito sobre transexualidade.” (Docente 01).

Em contraponto, outras entrevistadas dizem já ter acessado diversos conteúdos produzidos pela categoria profissional e que esse material foi relevante tanto para conhecimento próprio quanto para utilização enquanto subsídio para o trabalho enquanto professora: “[...] *já acessei artigos, livros, teses, dissertações e foram muito importantes pra conhecimento e pra indicação e seleção de materiais pras alunas*” (Docente 06). Os materiais são vistos como “*elementos fundamentais*” e que “[...] *precisam estar presentes, a gente precisa ter um conhecimento básico sobre isso pra poder, inclusive, fazer de tudo que a gente faz com qualidade*” (Docente 03).

A pesquisa científica é uma ferramenta potente que auxilia no desvelamento da realidade social e se configura como uma forte aliada na qualificação da formação e do trabalho profissional. Outro registro reforça a relevância de acessar conteúdo produzido por assistentes sociais e acrescenta o elemento da importância da pesquisa enquanto produção e socialização do conhecimento:

“Sim, já acessei vários e foram e são relevantes né. É isso que eu te falei, eu acho que a gente tem um coletivo de profissionais né, de pesquisadores, vinculados a universidade, no âmbito do exercício profissional, da própria organização da categoria profissional que estão se dedicando a produzir conhecimento sobre esse tema.” (Docente 05).

Ainda sobre a dimensão da pesquisa enquanto atividade que deve ser garantida no plano acadêmico, uma professora traz que a própria apropriação do tema a partir de materiais e conteúdos que elucidem seu significado proporcionam o embasamento para que os/as próprios/as alunos/as auxiliem no processo de desenvolvimento de estudos sobre o tema:

“[...] muito interessante, porque assim, se a gente for parar pra pensar né, os alunos estão envolvidos em projetos de pesquisa... Então desde você pensar um instrumental de coleta de dados, por exemplo, tá? Aquela pergunta que sempre chega nos elementos introdutórios, você vai colocar sexo ou vai colocar gênero? Masculino ou feminino ou é o que? Então começa por aí, o nó começa por aí, de uma coisa super simples.” (Docente 03).

O acesso a materiais que tratem sobre a identidade de gênero, uma das tantas perspectivas da diversidade humana, também é visto como possibilidade de sintonizar o/a aluno/a com as bandeiras de luta da profissão, com o que se tem produzido a partir do entendimento de que essa pauta deve ser incorporada no âmbito do compromisso ético-político profissional e também enquanto parte do universo teórico-prático da profissão, conforme fica evidente no relato abaixo:

“Eu fiz um exercício com os alunos de a gente adentrar o site do CFESS, tá?! Esse é um exercício bem prático que a gente fez, assim. E eu propus pra eles que a gente fosse abrindo ali os documentos que estão disponibilizados por dentro do site, inclusive, tem um link ali que fala das bandeiras de luta da profissão. [...] eles foram se colocando ali por dentro daqueles documentos e pensando do quanto a profissão tem essas múltiplas possibilidades de intervenção assim e o modo de como eles, enquanto futuros profissionais precisam se posicionar sobre, né, precisam saber sobre, precisam buscar informação sobre. [...] Então sim, a gente faz esses exercícios por dentro das disciplinas, eu tenho buscado esse material, tenho trazido por dentro dos conteúdos

como mecanismo de aproximação dos alunos com relação a como fazer o trabalho acontecer né, e eu considero de fundamental importância.” (Docente 02).

As produções teóricas, enquanto sistematização de conhecimento resultante de uma trajetória de estudos, mostram-se relevantes tanto para a formação quanto para o trabalho profissional. No intuito de melhor desvendar a realidade, a pesquisa configura-se como uma ferramenta potente e que contribui para intervenções profissionais assertivas, articuladas e que auxiliam no planejamento das ações. Sendo exercitada no âmbito da formação, contribui também para que novas questões sejam incorporadas por dentro do processo formativo, para que problemáticas diversas sejam apresentadas e apropriadas pelos/as alunos/as e para que o próprio exercício de ir em busca de conteúdos e materiais fortaleça a capacidade de articular a profissão ao movimento sócio-histórico da sociedade.

Sobre o acesso a materiais e conteúdos produzidos por assistentes sociais que tratam sobre o tema da identidade de gênero, os/as alunos/as responderam da seguinte forma: 06 estudantes informaram não ter acessado materiais, e 05 estudantes disseram que já tiveram acesso. Dos que já haviam tido contato com o conteúdo, alguns/algumas especificaram que tal contato se deu através dissertações, artigos disponíveis na internet e materiais disponibilizados durante a disciplina. É importante destacar que a mesma proporção de respostas em relação a ter acessado ou não materiais sobre o tema da identidade de gênero, foi também identificada nos dados sobre sentirem-se balizados/as pela formação, o que pode levar a pensar que aqueles/as que acessam conteúdos relacionados à temática compreendem que essa bagagem é fundamental e se sentem subsidiados/as, enquanto aqueles que não tiveram acesso a materiais, justamente, sentem que essa ausência implica diretamente na sua formação.

Vivencia-se um momento de amplo acesso à informação, e a conexão à internet, através de mídias e redes sociais, é um exemplo de como conteúdos podem ser produzidos, compartilhados e disseminados rapidamente e em larga escala. Aquilo que era meio físico de socialização de informações, como, por exemplo, livros, revistas e jornais, também se tornou digital, de acesso rápido e ilimitado. Dentre outras tantas, essa também é uma estratégia para que pessoas possam se aproximar de variados temas, e aqui fala-se especificamente em nome do tema da identidade de gênero. São diversas formas de acesso e ferramentas disponíveis em meio eletrônico que se configuram enquanto material e até mesmo enquanto subsídio teórico – a exemplo o próprio levantamento bibliográfico realizado nesta produção.

Em que pese a falta de condições de acesso ainda para muitas pessoas, há de se considerar a exponencial crescente socialização de informações e o aumento de formas e fontes

possíveis de obtê-las. Quando estudantes, em sua maioria, dizem que não estão acessando materiais que tratem da identidade de gênero, pode-se problematizar o porquê de isso não estar ocorrendo. Falta de interesse sobre o tema? Dificuldade de acesso às plataformas? Pode ser que a temática não seja vista como importante ou como relevante para o Serviço Social, mas já foi visto que tal conteúdo, para além de integrar as bases do projeto ético-político profissional, também tem sido bandeira de luta e assunto pautado pela categoria recorrentemente.

Ao finalizar este capítulo, acredita-se que os achados desta pesquisa respondem a inquietação delineada em seu problema, bem como nos objetivos inicialmente elencados. É possível observar que são inúmeras as possibilidades de desdobramentos deste estudo e que, para cada uma delas, sinaliza-se a necessidade de novos estudos para adensamento dos seus respectivos temas e, conseqüentemente, novas produções de conhecimento.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os caminhos da construção do conhecimento pertencem a uma escalonada aproximação e interação com o objeto de estudo. Pesquisar demanda profundidade, um estoque de conhecimento prévio daquilo que se configura enquanto centralidade do estudo e atenção aos debates que já vêm sendo suscitados sobre a temática que se pretende desvelar. Permeada por inúmeras descobertas, a pesquisa científica permite um mergulho intenso na experiência de buscar respostas, ainda que não duradouras, para os objetivos do estudo e gera diversas reflexões que vão desde sua trajetória até sua finalização, com a construção dos resultados obtidos. Responder aos objetivos da pesquisa, em síntese, é trazer o que a interpretação e análise dos dados permitiu alcançar, mas não é tarefa fácil abordar o objeto de estudo sob os diversos ângulos sob os quais se apresenta.

Em um cenário de crise sanitária, econômica, política e social e contexto de pandemia devido à Covid-19, em que toda a humanidade foi afetada, muitas foram as mudanças e adaptações necessárias, e isso incidiu diretamente na vida e no cotidiano das pessoas. As expressões da questão social se agudizaram, e a desigualdade social, tão presente no Brasil, teve seus reflexos escancarados, assim como se acentuaram os diversos rebatimentos diante da sociedade. A área da educação também teve impactos em suas atividades, e o ensino superior teve que se adaptar ao ensino remoto emergencial para que pudesse minimamente garantir o fluxo de suas atividades. Reitera-se aqui a importância da sistematização do conhecimento de modo a representar a vivência particular deste tempo histórico, pois foi diante deste conjunto de circunstâncias e adversidades que o presente estudo se desenvolveu.

Pautar a formação de assistentes sociais advém, inicialmente, da experiência empírica, que constatou dificuldades no âmbito do trabalho profissional em relação ao tema da identidade de gênero, mas também e, principalmente, a partir da vivência após a inserção no mestrado na vinculação com estudos e pesquisas que envolvem a problematização do ensino da profissão, as atuais configurações da política de educação e a relação disso com a direção social e crítica que envolve o projeto de formação e o trabalho de assistentes sociais. A conjuntura contemporânea tem demonstrado um cenário que há tempos vem se constituindo a partir do entendimento de que a educação deve priorizar respostas ao mercado, sendo, assim, um campo fecundo de exploração lucrativa. Há uma desresponsabilização por parte do Estado e, embora os governos tenham produzido mecanismos e estratégias para expandir o acesso à educação superior, adequam tal processo para atender aos interesses do capital.

O ensino à distância e o semipresencial ou híbrido, como às vezes também é nomeado, são modelos que propõem um diferente processo de ensino-aprendizagem, com uma metodologia voltada para a autonomia de estudantes, em uma nítida individualização da dimensão da formação, forjando ambientes virtuais que simulam a rotina de interação, possibilitando matrícula a qualquer tempo, empregando a tecnologia como tendência e submetendo estudantes a um processo aligeirado de formação. Embora o discurso da ampliação do acesso à educação sirva para justificar a ascensão quase que irreversível dessa modalidade de curso, a crítica se inscreve no que diz respeito ao tipo de formação ofertada, e, por isso, os enfrentamentos e a resistência da organização profissional na defesa do ensino presencial, público, gratuito e de qualidade.

Acreditando no potencial da educação enquanto espaço para se repensar a realidade, decifrar criticamente seus condicionantes e estruturantes, e enquanto espaço para aquisição de conhecimentos e preparação para o exercício profissional, que tem como substrato a luta pela emancipação humana, buscou-se decifrar, com esta pesquisa, como está se dando a vinculação da formação com o tema da diversidade na perspectiva da identidade de gênero, ou seja, como ele é abordado, e como está se subsidiando futuros/as assistentes sociais para trabalhar com o tema. Sabe-se que o conteúdo já integra a agenda política do Serviço Social, mas ele deve ser permanentemente problematizado e colocado em discussão no intuito de fomentar os debates daquilo que se traduz enquanto bandeiras de luta da profissão.

A partir do levantamento bibliográfico acerca das produções que tratam da identidade de gênero na área do Serviço Social na contemporaneidade, é possível afirmar que a profissão tem, sim, produzido sobre o tema, mas ainda de modo tímido, com pouco material. As tendências, conforme já apresentado, versam sobre: violências, mercado de trabalho, nome social e alteração do registro civil, saúde, perícia social, acesso a direitos e estudantes trans no ensino superior. As produções elucidam demandas da população trans, desenham as diversas dificuldades encontradas numa sociedade notadamente transfóbica e revelam o quanto ainda os debates sobre a identidade de gênero no âmbito da profissão precisam avançar e prosperar.

O trabalho do Serviço Social é visto como necessário, considerando os valores profissionais defendidos a partir do projeto ético-político e a arena de luta contra as desigualdades socialmente produzidas, porém há uma ausência de articulação com a dimensão da formação, sendo ela apenas citada enquanto deficitária em relação ao tema. Assistentes sociais passam por um processo de preparação para o exercício profissional, etapa essa que serve de bagagem e como arcabouço de conhecimentos, mas as produções não elucidam essa articulação entre a indissociabilidade entre a formação e o trabalho profissional.

Como achado da pesquisa bibliográfica realizada, é possível inferir que a composição das equipes de atendimento à população trans se evidencia prioritariamente no trabalho junto ao judiciário na perícia social e na área da saúde, sendo em ambos os espaços os/as assistentes sociais elementares na contribuição para o acesso a direitos. Embora o debate seja mais latente com questões atreladas ao âmbito da saúde, por uma histórica relação com a patologização das identidades trans, e com a área jurídica pelo mesmo motivo, cabe ressaltar que não somente em locais específicos, mas também em todo e qualquer espaço sócio-ocupacional a que assistentes sociais possam estar vinculados/as, é preciso estar atento/a ao que se revela enquanto demanda das pessoas trans.

Ao analisar os projetos político-pedagógicos dos cursos de Serviço Social das UFAs participantes deste estudo com o intuito de verificar a incidência do tema da identidade de gênero, foi visto que a maioria não garante o conteúdo enquanto elemento da formação profissional. O projeto, enquanto delineamento do percurso de alunos/as que explicita toda a metodologia do ensino-aprendizagem, é um importante documento que evidencia como a instituição direciona a formação de seus/suas alunos/as e como articula a proposta apresentada nas diretrizes curriculares. Ao não garantir a temática, verifica-se uma fragilidade que, conseqüentemente, afetará o trabalho profissional.

Refletindo a partir da constatação de que o tema não está garantido documentalmente em algumas UFAs pesquisadas, acredita-se que ele possa estar sendo sustentado com outras estratégias, para além do que está descrito no projeto político-pedagógico, porém, ainda assim, há de se problematizar essa ausência. Sabe-se que, por muitas vezes, esse é um tema alvo de preconceitos, velados ou explícitos, e que, portanto, tende a enfrentar reações conservadoras. Para lidar com tais reações, é necessário o resgate de uma reflexão ética sobre a compreensão da profissão e dos valores defendidos pela categoria em seu projeto profissional, ou seja, buscar no próprio Serviço Social a explicação para a abordagem da identidade de gênero enquanto algo relevante e importante.

Naquelas UFAs em que o tema da identidade de gênero aparece nos projetos político-pedagógicos, a incidência ocorre através de disciplinas que são obrigatórias no circuito da formação, em bibliografia que garante o conteúdo e no eixo de práticas pedagógicas, colocando a importância do desenvolvimento de competências teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-instrumentais de estudantes frente à diversidade na perspectiva da identidade de gênero.

Com a participação de professoras assistentes sociais na pesquisa, no intuito de entender a compreensão destas sobre a importância de estudar a temática e refletir sobre como está ocorrendo a vinculação desta com a formação e com o trabalho profissional, foi visto que elas

consideraram relevante o aprofundamento sobre tal conteúdo, que há uma articulação concreta com a realidade social em que assistentes sociais são convocados/as a intervir, porém foram diferentes os enfoques trazidos pelas narrativas dessas docentes.

Foi mencionado que as questões relacionadas à identidade de gênero conformam-se enquanto expressão da questão social e que demandam atenção da profissão, especialmente no que diz respeito às armadilhas do senso comum, à problemática ausência de aprofundamento teórico, à histórica fragilidade do tema, ao atraso na sua apropriação e ao preconceito ainda como uma barreira a ser superada. As entrevistas identificaram uma articulação entre docentes no sentido de levar o assunto para os alunos a partir de diferentes iniciativas, podendo ser por docente que se identifica mais com o assunto, aquele que se compromete a levar a pauta para a sala de aula, também com pessoas convidadas e até mesmo pela articulação com outras áreas do saber, quando há uma falta de domínio sobre o tema.

O momento de aprendizagem referente à identidade de gênero não foi limitado a um único espaço durante a jornada da formação, e também não foi definido de que forma deve ela ocorrer. As docentes acreditam que o tema pode ser obrigatório, no sentido de sempre garanti-lo, mas também pode ser optativo, devendo ser ofertado no intuito de que aqueles/aquelas que se interessam pela temática e tenham desejo de se aprofundar nela possam buscar os referidos espaços para se qualificar. Pode ser específico, ou seja, ter um lugar demarcado no conteúdo programático, ou também pode ser transversal, compondo a discussão junto a outros assuntos. Compreende-se que não é necessário compor somente disciplinas, mas também incorporar o tema da identidade de gênero em outras dimensões do processo de ensino, como, por exemplo, nas atividades de estágio, de pesquisa, de extensão, em cursos, eventos etc., como estratégia para garanti-lo a partir de diferentes metodologias e em diversos momentos da formação profissional

A necessidade de se levar o assunto para os/as futuros/as profissionais reside no fato de que a baliza da profissão está no projeto ético-político defendido, em que a liberdade é localizada enquanto um valor central e sustenta a luta pela diversidade humana em suas múltiplas nuances. Há uma vinculação orgânica do tema com as bandeiras de luta da categoria, com o Código de Ética Profissional (1993) e com o direcionamento social da profissão, que objetiva uma transformação radical da sociedade no horizonte de uma nova ordem societária sem exploração/dominação.

Entende-se que há uma lacuna e que o tema ainda se circunscreve em um território a ser mais bem explorado. Não que a formação vá dar conta de tudo, pois há uma infinidade de conteúdos que precisam ser garantidos, mas é necessário que, minimamente, seja pautado

aquilo que baliza e norteia o exercício da profissão. Os componentes curriculares precisam dar conta do tema da identidade de gênero, visto que o momento da formação é localmente situado como de aprendizagem, em que estudantes são munidos de subsídios teórico-práticos. Há responsabilidade tanto das UFAs quanto de docentes no sentido de auxiliar o desenvolvimento de competências e habilidades de seus/suas estudantes, e, embora haja obstáculos que ainda dificultam essa abordagem, projeta-se que esses possam ser problematizados, colocados em pauta e dinamizados por dentro da necessidade de se pensar as estruturas da formação em nível de graduação em Serviço Social.

Ainda que o conteúdo não seja garantido nos projetos político-pedagógicos de todas as UFAs, com as narrativas das docentes, é possível localizar que há uma série de estratégias que já são adotadas e que podem vir a contribuir para que o tema seja presente no interior do curso, para que se amplie esse diálogo e se pense como introduzir o assunto para alunos/as e para professores/as – visto que nas análises emergiu que ambos os grupos carecem de substrato para trabalhar com o tema.

Em relação aos/às estudantes, foi visto que a abordagem do tema da diversidade na perspectiva da identidade de gênero no âmbito da formação não tem sido suficiente para sentirem-se balizados para o trabalho profissional. Embora considerem pertinente e percebam o conteúdo sendo articulado em disciplinas, atividades de pesquisa e extensão, cursos, palestras, oficinas, existem alguns desafios que têm relação com o grande preconceito direcionado à temática, que faz com que as pessoas não se sintam confortáveis para falar sobre o assunto e que mantêm ainda uma visão conservadora diante da profissão, o que dificulta essa problematização.

Conforme as respostas obtidas na pesquisa, os/as alunos/as entendem que o tema é relevante para o exercício da profissão, conseguem localizar essa discussão a partir dos valores defendidos pelo projeto ético-político profissional, porém ainda acessam poucos conteúdos, entendem que o assunto não vem sendo transversalizado e conectado a outras discussões maiores que fazem dentro da jornada da formação e demonstram dificuldade nessa apreensão. Com o nítido contexto de avanço do conservadorismo, com a defesa da família tradicional, de normas regulatórias para os gêneros, com a proibição de se falar sobre gênero e sexualidade na escola e com a lógica mercantil, sucateada e classista em que se inscreve o ensino superior, é inegável que as dificuldades vêm sendo exacerbadas.

Neste contexto, a educação tem sido reduzida ao processo de interiorização das condições do sistema capitalista, internalização dos elementos reprodutivos deste sistema e, conseqüentemente, tem censurado o pensamento crítico e alimentado a manutenção da

alienação, que expropria o direito de pensar, que cerceia a liberdade e dá tonicidade ao pensamento hegemônico útil à sociabilidade do capital. Os pensamentos dominantes que transbordam sobre a classe dominada não têm permitido práticas educacionais mais abrangentes, que contemplem o tema da identidade de gênero e que considerem a corporalidade em suas múltiplas possibilidades.

Entende-se que a educação tem um papel absoluto no processo de elaboração de estratégias que contemplem a identidade de gênero como um tema a ser debatido, no sentido de se deslocar de uma narrativa imposta, que não consegue se desprender da ideia de gênero, sexo, sexualidade e genital ligada à cisnormatividade. É necessário problematizar que tal ausência de diálogo tem produzido e reproduzido preconceitos, estigmas e discriminações e que a transfobia existente na sociedade, conseqüentemente, tem expressado efeitos trágicos, como agressões, mortes e crimes de ódio em geral que têm abreviado a vida de pessoas trans de forma absurdamente precoce.

Muito embora não se trate de uma pesquisa interventiva, seu desdobramento fomenta o pensar na urgência de pautar o tema da identidade de gênero desde o âmbito da formação, no sentido de apontar barreiras e fronteiras a serem superadas na defesa do pensamento crítico e reflexivo. Da mesma forma, há a necessidade de pautá-lo no âmbito do trabalho profissional, tendo em vista que lacunas foram mencionadas pelas docentes entrevistadas e também pelos/as futuros/as assistentes sociais que participaram da pesquisa – ou seja, estudantes que estão quase finalizando seu processo de formação em Serviço Social e que identificam algumas brechas em relação ao tema e que tão logo estarão se inserindo em espaços sócio-ocupacionais.

Estudantes e profissionais precisam estar munidos de conteúdo para trabalhar com a população trans em suas demandas, e aí reside a importância de ter acesso a materiais, de se vincular às discussões que estão sendo incorporadas pela categoria através da ABEPSS e do CFESS, por exemplo. Existem produções na área do Serviço Social que discutem identidade de gênero na sua relação com a profissão, considerando o movimento histórico, a vinculação da profissão com os movimentos sociais e a articulação com as demandas da classe trabalhadora. Pesquisas e estudos na área precisam ser fomentados no sentido de dar mais espaço para um assunto como esse, que atravessa tantas outras discussões e se revela como importante para o exercício profissional.

Garantir a discussão sobre identidade de gênero não a torna imune aos preconceitos e dificuldades de lidar com o tema, mas acena para a possibilidade de que estudantes e profissionais se sintonizem com aquilo que é defendido pelo projeto ético-político da profissão. Não se trata de um perfil meramente executor, mas sim de um perfil técnico de dimensão

teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política que se posiciona em defesa dos direitos humanos, da equidade, da justiça social, que se empenha na eliminação de todas as formas de preconceito, propondo a discussão das diferenças e tendo necessariamente um exercício profissional sem discriminar por classe social, etnia, identidade de gênero etc.

Não debater sobre a identidade de gênero incorre no risco de omissão e de isenção sobre uma problemática tão importante para a profissão, que dialoga diretamente com as características forjadas na sociedade de classes e na defesa de não padronização, entendendo que pessoas são plurais e diversas. Há um traço cultural que tem afastado a discussão da diferença, colocando-a como doença, como perversa, perigosa; por esse mesmo traço, o discurso de disciplinamento dos corpos se sobressai – pois, por óbvio, é funcional ao capitalismo, e tem engessado o pensar sobre a diversidade humana e suas nuances.

Ao trazer as narrativas de docentes e estudantes de modo articulado com dados coletados de uma pesquisa documental e de uma pesquisa bibliográfica, o estudo conjugou diferentes perspectivas para um mesmo objeto. Visou-se elucidar, a partir de olhares diversos, como o tema da identidade de gênero se constitui diante da formação no âmbito da graduação em Serviço Social, como se está subsidiando os/as futuros profissionais para se trabalhar com o tema e como está se dando essa interconexão do tema com a profissão.

A relevância para a própria população trans – resguardado o lugar de fala da pesquisadora, ocupado enquanto uma pessoa cis – pode ser traduzida no potencial de se ressignificar a transexualidade/transgeneridade e a travestilidade em meio à realidade social, pois a população trans tem sua história marcada pela violência, pelo preconceito e pelo acesso precário aos seus direitos. Acredita-se que o Serviço Social pode somar, no sentido de produzir dados, tensionar para que se pensem políticas públicas atentas à realidade dessas pessoas, e no sentido de apoiar a luta que almeja a ruptura do sistema normativo binário, sexista, classista e patriarcal. A relevância para a profissão inscreve-se no circuito de amadurecer a defesa do respeito fundamental às identidades trans e de que tal dimensão articula-se com a formação e o trabalho de assistentes sociais, possibilitando a identificação de que questões atreladas ao tema da identidade de gênero se conformam enquanto expressão da questão social e, portanto, são objeto de trabalho para assistentes sociais.

Problematizar o tema em meio à sociedade e dentro do próprio contexto acadêmico também registra sua relevância em desocultar um assunto que vem sendo historicamente secundarizado e por vezes silenciado. Trata-se de contribuir dando visibilidade e produzindo conhecimento sobre o tema, analisando a realidade para além de sua imediaticidade fragmentada, em uma perspectiva de totalidade, compreendendo-a como um processo dialético.

Assim, essa discussão precisa ser mais inserida, tematizada e problematizada, edificando o olhar crítico que desvela as múltiplas determinações do tema identidade de gênero diante da sociedade.

Entende-se, por fim, que não basta interpretar a realidade social, é necessário transformá-la. A estrutura capitalista exploradora, opressora e excludente precisa ser transgredida, de maneira a superar as desigualdades que vêm sendo acumuladas no decurso histórico e que incidem na vida da classe trabalhadora, especialmente sobre pessoas trans. É preciso lutar sob o horizonte de uma sociabilidade que respeite a diversidade na perspectiva da identidade de gênero, com relações fundadas na igualdade substantiva e na emancipação humana.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. **Política Nacional de Estágio**. 2010. Disponível em:

<http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311145368198230.pdf>.

Acesso em: 06 maio 2021.

ABEPSS. **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social**: (Com base no Currículo Mínimo aprovado em Assembléia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996). Rio de Janeiro, 1996. Disponível em:

<https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwjrvMTc3bXwAhX7rpUCHYz4ADIQFjAAegQIBRAD&url=http%3A%2F%2Fwww.abepss.org.br%2Farquivos%2Ftextos%2Fdocumento_201603311138166377210.pdf&usq=AOvVaw2fGNqp3NAmIRfPwDmv4Ydw>. Acesso em: 06 maio 2021.

ALMEIDA, Guilherme. Identidade de gênero com ênfase nas pessoas trans: particularidades e acesso à saúde, trabalho e educação. In: NOGUEIRA, Leonardo; HILÁRIO, Erivan; PAZ, Thaís Terezinha (Orgs.). **Hasteemos a bandeira colorida**: diversidade sexual e de gênero no Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2018a. p. 159-185.

ALMEIDA, Guilherme. Diversidade de gênero, violência e a importância de uma compreensão ampliada do tema. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 16., 2018, Vitória/ES. **Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. Vitória, ES, 2018b.

ALVES, Alan de Loiola. Hoje eu sei qual é o meu lugar na minha história: a sociabilidade dos estudantes transexuais do curso de Serviço Social em tempos de crise. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 16., 2018, Vitória/ES. **Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. Vitória, ES, 2018.

ANTRA; IBTE. **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020**. Bruna G. Benevides, Sayonara Naidier Bonfim Nogueira (Orgs). São Paulo: Expressão Popular, 2021.

ANTRA; PRIOS INSTITUTO. **Alteração do registro civil de pessoas transexuais e travestis**. 2020. Disponível em: <<https://antrabrasil.files.wordpress.com/2020/03/cartilha-alterac3a7c3a3o-nome-e-genero.pdf>>. Acesso em: 03 mar. 2021.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Trad. Luís Antero Reta e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2002.

BARROCO, Maria Lúcia. **Ética**: fundamentos sócio-históricos. São Paulo: Cortez, 2008.

BENTO, Berenice. **O que é transexualidade?** São Paulo: Brasiliense, 2008.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo**: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BEZERRA, Vanessa; VELOSO, Renato. **Gênero e Serviço Social**: desafios a uma abordagem crítica. São Paulo: Saraiva, 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Transexualidade e travestilidade na saúde**. Brasília: 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 2.803, de 19 de novembro de 2013**. Redefine e amplia o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília, 2013.

Disponível em:

<http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2803_19_11_2013.html>. Acesso em: 30 jul. 2019.

BRASIL. **Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Brasília, 2004. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm>. Acesso em: 29 abr. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Padrões de qualidade para autorização e reconhecimento de cursos de graduação em Serviço Social**. São Paulo, 1997.

BRASIL. **Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993**. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Brasília, 1993. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18662.htm>. Acesso em: 07 maio 2021.

BRITO, Carolina Gonçalves Santos de. **Diversidade de gênero no trabalho**: trajetórias de inserção e permanência de homens trans no mercado de trabalho. 2019. 237 p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

BULLA, Leonia Capaverde. O contexto histórico da implantação do Serviço Social no Rio Grande do Sul. **Textos & Contextos**, v. 7, n. 1, p. 3-22, jan./jun. 2008.

CANOAS. **Decreto nº 518, de 5 de dezembro de 2016**. Institui a Política Municipal de Atenção Integral à Saúde da população LGBT do Município de Canoas. Canoas, 2016.

Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a1/rs/c/canoas/decreto/2016/52/518/decreto-n-518-2016-institui-a-politica-municipal-de-atencao-integral-a-saude-da-populacao-lgbt-do-municipio-de-canoas>>. Acesso em: 30 jul. 2019.

CISNE, Mirla. **Feminismo e consciência de classe**. São Paulo: Cortez, 2014.

CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana Mara Moraes dos. **Feminismo, diversidade sexual e serviço social**. São Paulo: Cortez, 2018. (Coleção Biblioteca Básica de Serviço Social, v. 8).
CFESS. **Transfobia**. Brasília: 2016. (Série Assistente Social contra o Preconceito, Caderno 4).

CFESS. **CFESS Manifesta**: Encontro Nacional de Educação. Rio de Janeiro, 2014.

CFESS. **Código de ética do/a assistente social**. Lei nº 8.662/93 de regulamentação da profissão. 10. ed. rev. e atual. Brasília, 1993.

CFESS-CRESS; ENESSO; ABEPSS. **Sobre a incompatibilidade entre graduação à distância e Serviço Social**. 2011. Disponível em:

<http://www.cfess.org.br/arquivos/01_sobraincompatibilidade_2011.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2019.

CRUZ, Tânia Mara. **Sexualidade e orientação sexual**: cultura e transformação social. Palhoça: UnisulVirtual, 2014.

DECS. Identidade de Gênero. In: **Descritores em Ciências da Saúde**. 2016. Disponível em: <https://decs.bvsalud.org/ths/resource/?id=5924&filter=ths_exact_term&q=identidade%20de%20g%C3%AAnero>. Acesso em: 12 maio 2020.

DUARTE, Janaína Lopes do Nascimento. Resistência e formação no Serviço Social: ação política das entidades organizativas. **Serv. Soc. Soc.**, n. 134, p. 161-178, jan./abr. 2019.

FACCHINI, Regina; RODRIGUES, Julian. É preciso estar atenta(o) e forte: histórico do movimento LGBT e conjuntura atual. In: NOGUEIRA, Leonardo; HILÁRIO, Erivan; PAZ, Thaís Terezinha (Orgs.). **Hasteemos a bandeira colorida**: diversidade sexual e de gênero no Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2018. p. 231-262.

FERNANDES, Idília. Dialética dos Grupos na Perspectiva da Diversidade Humana e da Sociedade de Classes. **Textos & Contextos**, v. 16, n. 1, p. 142-159, jan./jul. 2017.

FERREIRA, Guilherme Gomes. Violência policial e penitenciária contra pessoas trans no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 16., 2018, Vitória/ES. **Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. Vitória, ES, 2018.

GARCIA, Carla Cristina; SILVA, Fabio Mariano da; SANCHEZ, Marcelo Hailer. Capitalismo e razão neoliberal: ódio colonial e extermínio de travestis e transexuais no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, n. 138, p. 321-341, maio/ago. 2020.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GUERRA, Yolanda. A formação profissional frente aos desafios da intervenção e das atuais configurações do ensino público, privado e a distância. **Serviço Social & Sociedade**, n. 104, p. 715-736, out./dez. 2010.

IAMAMOTO, Marilda. **Serviço social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 26. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

JESUS, Jaqueline Gomes. **Orientações sobre a população transgênero**: conceitos e termos. Brasília, 2012.

LEFÈBVRE, Henri. **Lógica formal, lógica dialética**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista. A política de educação superior e a formação profissional em Serviço Social: reflexões para o debate. **Argumentum**, v. 3, n. 2, p. 284-299, jul./dez. 2011.

LIMA, Daniel Borsatto de. **A atenção à saúde às travestilidades e transexualidades em São Paulo (2013-2018)**. 2018. 156 p. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Programa de Pós-Graduação em Política Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

LIMA, Kátia Regina de Souza. Educação superior em tempos de ajustes neoliberais e regressão de direitos. **Katálysis**, v. 22, n. 3, p. 513-524, set./dez. 2019.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1997.

LUSA, Mailiz Garibotti; REIDEL, Tatiana. Formação profissional da região sul: uma construção histórica de ousadia e sonhos, materializando no presente estratégias de enfrentamento ao cenário do ensino superior. In: LUSA, Mailiz Garibotti; CARLOS, Sérgio Antonio (Orgs). **Formação e trabalho em Serviço Social: desafios, resistências e sonhos marcando coletivamente a história do sul brasileiro**. Porto Alegre: PROEXT UFRGS; Movimento, 2016.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARINHO, Silvana. Corpos trans na nova morfologia do trabalho. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 16., 2018, Vitória/ES. **Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. Vitória, ES, 2018.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MATOS, Maria Izilda Santos de. Gênero: categoria/perspectivas e a constituição do campo historiográfico. In: TAMANINI, Marlene; BOSCHILIA, Roseli; SCHWENDLER, Sônia Fátima (Orgs). **Teorias e políticas de gênero na contemporaneidade**. Curitiba: UFPR, 2017. p. 39-63.

MINAYO, Maria Cecília de Souza et al. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. In: MOTA, Ana Elizabete et al. **Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional**. 2006. Disponível em: <https://www.ssrede.pro.br/wp-content/uploads/2017/07/projeto_etico_politico-j-p-netto_.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2021.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

PAIVA, Beatriz Augusto de et al. O código de ética de 1993: signo da renovação do Serviço Social no Brasil. In: BONETTI, Dilséa Adeodata et al. (Orgs.). **Serviço Social e ética: convite a uma nova práxis**. Cortez Editora; CFESS, 2000. p. 159-173.

PAIVA, Beatriz Augusto de; SALES, Mione Apolinario. A nova ética profissional: práxis e princípios In: BONETTI, Dilséa Adeodata et al. (Orgs.). **Serviço Social e ética: convite a uma nova práxis**. Cortez Editora; CFESS, 2000. p. 174-208.

PEREIRA, Larissa Dahmer. Expansão dos cursos públicos de Serviço Social entre os anos de 2003 e 2016: desafios para a formação profissional. **Katálisis**, v. 21, n. 1, p. 189-199, jan./abr. 2018.

PRATES, Jane Cruz; PRATES, Flávio Cruz. Problematizando o uso da técnica de Análise Documental no Serviço Social e no Direito. **Sociedade em Debate**, v. 15, n. 2, p. 111-125, jul./dez. 2009.

PRESTES, Elisa Teruszkin et al. O processo transexualizador no Rio de Janeiro: dilemas de uma política personificada. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 16., 2018, Vitória/ES. **Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. Vitória, ES, 2018.

QUADROS, Samuel Vinhas. Travestis e transexuais no mercado de trabalho: trabalho e diversidades no interior da sociedade de classes. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 16., 2018, Vitória/ES. **Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. Vitória, ES, 2018.

REIDEL, Tatiana. **A indissociabilidade entre o projeto ético-político e a formação em serviço social: uma materialização em xeque**. 2010. 181 p. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

RIBEIRO, Jéssyka Kaline Augusto. “Aonde” está a população trans na divisão sexual do trabalho? Analisando as condições da inserção para os/as trabalhadores/as travestis e transexuais no mercado de trabalho formal. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 16., 2018, Vitória/ES. **Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. Vitória, ES, 2018.

RIO GRANDE DO SUL. Decreto nº 49.122, de 17 de maio de 2012. Institui a Carteira de Nome Social para Travestis e Transexuais no Estado do Rio Grande do Sul. **Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul**, 17 maio 2012.

RIOS, Terezinha Azerêdo. A ética na pesquisa e a epistemologia do pesquisador. **Psicologia em Revista**, v. 12, n. 19, p. 80-86, jun. 2006.

SAFIOTTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

SAFIOTTI, Heleieth. Primórdios do conceito de gênero. **Cadernos Pagu**, n. 12, p. 157-163, 1999.

SANTOS, Keliene Ferreira dos. **Transexualidade, Gênero e Preconceito: impasses e desafios na retificação do registro civil em Manaus, Amazonas**. 2018. 120 p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2018.

SANTOS, Márcia Cristina Brasil; ALMEIDA, Guilherme Silva de. Estado, políticas públicas e diversidade de gênero: limites da assistência à saúde de pessoas transexuais no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 16., 2018, Vitória/ES. **Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. Vitória, ES, 2018.

SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos. Diversidade sexual: fonte de opressão e de liberdade no capitalismo. **Argumentum**, v. 9, n. 1, p. 8-20, jan./abr. 2017.

SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos. Direitos, desigualdade e diversidade. In: BOSCHETTI, Ivanete; SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos; MIOTO, Regina Célia Tamaso (Orgs.). **Política social no capitalismo: tendências contemporâneas**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

SANTOS, Thais Felipe Silva dos; MARTINELLI, Maria Lúcia. A sociabilidade das pessoas travestis e transexuais na perícia social. **Serviço Social & Sociedade**, n. 134, p. 142-160, jan./abr. 2019

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, v. 15, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1990.

SOARES, Léa Gomes da Cruz. **Mulheres, mulheres trans e travestis em situação de violência na cidade de Santo André: estratégia de enfrentamento**. 2018. 170 p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

SOUZA, Bianca Martins; SANTOS, Márcia Cristina Brasil; ALMEIDA, Guilherme Silva. Reflexões sobre o acesso de homens transexuais a direitos sociais e civis. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 16., 2018, Vitória/ES. **Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. Vitória, ES, 2018.

TEIXEIRA, Joaquina Barata; BRAZ, Marcelo. O projeto ético-político do Serviço Social. In: CFESS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. CFESS, 2009. p. 185-200. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/teixeira-joaquina-barata_-braz-marcelo-201608060407431902860.pdf>. Acesso em: 04 nov. 2019.

TENENBLAT, Mably Jane Trindade. Serviço Social e Transexualidade: Uma análise das ações de requalificação civil de pessoas transexuais no estado do Rio de Janeiro. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 16., 2018, Vitória/ES. **Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. Vitória, ES, 2018.

THE YOGYAKARTA PRINCIPLES. **Principles on the application of international**

human rights law in relation to sexual orientation and gender identity. 2007. Disponível em: <<http://www.yogyakartaprinciples.org>>. Acesso em: 06 maio 2021.

TONET, Ivo. **Método científico**: uma abordagem ontológica. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

TONET, Ivo. **Educação, cidadania e emancipação humana**. Ijuí: Unijuí, 2005.

TRINDADE, Mably. **Em busca de reconhecimento**: limites e desafios dos processos de requalificação civil de pessoas trans no Rio de Janeiro. 2019. 347 p. Tese (Doutorado em Serviço Social) –Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

VERGUEIRO, Viviane. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes**: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. 2015. 244 f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

APÊNDICE A – Roteiro de Análise Documental

IDENTIFICAÇÃO UFA	
NOME DA INSTITUIÇÃO:	
ANO DE FUNDAÇÃO DO CURSO:	
ANO DE VIGÊNCIA PPC:	
TIPO DE ENSINO:	<input type="checkbox"/> privado <input type="checkbox"/> público <input type="checkbox"/> comunitário <input type="checkbox"/> confessional
MODALIDADE DE ENSINO:	<input type="checkbox"/> presencial <input type="checkbox"/> à distância <input type="checkbox"/> mista
ANÁLISE DE DADOS	
1) O projeto político-pedagógico faz referência ao tema da diversidade na perspectiva da identidade de gênero?	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
2) Quais as disciplinas que fundamentam e discutem sobre o tema?	
3) O tema da diversidade na perspectiva da identidade de gênero é transversal às atividades do curso?	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não Por que?
4) Como é evidenciado no projeto político-pedagógico a importância desse tema frente a indissociabilidade entre formação e trabalho profissional?	
5) O descritor identidade de gênero foi localizado? Se sim, qual foi a ênfase?	

APÊNDICE B – Roteiro de Entrevista com Docentes

IDENTIFICAÇÃO
Data da entrevista:
Unidade de Formação Acadêmica:
Tipo de ensino: () Público () Privado () Comunitário
Modalidade de ensino: () Presencial () À distância () Misto
Nome completo do/a participante:
Identidade de gênero:
Raça/cor autodeclarada:
Idade:
Área de formação:
Titulação:
Há quanto tempo trabalha como docente?
Há quanto tempo tens vínculo como docente nesta instituição?
Qual o tipo de vínculo empregatício mantém com a instituição
Quais são as disciplinas e/ou atividades do curso que tu acreditas que se vinculam com a temática da diversidade na perspectiva da identidade de gênero?

- 1) O que você entende por gênero?
- 2) O que você entende por identidade de gênero?
- 3) O que você entende por diversidade?
- 4) Você considera pertinente trabalhar com o tema da diversidade na perspectiva da identidade de gênero no processo de formação no âmbito da graduação em Serviço Social? Por que?
- 5) Como você percebe a materialização do tema no processo de formação?
- 6) Como está sendo realizada a mediação da temática no processo formativo na perspectiva do trabalho profissional?
- 7) De que forma a diversidade na perspectiva da identidade de gênero está materializada no projeto ético-político da profissão?
- 8) Quais são os desafios e perspectivas que você identifica diante do tema da diversidade na perspectiva da identidade de gênero no âmbito da formação?
- 9) Como você avalia a abordagem do tema pelos/as docentes? Algo poderia ser diferente ou modificado? Por que?
- 10) Como você acha que o tema está contemplado no projeto político-pedagógico do curso?

- 11) Você já acessou algum material ou algum tipo de conteúdo (exemplo: artigos, livros, teses/dissertações, cartilhas) produzido por assistentes sociais que tratem sobre a identidade de gênero? Se sim, foram relevantes?
- 12) Há algo pertinente que você gostaria de acrescentar em sua fala e que não foi perguntado?

APÊNDICE C – Roteiro de Questionário com Estudantes

Questionário estudantes

Olá, seja bem-vindo/a!

Este é um questionário que faz parte da pesquisa intitulada "Diversidade na perspectiva da identidade de gênero no processo de formação no âmbito da graduação em Serviço Social no estado do Rio Grande do Sul" que está sendo realizada pela mestranda do PPGPSS - UFRGS Eduarda Nunes sob orientação, supervisão e responsabilidade da profa. Dra. Tatiana Reidel.

Abaixo, disponibilizamos o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TLCE, para que você possa ler, se apropriar e decidir se gostaria ou não de participar deste estudo. *Obrigatório

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – DISCENTES

Prezado/a aluno/a, convidamos você para participar da pesquisa intitulada *Diversidade na perspectiva da identidade de gênero no processo de formação no âmbito da graduação em Serviço Social no estado do Rio Grande do Sul*.

O presente termo de consentimento refere-se à sua participação voluntária nesta pesquisa que é coordenada pela Profa. Dra. Tatiana Reidel e realizada com sua mestranda Eduarda Bernardo Nunes (mestrado em Política Social e Serviço Social do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS). O estudo tem como objetivo principal *Analisar como a diversidade na perspectiva da identidade de gênero é abordada no processo de formação no âmbito da graduação em Serviço Social no estado do Rio Grande do Sul com vistas a identificar de que modo está se subsidiando os/as futuros/as assistentes sociais para trabalhar com o tema*.

A coleta de dados será realizada junto às unidades de formação acadêmica e ocorrerá através análise documental do projeto político-pedagógico, de entrevista online com os/as coordenadores/as e/ou professores/as do curso com duração aproximada de 45 minutos e questionário online a ser aplicado com os/as alunos/as formandos/a com duração aproximada de 30 minutos.

Reiteramos que sua participação é voluntária e a qualquer momento você pode desistir sem qualquer prejuízo. Essa pesquisa não prevê danos e o risco oferecido é mínimo, como desconforto gerado em relação ao conteúdo ou a sua abordagem. Caso ocorra, a coordenação se responsabilizará por atender a situação. Caso demande atendimento específico, a rede pública de serviços de saúde será acionada e se fará o encaminhamento necessário. Os benefícios de participar dessa pesquisa se referem a contribuir para a compreensão do tema estudado e para a produção do conhecimento na área. Os procedimentos utilizados obedecem aos critérios de ética na pesquisa com seres humanos, conforme a resolução 510/16 do Conselho Nacional de Saúde.

Os aspectos que garantem o sigilo, o anonimato e a confidencialidade serão preservados em todas as etapas da pesquisa e você terá sua privacidade respeitada. Na publicação dos resultados serão omitidas todas as informações que permitam identificá-lo/a e suas informações serão analisadas exclusivamente para fins desse projeto.

Em qualquer etapa da pesquisa é possível solicitar informações e/ou esclarecer dúvidas em relação ao estudo. Direcionadas à coordenadora da pesquisa e sua mestranda, através do e-mail tatyreidel@gmail.com e/ou eduardabernardonunes@gmail.com. O telefone para contato é (51) 3308-5700. Para esclarecimentos adicionais você também pode entrar em contato com o Comitê de Ética e Pesquisa do Instituto de Psicologia da UFRGS que se situa na Rua Ramiro Barcelos, 2600 através do telefone (51) 3316-5066.

Esse Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE tem duas vias de igual teor, uma fica com a entrevistadora para ser arquivado e outra via para o/a participante da pesquisa. Deve ser assinado pelo convidado/a a participar da pesquisa, pela autora da pesquisa e pela pesquisadora responsável.

1. Após a leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE, você declara estar suficientemente informado sobre a pesquisa e aceita participar voluntariamente? Ao dar o aceite neste termo, orientamos que você salve o presente documento e os contatos da pesquisadora responsável. *

Marcar apenas uma oval.

- Sim, eu aceito participar voluntariamente
 Não

Pular para a pergunta 2

Seção sem título

2. Nome Completo *
3. Idade *
4. Identidade de gênero *
5. Raça/cor autodeclarada *
6. 1) O que você entende por gênero? *
7. 2) O que você entende por identidade de gênero? *
8. 3) O que você entende por diversidade? *
9. 4) Você considera que é pertinente trabalhar o tema da diversidade na perspectiva da identidade de gênero no processo de formação no âmbito da graduação em Serviço Social? * *Marcar apenas uma oval.*
- Sim
 Não
10. 4,1) Justifique sua resposta: *
11. 5) O quanto você acha pertinente a abordagem desse tema? *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Nada	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Muito

12. 6) Você já teve a oportunidade de estudar sobre isso em sua formação? *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Nada	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Muito

13. 6.1) Caso esse tema venha sendo abordado, em que momentos isso ocorre? *

Marque todas que se aplicam.

- Em disciplinas
- Em atividades de extensão
- Em cursos, palestras, oficinas
- Em atividades de pesquisas

Outro: _____

14. 6.2) Caso este tema tenha sido abordado em disciplinas, quais foram elas?

15. 6.3) Nas disciplinas em que este tema foi abordado, sob qual a perspectiva teórica ele foi trabalhado?

16. 6.4) Nos momentos em que este tema foi abordado, o quanto você concorda com a perspectiva teórica e a forma como trabalhado?

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Nada	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Muito

17. 7) O quanto você acredita que falar sobre a diversidade na perspectiva da identidade de gênero durante a formação contribui no exercício do trabalho profissional? *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Nada	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Muito

18. 7.1) Justifique sua resposta. *

19. 8) O quanto você entende que a abordagem do tema no âmbito da formação é suficiente para lidar com ele? *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Nada	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Muito

20. 9) Para você, de que forma a diversidade na perspectiva da identidade de gênero está materializada no projeto ético-político da profissão? *

21. 10) Você se sente balizado/a pela sua formação para lidar com o tema da diversidade na perspectiva da identidade de gênero? Comente sua resposta. *

22. 11) Em sua opinião, quais os principais desafios na abordagem deste tema? *

23. 12) Você já acessou algum material ou algum tipo de conteúdo (exemplo: artigos, livros, teses/dissertações, cartilhas) produzido por assistentes sociais que tratem sobre a identidade de gênero? Se sim, qual/quais? *

24. 13) Gostaria de manifestar algo sobre o tema desta pesquisa que não tenha sido abordado?

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

APÊNDICE D – Termo de Consentimento Institucional – TCI

Prezado/a, convidamos você para participar da pesquisa intitulada *Diversidade na perspectiva da identidade de gênero no processo de formação no âmbito da graduação em Serviço Social no estado do Rio Grande do Sul*.

O presente termo de consentimento refere-se à sua participação voluntária nesta pesquisa que é coordenada pela Profa. Dra. Tatiana Reidel e realizada com sua mestranda Eduarda Bernardo Nunes (mestrado em Política Social e Serviço Social do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS). O estudo tem como objetivo principal: *Analisar como a diversidade na perspectiva da identidade de gênero é abordada no processo de formação no âmbito da graduação em Serviço Social no estado do Rio Grande do Sul com vistas a identificar de que modo está se subsidiando os/as futuros/as assistentes sociais para trabalhar com o tema*.

A coleta de dados será realizada junto às unidades de formação acadêmica e ocorrerá através análise documental do projeto político-pedagógico, de entrevista online com os/as coordenadores/as e/ou professores/as do curso com duração aproximada de 45 minutos e questionário online a ser aplicado com os/as alunos/as formandos/a com duração aproximada de 30 minutos.

Reiteramos que sua participação é voluntária e a qualquer momento você pode desistir sem qualquer prejuízo. Essa pesquisa não prevê danos e o risco oferecido é mínimo, como desconforto gerado em relação ao conteúdo ou a sua abordagem. Caso ocorra, a coordenação se responsabilizará por atender a situação. Caso demande atendimento específico, a rede pública de serviços de saúde será acionada e se fará o encaminhamento necessário. Os benefícios de participar dessa pesquisa se referem a contribuir para a compreensão do tema estudado e para a produção do conhecimento na área. Os procedimentos utilizados obedecem aos critérios de ética na pesquisa com seres humanos, conforme a resolução 510/16 do Conselho Nacional de Saúde.

Os aspectos que garantem o sigilo, o anonimato e a confidencialidade serão preservados em todas as etapas da pesquisa e você terá sua privacidade respeitada. Com sua concordância, a entrevista será gravada pela mestranda e transcrita para que possa ser utilizada como dado a ser analisado. As gravações ficarão armazenados no endereço Rua Ramiro Barcelos, 2777 na sala 318 sob a responsabilidade de Tatiana Reidel pelo período de 05 anos e depois destruídas. Na publicação dos resultados serão omitidas todas as informações que permitam identificá-lo/a e suas informações serão analisadas exclusivamente para fins desse projeto.

Em qualquer etapa da pesquisa é possível solicitar informações e/ou esclarecer dúvidas em relação ao estudo. Direcionadas à coordenadora da pesquisa e sua mestranda, através do e-mail tatyreidel@gmail.com e/ou eduardabernardonunes@gmail.com. O telefone para contato é (51) 3308-5700. Para esclarecimentos adicionais você também pode entrar em contato com o Comitê de Ética e Pesquisa do Instituto de Psicologia da UFRGS que se situa na Rua Ramiro Barcelos, 2600 através do telefone (51) 3316-5066.

Esse Termo de Concordância Institucional - TCI tem duas vias de igual teor, uma fica com a entrevistadora para ser arquivado e outra via para a instituição participante da pesquisa. Deve ser assinado pela instituição convidada a participar da pesquisa, pela autora da pesquisa e pela pesquisadora responsável.

Data: _____ Nome: _____
Assinatura: _____

Nome: _____ Nome: _____
Assinatura: _____ Assinatura: _____

APÊNDICE E – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido Docentes – TCLE

Prezado/a professor/a, convidamos você para participar da pesquisa intitulada *Diversidade na perspectiva da identidade de gênero no processo de formação no âmbito da graduação em Serviço Social no estado do Rio Grande do Sul*.

O presente termo de consentimento refere-se à sua participação voluntária nesta pesquisa que é coordenada pela Profa. Dra. Tatiana Reidel e realizada com sua mestranda Eduarda Bernardo Nunes (mestrado em Política Social e Serviço Social do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS). O estudo tem como objetivo principal: *Analisar como a diversidade na perspectiva da identidade de gênero é abordada no processo de formação no âmbito da graduação em Serviço Social no estado do Rio Grande do Sul com vistas a identificar de que modo está se subsidiando os/as futuros/as assistentes sociais para trabalhar com o tema*.

A coleta de dados será realizada junto às unidades de formação acadêmica e ocorrerá através análise documental do projeto político-pedagógico, de entrevista online com os/as coordenadores/as e/ou professores/as do curso com duração aproximada de 45 minutos e questionário online a ser aplicado com os/as alunos/as formandos/a com duração aproximada de 30 minutos.

Reiteramos que sua participação é voluntária e a qualquer momento você pode desistir sem qualquer prejuízo. Essa pesquisa não prevê danos e o risco oferecido é mínimo, como desconforto gerado em relação ao conteúdo ou a sua abordagem. Caso ocorra, a coordenação se responsabilizará por atender a situação. Caso demande atendimento específico, a rede pública de serviços de saúde será acionada e se fará o encaminhamento necessário. Os benefícios de participar dessa pesquisa se referem a contribuir para a compreensão do tema estudado e para a produção do conhecimento na área. Os procedimentos utilizados obedecem aos critérios de ética na pesquisa com seres humanos, conforme a resolução 510/16 do Conselho Nacional de Saúde.

Os aspectos que garantem o sigilo, o anonimato e a confidencialidade serão preservados em todas as etapas da pesquisa e você terá sua privacidade respeitada. Com sua concordância, a entrevista será gravada pela mestranda e transcrita para que possa ser utilizada como dado a ser analisado. As gravações ficarão armazenados no endereço Rua Ramiro Barcelos, 2777 na sala 318 sob a responsabilidade de Tatiana Reidel pelo período de 05 anos e depois destruídas. Na publicação dos resultados serão omitidas todas as informações que permitam identificá-lo/a e suas informações serão analisadas exclusivamente para fins desse projeto.

Em qualquer etapa da pesquisa é possível solicitar informações e/ou esclarecer dúvidas em relação ao estudo. Direcionadas à coordenadora da pesquisa e sua mestranda, através do e-mail tatyreidel@gmail.com e/ou eduardabernardonunes@gmail.com. O telefone para contato é (51) 3308-5700. Para esclarecimentos adicionais você também pode entrar em contato com o Comitê de Ética e Pesquisa do Instituto de Psicologia da UFRGS que se situa na Rua Ramiro Barcelos, 2600 através do telefone (51) 3316-5066.

Esse Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE tem duas vias de igual teor, uma fica com a entrevistadora para ser arquivado e outra via para o/a participante da pesquisa. Deve ser assinado pelo convidado/a a participar da pesquisa, pela autora da pesquisa e pela pesquisadora responsável.

Data:

Nome:

Assinatura:

Nome:

Nome:

Assinatura:

Assinatura:

APÊNDICE F – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido Estudantes – TCLE

Prezado/a aluno/a, convidamos você para participar da pesquisa intitulada *Diversidade na perspectiva da identidade de gênero no processo de formação no âmbito da graduação em Serviço Social no estado do Rio Grande do Sul*.

O presente termo de consentimento refere-se à sua participação voluntária nesta pesquisa que é coordenada pela Profa. Dra. Tatiana Reidel e realizada com sua mestranda Eduarda Bernardo Nunes (mestrado em Política Social e Serviço Social do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS). O estudo tem como objetivo principal *Analisar como a diversidade na perspectiva da identidade de gênero é abordada no processo de formação no âmbito da graduação em Serviço Social no estado do Rio Grande do Sul com vistas a identificar de que modo está se subsidiando os/as futuros/as assistentes sociais para trabalhar com o tema*.

A coleta de dados será realizada junto às unidades de formação acadêmica e ocorrerá através análise documental do projeto político-pedagógico, de entrevista online com os/as coordenadores/as e/ou professores/as do curso com duração aproximada de 45 minutos e questionário online a ser aplicado com os/as alunos/as formandos/a com duração aproximada de 30 minutos.

Reiteramos que sua participação é voluntária e a qualquer momento você pode desistir sem qualquer prejuízo. Essa pesquisa não prevê danos e o risco oferecido é mínimo, como desconforto gerado em relação ao conteúdo ou a sua abordagem. Caso ocorra, a coordenação se responsabilizará por atender a situação. Caso demande atendimento específico, a rede pública de serviços de saúde será acionada e se fará o encaminhamento necessário. Os benefícios de participar dessa pesquisa se referem a contribuir para a compreensão do tema estudado e para a produção do conhecimento na área. Os procedimentos utilizados obedecem aos critérios de ética na pesquisa com seres humanos, conforme a resolução 510/16 do Conselho Nacional de Saúde.

Os aspectos que garantem o sigilo, o anonimato e a confidencialidade serão preservados em todas as etapas da pesquisa e você terá sua privacidade respeitada. Na publicação dos resultados serão omitidas todas as informações que permitam identificá-lo/a e suas informações serão analisadas exclusivamente para fins desse projeto.

Em qualquer etapa da pesquisa é possível solicitar informações e/ou esclarecer dúvidas em relação ao estudo. Direcionadas à coordenadora da pesquisa e sua mestranda, através do e-mail tatyreidel@gmail.com e/ou eduardabernardonunes@gmail.com. O telefone para contato é (51) 3308-5700. Para esclarecimentos adicionais você também pode entrar em contato com o Comitê de Ética e Pesquisa do Instituto de Psicologia da UFRGS que se situa na Rua Ramiro Barcelos, 2600 através do telefone (51) 3316-5066.

Após a leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE, você declara estar suficientemente informado sobre a pesquisa e aceita participar voluntariamente? Ao dar o aceite neste termo, orientamos que você salve o presente documento e os contatos da pesquisadora responsável.

() Sim, eu aceito participar voluntariamente () Não

ANEXO A – Parecer Comitê de Ética em Pesquisa

UFRGS - INSTITUTO DE
PSICOLOGIA DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO
RIO GRANDE DO SUL



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: DIVERSIDADE DE GÊNERO NO PROCESSO DE FORMAÇÃO NO ÂMBITO DA GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Pesquisador: Tatiana Reidel

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 29535520.3.0000.5334

Instituição Proponente: Instituto de Psicologia - UFRGS

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.959.184

Apresentação do Projeto:

O presente projeto de pesquisa tem o intuito de analisar como a diversidade de gênero é abordada no processo de formação no âmbito da graduação em Serviço Social no estado do Rio Grande do Sul, com vistas a identificar de que modo está se subsidiando os/as futuros/as assistentes sociais para trabalhar com o tema. Trata-se de um estudo essencialmente de natureza qualitativa, de caráter exploratório e para a compreensão da

realidade o método utilizado será o materialismo histórico-dialético. O universo dessa pesquisa tem como campo de abrangência os cursos de graduação em Serviço Social do estado do Rio Grande do Sul e a amostra se constituirá através de 04 Unidades de Formação Acadêmica (UFAs) mais antigas do estado, sendo 02 na modalidade presencial e 02 na modalidade à distância, considerando a relevância do amadurecimento e da

tradição no ensino da profissão. Pretende-se realizar análise documental dos projetos político-pedagógicos do curso, entrevista semi-estruturada com professores/as coordenadores/as de curso e questionário online contendo perguntas abertas e fechadas com os/as alunos/as formandos/as.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

- Analisar como a diversidade de gênero é abordada no processo de formação no âmbito da

Endereço: Rua Ramiro Barcelos, 2600 Sala 115

Bairro: Santa Cecília

CEP: 91.035-003

UF: RS

Município: PORTO ALEGRE

Telefone: (51)3308-5000

Fax: (51)3308-5000

E-mail: cep-psi@ufrgs.br

**UFRGS - INSTITUTO DE
PSICOLOGIA DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO
RIO GRANDE DO SUL**



Continuação do Parecer: 3.918.184

graduação em Serviço Social no estado do Rio Grande do Sul com vistas a identificar de que modo está se subsidiando os/las futuros/as assistentes sociais para trabalhar com o tema.

Objetivo Secundário:

- Analisar como o tema da diversidade de gênero está sendo contemplado nos projetos político-pedagógicos dos cursos de graduação das unidades de formação acadêmica em Serviço Social, de modo a verificar a incidência e a relevância dada ao seu estudo;
- Entender qual a compreensão dos/las docentes sobre a importância do estudo da diversidade de gênero, com vistas a identificar como está se dando a vinculação do tema com a formação e trabalho profissional;
- Investigar como os/las futuros/as profissionais do Serviço Social se sentem balizados/as, em relação a sua formação na graduação, para lidar com o tema da diversidade de gênero, de forma a evidenciar potencialidades e fragilidades deste processo.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

O risco oferecido é mínimo como desconforto gerado em relação ao conteúdo ou a sua abordagem. Caso ocorra, a coordenação se responsabilizará por atender a situação. Caso demande atendimento específico, a rede pública de serviços de saúde será acionada e se fará o encaminhamento necessário.

Benefícios:

Não há benefício direto, mas destaca-se que esta pesquisa contribuirá para a compreensão do tema estudado e para a produção do conhecimento na área.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O projeto parece estar atendendo aos requisitos do ponto de vista ético. Após ajustes conforme o parecer consubstanciado Número 3.918.647, os termos estão redigidos de forma a atender os requisitos.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Após ajustes conforme o parecer consubstanciado Número 3.918.647, os termos estão redigidos de forma a atender os requisitos.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

projeto aprovado

Endereço: Rua Ramiro Barcelos, 2600 Sala 116			
Bairro: Santa Cecília	CEP: 91.035-000		
UF: RS	Município: PORTO ALEGRE		
Telefone: (51) 3308-5008	Fax: (51) 3308-5008	E-mail: cep-psico@ufrgs.br	

**UFRGS - INSTITUTO DE
PSICOLOGIA DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO
RIO GRANDE DO SUL**



Continuação do Parecer: 3.069.184

Considerações Finais a critério do CEP:

Recomendamos a todos os pesquisadores do Instituto de Psicologia que avaliem os seus projetos de pesquisa em andamento e considerem os impactos da COVID-19 na continuidade de sua realização.

Esta recomendação se aplica a todos os projetos de pesquisa. Devem ser avaliadas as situações de interação pessoal em coletas de dados e outras situações decorrentes da realização dos estudos.

Caso necessite de uma consultoria, o CEP do Instituto de Psicologia fica à disposição para discutir cada situação de forma pontual.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES BÁSICAS DO PROJETO_1515353.pdf	23/03/2020 18:00:49		Aceito
Outros	cartarespostacomiteeticalm.pdf	23/03/2020 17:58:54	Tatiana Reidel	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investidor	projeto-diversidade-finalm.pdf	23/03/2020 17:58:55	Tatiana Reidel	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEdiscentescomalteracaocomite.pdf	21/03/2020 16:11:43	Tatiana Reidel	Aceito
Folha de Rosto	folharosto.pdf	28/02/2020 18:53:04	Tatiana Reidel	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEPROFESSORESCOORD.pdf	22/02/2020 17:12:40	Tatiana Reidel	Aceito
Outros	TCIUNIVERSIDADES.pdf	22/02/2020 17:05:37	Tatiana Reidel	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEALUNOS.pdf	22/02/2020 17:04:29	Tatiana Reidel	Aceito

Endereço: Rua Ramiro Barcelos, 2600 Sala 116
 Bairro: Santa Cecília CEP: 90.035-003
 UF: RS Município: PORTO ALEGRE
 Telefone: (51) 3308-5698 Fax: (51) 3308-5698 E-mail: cep-psico@ufrgs.br

**UFRGS - INSTITUTO DE
PSICOLOGIA DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO
RIO GRANDE DO SUL**



Continuação do Parecer: 3.698.184

Parecer Anterior	parecerentiaqualificacao.pdf	22/02/2020 14:37:46	Tatiana Reidel	Aceito
Outros	questionarioalunos.pdf	22/02/2020 14:33:55	Tatiana Reidel	Aceito
Outros	roteiroentrevistaprofoucoord.pdf	22/02/2020 14:33:34	Tatiana Reidel	Aceito
Outros	roteiroanalisedocumental.pdf	22/02/2020 14:33:03	Tatiana Reidel	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetodePesquisafinal.pdf	22/02/2020 14:31:50	Tatiana Reidel	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

PORTO ALEGRE, 14 de Abril de 2020

Assinado por:

**Jerusa Fumagalli de Salles
(Coordenador(a))**

Endereço: Rua Ramiro Barcelos, 2600 Sala 116

Bairro: Santa Cecília

CEP: 90.035-003

UF: RS

Município: PORTO ALEGRE

Telefone: (51) 3308-5698

Fax: (51) 3308-5698

E-mail: cnp-psico@ufrgs.br